

GILENO DÉ CARLI

ab uma

o espirito culto

te, off. como

de amirante

GEOGRAFIA ECONOMICA CA
E SOCIAL DA CANNA DE DE
AÇUCAR NO BRASIL

Gileno

Rio 27

COM PREFACIO DO SR. A. ANDRADE
QUEIROZ, VICE-PRESIDENTE EM EXERCICIO,
DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL



EDIÇÃO DE
BRASIL AÇUCAREIRO

1938



Do meu muito prezado e

querido, a quem envio uma

GILENO DÉ CARLI do espirito culto e

brilhante, off. como

testemunho de amizade,

GEOGRAFIA ECONOMICA

E SOCIAL DA CANNA DE

AÇUCAR NO BRASIL

Gileno

Rio, 27.

COM PREFACIO DO SR. A. ANDRADE
QUEIROZ, VICE-PRESIDENTE EM EXERCICIO,
DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL



EDIÇÃO DE
BRASIL AÇUCAREIRO

1938

322 476621

5297 4 1146

Meu caro Gileno Dé Carli,

A carta de um extranho abrindo a sua "Geografia economica e social da cana de açúcar", poderá dar a impressão de carecer V. de quem o apresente, quando, na realidade, dessa tarefa já se desencumbiu V. mesmo, em livros anteriores, em artigos e ensaios publicados em revistas e jornais tecnicos. E o fez de forma cabal e tão brilhante, que seu nome, na especialidade que V. escolheu, não se tornou somente conhecido: é o de autoridade ouvida, citada, comentada.

A carta, portanto, não vem dizer quem V. é; traz apenas o depoimento do leitor designado para, em primeiro lugar, percorrer o seu novo trabalho.

Entre os grandes "heróis" da nossa economia, cronologicamente, cabe á cana de açúcar a primazia. Foi ela que reuniu homens em comunidades de interesses, das quais nasceu a civilização colonial no Norte, agora tão estudada, interpretada e discutida. Os tempos mudaram, outros agentes de riqueza, outros instrumentos de prosperidade a venceram em importancia, desbancaram-na, relegaram-na para plano inferior. Ela subsistiu porem, tropega e mal cuidada, na região das suas glorias de antanho, até o reflorescimento de 1931.

A historia desse amargo percurso, traça-a V. com precisão, escudado em algarismos que se não contestam, em fatos cuja tradição as arquivos conservam. Essa historia de um vegetal é tão animada e emacionante quanta a das homens; tem, cimo a deles, esplendores e miserias. Completam-se as duas e explicam-se. Estudados, certos gestos do passado vão encantrar razão em situações que V. revela na sua narrativa. E' o fator economico determinando a ação humana.

A cana de açúcar teve a sua epoca, realizou a sua função social e passou á categoria subalterna, derrotada pela café, pelo cacau, pela borracha, que estão, tambem, a reclamar historiadores como V. Não morreu, porem, e, graças a mão amiga que lhe estendeu o governo trazido pela Revolução de 30, ressurge.

Estará ela destinada a desempenhar papel saliente em outro ciclo da nossa vida economica, embora a sua farça de hoje seja menor, pois que, par emquanto, não se projeta alem fronteiras, não tendo ainda readquirido valor como mercadoria de intercambio internacional? Os dias o dirão. Entretanto, do seu trabalho ressalta a possibilidade disso. A cana de açúcar, valorizada mas perseguida pelas secas e por um secula de atrasa tecnico, é cobiçada por zanas mais afortunadas e ameaça abandonar as extensões nordestanas, nas quais o homem, tradicionalmente, a planta e dela tira a pã. A sua documentação dessa ameaça é impressionante. V., porem, indica a remedio para o mal que se avizinha, aconselhando a racionalização das lavouras e a irrigação das terras setentrio-

mais para tornar a cultura mais rendosa, mais economica e chegarmos á soluçãõ perfeita, que tudo sanaria: o barateamento do açucar, aliando, assim, indissoluvelmente, a produçãõ e o consumo.

Desse resultado já se aproximam alguns usineiros mais avisados e eles proprios, ao que sei, surpreendem-se com o que estão conseguindo. Constatam praticamente a possibilidade de retornar á grandeza perdida sem o recurso suicida das valorizações, que acarretam sempre o germen da ruina. E' preciso animar a esses e combater os outros, os que apenas veem cotações artificialmente elevadas, assaltos á bolsa incauta do consumidor.

Felizmente, contra a minoria dos que assim pensam, age uma grande maioria, que observa fatos objetivamente, compulsa estatisticas, crê na experiencia metodizada e sabe que a economia não se dirige com retorica, nem se subordina ao interesse de um ou de poucos. Estou certo que vencerão. E para isso o seu livro lhes será precioso. Os fatos que V. ordena, os algarismos que classifica, as deduções que tira, em tudo lhes dão razão, mostram que tomaram o bom caminho, o que conduz a fazer da cana de açucar um agente pacifico de prosperidade coletiva, e não o instrumento grosseiro de riquezas privadas e de dissensões brasileiras.

Seu, muito cordialmente,
amigo e admirador,

André de Oliveira

Rio, 5-VI-938

GEOGRAFIA ECONOMICA E SOCIAL DA CANNA DE AÇUCAR NO BRASIL

Introdução

No Brasil, em toda a extensão do seu vasto territorio, onde o clima seja quente e humido, até o limite da zona de vegetação xerofila, que tem uma adaptação especial ao meio sêco, com suas árvores de espinhos e arbustos com raízes de grande penetração, a canna de açúcar vegeta e produz economicamente. A distribuição geografica da canna de açúcar occorreu sempre em todas as Capitánias, em todas as Provincias, em todos os Estados do Brasil; desde o inicio da colonização portugueza, até os nossos dias.

Onde ella predominou criou uma civilização.

A função da canna de açúcar na geografia economica e social do Brasil, é de um relevo notavel. Os dados estatísticos e os numeros attestam o valor da canna de açúcar sob os variados aspectos, economico, historico, social e politico, e toda sua influencia nos destinos do Brasil. Applica-se muito bem a frase de Goethe, epigrafando um antigo livro de estatística de Kolb: "Man sagt oft: Zahlen regieren die Welt, Das ober ist gewiss Zahlen zeigen, wie sie regiert wird". "Diz-se muitas vezes que os numeros regem o mundo. O que é positivo, é que os numeros mostram como o mundo é regido".

Canna Crioula

Trazida pelos portuguezes para um meio tropical, a canna de açúcar aqui plantada foi a variedade chamada crioula, denominação sómente dada, após a concorrência da canna caiana, precedente de Tahiti. Presume-se ser a canna crioula proveniente das Índias, tendo emigrado para o Occidente, dominado o mercado açucareiro da Sicília, transposto o estreito de Gibraltar, sendo cultivada nas ilhas da Madeira, Canarias e Cabo Verde e de lá levada primeiramente a São Domingos, e da Madeira trazida para o Brasil onde funda uma civilização sem igual em toda a historia sul-americana, pois, torna-se a base predominante de toda a estrutura economica, financeira, cultural, social e politica, durante mais de tres seculos, do mais vasto imperio americano.

A canna crioula denominaram na America tambem de Merim, canna Nativa, canna del paiz, canna de tierra.

A canna crioula tem gommos curtos, de espessura média, muito doce, esverdeada e apesar de apresentar uma porcentagem alta de fibra, attingindo até 16,4%, possui tecido macio.

Canna Caiana

Após ter dado grande esplendor á florescente industria açucareira, a canna crioula foi aos poucos sendo substituida pela canna Ota-hite ou de Bourbon, proveniente de Cayenna. Para o Brasil ella veio dessa possessão franceza no tempo do Governador D. Francisco de Souza Coutinho, após o anno de 1790. Em 1810, ella chegou á Bahia tendo sido primeiramente plantada no engenho Praia, de propriedade de Manoel Pereira de Lima. Dahi saiu para

o Rio de Janeiro, levada por Manoel Felisberto Caldeira Brant, depois Marquez de Barbacena, sendo plantada em primeiro lugar em 1811, nos engenhos Bangú e Gerecinó, na freguezia de Campo Grande e de propriedade da Sra. D. Aurea de Castro.

Em 26 de Março de 1811, el-rei baixou uma ordem mandando que se propagasse por todo o paiz, a canna caiana, dada a sua grande superioridade sobre a canna crioula. A canna caiana foi introduzida em Campos no anno de 1812 por José Joaquim Pereira de Carvalho e foi plantada na freguezia de Quissamã, pela primeira vez, em 1815, na fazenda Machádirinha.

E a caiana imperou nos cannavaes brasileiros, trazendo uma verdadeira resurreição á industria açucareira que vivera durante todo o seculo XVIII em constantes crises de preço e de producção. Com a melhoria do rendimento agricola dos cannavaes, e do rendimento industrial no banguê, o açúcar resurgiu com o temporario predominio dos mercados açucareiros, abertos ao Brasil com a desorganização tremenda da industria açucareira mundial. E apesar das crises do seculo XVIII, o açúcar, com a caiana, creou uma economia brasileira, creando tambem uma politica.

Predominio do Açúcar

Sendo o açúcar a base da economia colonial que passava já da passageira fase do predominio da extracção do pão brasil, tornou-se o factor politico do Brasil. Foi o periodo aureo do Nordeste açucareiro, marcando e pontificando, na directriz politica e economica do paiz. Pernambuco e Bahia e tambem o Rio de Janeiro, nessa epoca da hegemonia, recebiam todos os favores e mercês da Metropole. Essa hegemonia trazida e mantida pelo açúcar, prolongou-se até o apparecimento duma cultura que dominasse a intensidade, a profundidade e o valor da canna de açúcar.

Tivera de facto o Brasil, até o apparecimento da café como potencia na nossa economia, surtos isolados de culturas que temporariamente predominavam, sem que, porém, conseguissem, deslocando o eixo economico, o desvio do eixo politico-cultural. A cultura do fumo, tinha uma relativa prosperidade no Brasil colonial, porém era a cultura do pobre, cultivado em pequenos sitios e raramente encontramos productores de fumo que recolhiam "cada anno tres mil e quinhentas ou quatro mil arrobas, quando os accidentes do tempo, ou falta de cuidado e beneficio lhe não diminuem o seu costumado rendimento". O mesmo acontece com o algodão, que sendo lavoura do sitiante, do meiero, do rendeiro, do trabalhador rural, raramente chegou a sobrepujar, como em Pernambuco em 1817, a situação do açúcar.

E tal foi a corrida então para o algodão, que o encarregado dos negocios e consul geral da França, coronel Maller, dizia em sua correspondencia official, que o "pão para os ricos e a mandioca para a classe indigente vinham de fóra e compravam-se por preços muito elevados". Segundo Lumachi em 1816, em Pernambuco, o valor das exportações de algodão era de 3.200.000\$000 e do açúcar 576.000\$000.

Mas faltava ao algodão a característica de economia profunda, radicada, civilizadora e constante. O fumo, a farinha de mandioca, o cacão, o matte, a borracha e o algodão, são culturas fluctuantes, que esporadicamente exercendo influencia no Brasil, limitando-se a zonas geograficas, não conseguem criar um ambiente, uma fisionomia, como a criada pelo açúcar até o segundo reinado e pelo café. É interessante focalizar a influencia dessas culturas fluctuantes nos destinos economicos do paiz, podendo-se, pois, deduzir, o verdadeiro sentido da actuação da canna de açúcar.

F u m o

Realmente, ao mesmo tempo que evoluiu a economia brasileira, baseada no açúcar, uma outra cultura ia a pouco e pouco se avantejando, concorrendo em valor e em prestigio. O fumo foi, além do açúcar, a unica cultura que mereceu as atenções do chronista André Andreoni, que diz "se o açúcar do Brasil o tem dado a conhecer, a todos os reinos e provincias da Europa, o tabaco o tem feito muito mais afamado em todas as quatro partes do mundo: em as quaes hoje tanto se deseja, e com todas diligencias, e por qualquer via se procura". E o chronista informa ser o fumo um dos generos de maior estimação que sae da America meridional para o restante do mundo e dá grandes cabedaes aos moradores do Brasil e increveis emolumentos aos erarios dos principes.

Já na epoca em que Antonil escreveu a "Cultura e Opulencia do Brasil" sómente o arrendamento do dizimo da Cachoeira da Bahia dava dezoito mil cruzados. Os sertões de Sergipe del-Rei, Continguiba, rio Real, Inhambupe, Montegordo e Torre rendiam doze mil cruzados. A exportação da Bahia orçava em vinte e cinco mil rolos de fumo.

E o valor da exportação do fumo do Brasil para Lisbôa, importava em 816.625 cruzados, correspondendo a 344:650\$000, cujo valor e despesas discriminadas são:

O rolo de tabaco de 8 arrobas	8\$000
O couro e o enrolo nelle	1\$300
O frete para o porto da Cachoeira	\$550
O aluguel do armazem na Cachoeira	\$040
O frete para a cidade da Bahia	\$080
A descarga no armazem da cidade	\$020
O aluguel do armazem da cidade	\$040
O chegar á balança do peso	\$010
O peso da balança a 3 réis por arroba	\$024
Direito e fretes, e mais gastos em Lisbôa . . .	2\$050
	<hr/>
O que tudo importa em Réis	12\$114

Dão ordinariamente cada anno da Bahia vinte e cinco mil rolos de tabaco; e a 12\$124	303:100\$000
Dão ordinariamente cada anno das Alagôas de Pernambuco, dois mil e quinhentos rolos; a 16\$200 por ser o melhor tabaco	41:550\$000
	<hr/>
Importa todo esse tabaco em	344:650\$000

Era esse o valor do fumo exportado, na época em que o açúcar exportado valia 2.535:142\$800, os couros orçavam em 201:800\$000, a exportação do pão brasil 614:400\$000.

A cultura do tabaco que nascera ao tempo da do açúcar foi aos poucos se avolumando, até chegar a superar em valor, nas receitas do Estado. O seu consumo, a principio restricto, apesar — e talvez por isso — das prohibições, começou se generalizando, passando de producto de luxo, para de consumo popular. Em todo o periodo de predominio do açúcar foi o tabaco a unica cultura que empanou sua supremacia. E "alargava-se no Brasil a cultura, e na metropole, na Europa inteira, o consumo. Ao mesmo tempo ia-se convertendo a producção, em industria colateral, da do açúcar. A troco de tabaco se adquiriam na costa da Mina os escravos, sem os quaes não se podiam trabalhar os engenhos". Tal como o açúcar, o fumo chegou a funcionar como moeda. Era o tabaco plantado nas aldeias pelos ricos que ora o plantavam em suas terras, ora recebiam grandes proventos pelo arrendamento das terras applicadas no cultivo do fumo. E tal foi a corrida para o fumo, que sua cultura foi prohibida sob a allegação que provocava a diminuição, do plantio da mandioca.

Durante todo o seculo XVIII o fumo tem grande ascendencia na economia brasileira, dando grandes lucros á Fazenda Real. No triennio 1728-30 a arrematação do monopolio rendeu annualmente 1.700.000 cruzados.

Em 1750 a renda subiu para 2.020.000 cruzados, em 1753-55 ascendeu a 2.100.000. No anno de 1803 o contracto do fumo foi arrematado por 1.160 contos. Finalmente em 1820, o contracto estava arrendado por cerca de 1.440 contos.

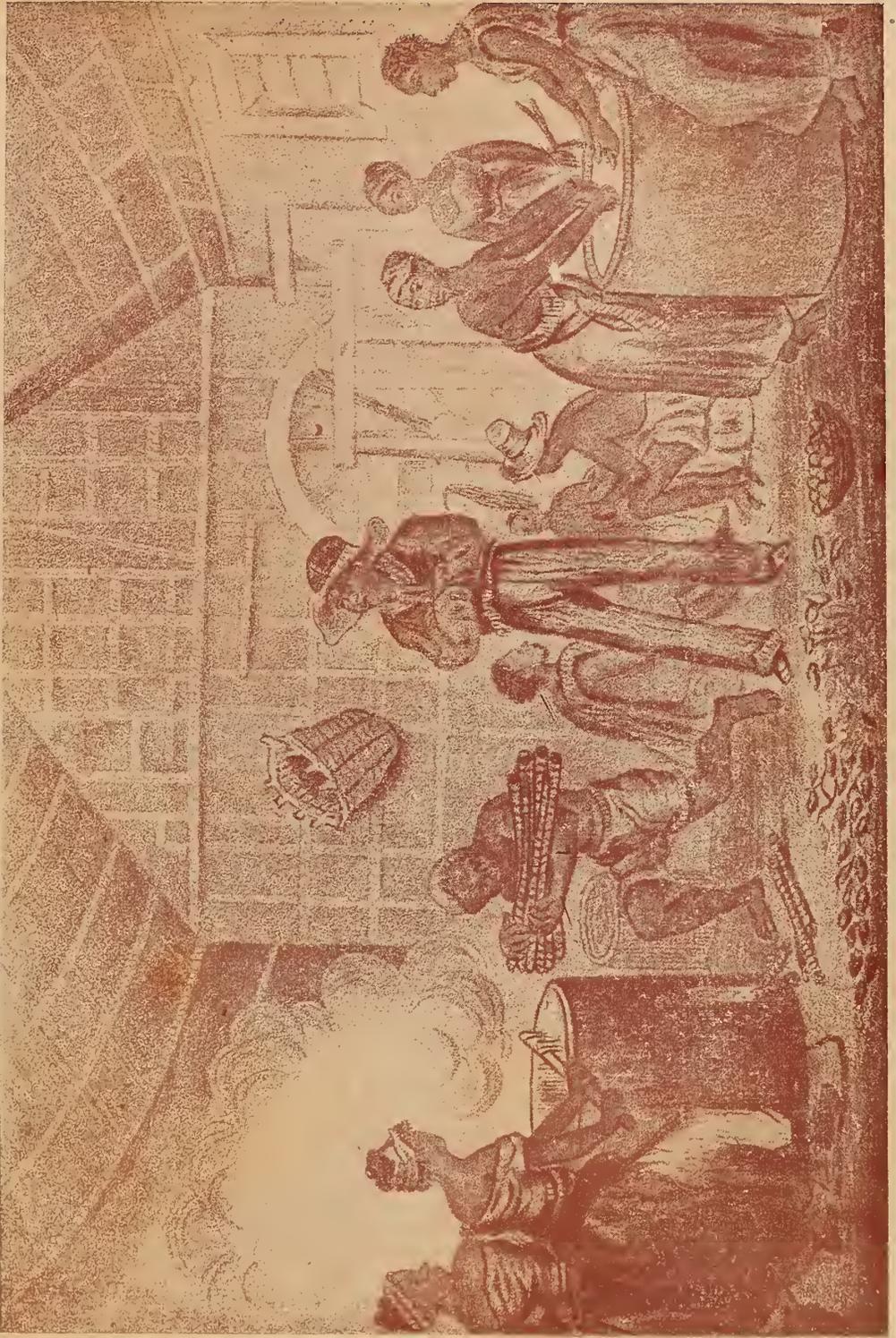
E finaliza o gronde historiador J. Lucio de Azevedo, affirmando que em nenhum anno deram tanto á corôa as minas de ouro e os diamantes do Brasil.

No periodo de 1821 a 1860, o volume de fumo vendido foi de 241.000 toneladas, com o valor de 44.000 contos. A partir dahi já o fumo se distancio bastante do açúcar e principalmente do café que se apresenta na deanteira, com um volume de 3.337.000 toneladas, e com um valor de 838.000 contos de réis.

O açúcar concorreu com 3.400.000 toneladas, no valor de 438.000 contos de réis. Durante esse periodo o café se apresenta com 42,8% do total do valor, o açúcar com 24,4 % e o fumo com 2,2%.

No periodo de 1861 a 1889, o volume de fumo é de 484.000 toneladas, tendo um valor de 175.000 contos de réis, sendo o valor do açúcar superior 266 % ao do fumo. Então, a differença para o café é bem sensivel, pois que o volume desse producto vendido é de 6.800.000 toneladas, no valor de 2.100.000 contos e o açúcar tem um volume de 4.685.000 toneladas, com um valor de 640.000 contos. Ao café pertencem 53,8 % do total do valor, ao açúcar 11,1 % e ao fumo: 3 %.

Durante o periodo de 1889 o 1921 o fumo concorreu com 820.000 toneladas, no valor de 750.000 contos. Sobre o total do valor da distribuição dos productos:



Preparação da farinha de mandioca (Gravura de F. Denis)

da economia brasileira, o fumo entra com 2,5 %, o açúcar com 3,4 % e o café, soberanamente com 55,5 %, com os valores, respectivamente de 2.400.000 contos de réis e 20.500.000 contos de réis.

No período de 1922 a 1932 a produção brasileira de fumo attinge a 954.573 toneladas, com um valor de 1.825.020 contos de réis.

Computando-se a produção do quinquennio 1928-32, verificamos que ainda á Bahia cabe a primazia da produção, concorrendo com 32,5 % da produção total e 30,81 % do seu valor. Em seguida apresenta-se o Rio Grande do Sul com 31,01 % do volume e 29,49% do valor. Depois, Minas Geraes com 16,25% do volume e 18,24 % do valor. Sommam os volumes de produção desses tres Estados 79,15 % e os valores 78,94 %.

Actualmente a area cultivada com o fumo sobe a 124.300 hectares, representando 0,9 % da area total cultivada no Brasil.

Na Bahia, a tradicional terra de produção de fumo, os antigos nucleos de cultura ainda hoje subsistem, tendo unicamente perdido sua posição, o municipio de Cachoeira, que foi suplantado pelos municipios de S. Felix, Nazareth e Santo Amaro.

Depreende-se claramente que a relativa ascendencia do fumo foi anterior á supremacia cafeeira.

Apesar do seu grande valor nos seculos XVII, XVIII e XIX, esse valor é mais de fundo economico, que social. O fumo é uma cultura facil e que não exige grandes capitaes. Não é uma cultura de taxaço pela inversáo de valores em bens e bemfeitorias, como no açúcar, ou capitaes de fundação duma cultura permanente como no café.

Ademais a propria zona geografica do fumo ficou circumscripta a alguns municipios da Bahia, Alagôas e Pernambuco, onde era cultivado nas zonas inapropriadas á cultura da canna de açúcar. E em relação a essa cultura, era muito mais humana, mais democratica.

Podia ser explorado por ricos ou pobres, na pequena, média e grande propriedade e apesar disso, chegou em algum tempo, a gozar de maior importancia commercial que o açúcar. Ahi está a enorme differenciação entre as duas grandes culturas da economia colonial do Brasil. O açúcar era nobre, o fumo plebeu. O açúcar aristocratico, o fumo democratico.

Mandioca

A cultura da mandioca é a mais rustica de todas as nossas culturas. Sempre foi espontaneamente a cultura do pobre. Só coagido o rico, o proprietario rural, o senhor do engenho, se dedicavam á sua cultura. Sempre foi a base da alimentação no Brasil. E' interessante transcrever as apreciações do nosso chronista, padre Simão de Vasconcellos, que inegavelmente escreveu uma pagina perfeita sobre economia brasileira do seculo XVII.

"O genero de herva de raiz mais notavel, e proveitosa do Brasil, he a que chamão mandioca. Tem debaixo de si diversissimas especies, a saber: mandijbuçú, mandijbibimana, mandijbibiyána, mandijbiyuruçú, apitiúba, aipij, e este se divide em mui varias especies apontadas á margem. O sumo d'estas raizes verdes (exceptas as dos aipijs todos) he venenoso, e mortal a todo o genero de vivente. He esta planta toda a fartura do Brasil, e he tradiçáo, que a ensinou aos indios o Apostolo S. Thomé, cavando a terra em montinhos, e mettendo em cada qual quatro pedaços da vara de certos ramos, que chamão manaiba (maniva) de comprimento como de hum palmo cada hum dos pedaços, cujas tres partes vão mettidas em terra, que fiquem em forma de cruz: e dahi a dez dias commumente brotão os pedaços de vara por todos os nós que tem ameudados, e dentro em seta ou oito mezes crescem em altura de dois, até tres covados; supposto em he necessaria ordinariamente hum anno para perfeiçáo de seu furo, que são raizes, duas, quatro, seis, e muitas vezes chegão a dez, mais ou menos compridas, e grossas, conforme a fertilidade da terra.

"D'esta raiz tirada da terra, raspada, lavada, e depois ralada, espremida, e cozida em alguidares de barro, ou metal, a que os Brasis chamão vimoyipaba, os Portuguezes forno, se faz farinha de tres castas: meio cozida, a que chamão vytinga; os Portuguezes farinha lavada: mais de meio cozida, que chamão véeca-coatinga: e cozida de todo, até que fique secca, que chamão vyatá; os Portuguezes farinha secca, ou de guerra. A farinha ralada dura dois dias, a meio cozida seis mezes, a de guerra, ou secca, hum anno. Todas estas servem de pão aos Brasis, e gente ordinaria dos Portuguezes, e a juizo de muitos que correrão mundo, abaixo de pão de Europa, não ha outro melhor. He muito grande a abundancia d'este mantimento: não farta sómente o Brasil, mas podéra abranger a muitos Estados, e antiguamente fartava o Reino de Angola, antes que lá usassem d'esta planta. Do sumo d'estas raizes quando se espremem, fica no fundo hum pé, ou polme, do qual, tirado, e seco ao Sol, fazem farinha alvissima, mui mimosa, chamada tipyioca: e do mesmo polme obreas pera cartas, e goma pera roupa, e manteos.

"Prepara-se tambem d'outras maneiras a mandioca: partem-se as raizes verdes depois de limpas em diversos pedaços, estes se põem a secar ao Sol por dous dias; depois de sêcas, pizão-se em hum pilão, e faz-se farinha, a que os indios chamão Typirati; os Portuguezes farinha crua. D'esta fazem huns bollos qvissimos, e delicadissimos, que he o comer mais mimoso, ou em quanto molles, e frescos, ou depois de duros, e torrados: e estes guardão por muito tempo e chamão-lhe os indios miapatá, que val o mesmo que biscouto. Lançáo tambem de molho em agoa estas raizes por tres, quatro, ou cinco dias, até que amolleção, e d'estas assi molles, chamadas mandiópuba, fazem farinha mais mimosa, chamada vypuba; os Portuguezes farinha fresca: e he o comer ordinario da gente Portugueza mais limpa em lugar de pão, feita todos os dias; porque passada hum dia não he já tão bôa. Secão tambem estas raizes ao fogo, e guardão-nas por de maior estima pera varios usos: chamão-lhe carimã. D'estas pizadas fazem huma farinha alvissima, e d'ella os mais estimados mingãos; que he a modo de papas sutis, e medicinaes, frescas, contra peçonha. Tambem se fazem d'ella bollos doces com manteiga, e assucar. Todas estas especies de mandioca crua são peçonhentas aos homens que as comem, excepto o aipigmachaxera; o qual

assado, he muito gostoso, e saudavel; porém os animaes brutos todos comem estas raizes cruas sem prejuizo algum; que como não sabem lançal-a de molho, assal-a ou cozel-a, accomodou o Autor da natureza as cousas a necessidade de suas criaturas.

Da raiz do aipijmachaxera fazem tambem os indios seus vinhos, a que chamão oaúymachaxera; e além d'este outra casta na fórma seguinte: mastigão as femeas a mandioca, e lançada em agoa assi mastigada, fazem outra especie de vinho cavicaraixú; até as folhas da mesma manayba pizadas, e cosidas, são outro pasto gostoso aos Indios. A farinha ralada posta sobre feridas velhas, he unico, e mui efficaz remedio para alimpal-as, e cural-as. A mandioca, a que chamão caaxima pizada, lançada na agoa, e bebida em fórma de xarope, he finissima contra peçonha".

A cultura da mandioca teve uma irradiação de area geografica, somente comparavel com a da canna de açúcar. Aliás, poder-se-ia dizer ser a mandioca a irmã pobre da canna de açúcar. Sobre o Brasil inteiro ha manchas de sua cultura, nas terras mais fracas dos engenhos, nas planicies, nas encostas, nos morros, nas partes mais distantes do banguê. As covas de mandioca se espalhavam de conformidade com os negros que trabalhavam nos engenhos e nas fazendas. Era uma cultura desprezada. Os senhores de engenho de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, constantemente reclamavam contra a obrigatoriedade de seu plantio. Sámente á força coercitiva do poder publico, se deve a irradiação geografica da mandioca.

Cacáu

O cacáu se apresenta com uma irradiação ainda mais circumscripto. Não tem, mesmo no quasi exclusivo centro de produção, uma ascendencia decisiva. Não generaliza o seu predominio. Planta silvestre na bacia amazonica onde é notada a sua presença em 1677, é o cacáu cultivado na Bahia desde 1746, primeiramente no municipio de Ilheus, depois em Belmonte, Itabuna, Barra do Rio de Contas, Santarém, Valença, Porto Seguro, Jequié, Itacaré, Camamú e outros pequenos nucleos, abrangendo hoje uma faixa de cerca de 500 kilometros de costa, por uma profundidade variavel até um maximo de 150 kilometros, e dentro della 98 % da produção bahiana provem de uma area contigua de 20.000 km²., de Belmonte ao Sul, a Santarém ao Norte.

Attente-se porém, na localização do cacaeiro, geralmente nas faixas marginaes dos rios e seus afluentes. E vemos os extensos cacaeiros subindo rioacima, nos rios de Almada, Rio de Contas, Perú, Jequitinhonha, Mucury e Rio Doce, sujeitos a grandes innundações, transformando toda a zona em focos permanentes de impaludismos, impossibilitando um surto mais accentuado de progressão nas safras.

Em 1899 "havia as febres, em torno dos paúes, invisiveis sentinellas, mortaes guardiães de um adinhado thesouro.

Em volta das raras povoações construidas ao acaso, junto dos ribeiros mais sereros, campeavam as desordens mais tragicas. Os bandoleiros erravam pelas

estradas, as plantações tinham um incerto destino, a vida era ali barata e precária, e só uma coisa realmente atraía, fixava ou empurrava o pioneiro na sua aventura de descobrir novas paragens cheirando ao humus do dilúvio, sob a sombra veneranda dos mattos pre-historicas: essa coisa era o cacáú". (1)

A primeira exportação registrada do cacáú bahiano ocorreu em 1834, de 447 saccos de 60 kilos.

Em 1870 ascende a 23.917 saccos com um valor de 204:158\$334. Em 1890, a exportação é de 58.376 saccos, representando um valor de 1.429:582\$000. Em 1900, a exportação bahiana de cacáú sobe a 218.668 saccos, num valor total de 15.913:966\$000.

Em 1910, enquanto o volume da exportação sobe para 418.706 saccos, o valor desce para 13.142:477\$900, porque os preços por kilo descem de 1\$211 para \$522. Em 1920, as exportações totaes do cocáú brasileiro attingem 906.973 saccos, representando um valor de 91.687:664\$000. Em 1930 essas exportações alconçam 1.114.203 saccos, com um valor de 91.687:664\$000. Finalmente em 1935 as exportações sobem a 1.863.736 saccos, com um valor de 163.035:000\$000.

Em 1935, a producção nacional de cacáú estava da seguinte maneira distribuida:

	(Amazonas	20.200 saccos de 60 ks.
NORTE	(Pará	65.000 " " " "
		<hr/>
		85.200 saccos de 60 ks.
	(Ceará	—
NORDESTE	(Pernambuco	600 saccos de 60 ks
		<hr/>
		600 " " " "
	(Bahia	2.002.700 saccos de 60 ks
ESTE	(Espirito Santo	21.500 " " " "
		<hr/>
		2.024.200 saccos de 60 ks.
	SUL (Rio de Janeiro	590 saccos de 60 ks.
		<hr/>
		590 saccos de 60 ks.
CENTRO	(Minas Geraes	5.600 " " " "
		<hr/>
		5.600 saccos de 60 ks.
PRODUCCÃO TOTAL de cacáú no Brasil		2.118.600 saccos de 60 ks.

(1) — Civilização do Cacáú — artigo do sr. Pedro Calmon em "Bahia Rural".

Da análise desses numeros deduzimos que a Bahia concorre com 94,5 % e Amazonia com 4 %, restando pois para os demais Estados, 1,5 % da producção total de cacáu no Brasil.

O cacáu pois, se imprimiu uma fisionomia na zona Sul da Bahia, jômais teve applicação para caracterizar a economia brasileira, ou mesmo temporariamente deslocar o eixo economico já em São Paulo, para a Bahia.

Matte

O matte ainda possui menos irradiação que o cacáu e o fumo. Estando circumscripto aos Estados do Paraná, Santa Catharina, Matto Grosso e Rio Grande do Sul, e não requerendo os cuidados capitaes necessitados ao açúcar ou pelo café, a herva matte é uma cultura "fria". Não tem nenhuma importância. Não apresenta aspecto de luta de fixação. Foi uma cultura que pouco custou propagar e aclimatar. A manufactura do matte nos meados do século XIX, já se tinha deslocado completamente para Paranaguá e depois para Antonina e Morretes, tornando-se esta ultima cidade o maior centro industrial e de expansão commercial do matte durante o Imperio.

Em 1837-38 a exportação paranaense de matte foi de 46.380 kilos. Em 1848-49, as exportações sobem a 5.500.690 kilos, representando em 1852-53 um valor de 514.348\$000. Em 1877, para uma exportação de 13.209.020 kilos, encontramos um valor commercial de 2.641.804\$000. Em 1890 essas exportações atingem a 20.592.942 kilos e em 1900 a 24.920.028 kilos, com um valor de 2.003.427\$800. Em 1910 para uma exportação de 39.774.114 kilos de matte, o valor official attingiu 22.613.873\$500. Em 1920 com um valor official de réis 202.584\$200, o volume da exportação de matte alcança a 44.843.093 kilos.

Em 1930 as exportações de matte attingem a um volume de 84.846.000 kilos, representando um valor de 95.352.000\$000. Nesse anno, as procedencias das exportações são:

PARANÁ	58.118.000	kilos
SANTA CATHARINA	19.414.000	"
RIO GRANDE DO SUL	4.504.000	"
MATTO GROSSO	2.244.000	"
DIVERSOS	566.000	"
TOTAL	84.846.000	kilos

Em toda sua historia economica o matte jamais logrou attingir sequer uma applicação que motivasse quer o deslocamento de capitaes, quer movimentos migratorios.

Jamais o matte viveu os dias de animação da borracha. Não conheceu venturas nem fastigios. E' pois uma cultura "fria". Uma cultura fluctuante dentro dos quadros e da fisionomia economica da Brasil.

Borracha

A borracha conseguiu em algum tempo, fixar a anciedade do paiz, para alguma coisa grandiosa, magestática — uma civilização —

que estava se construindo, se alevantando, revolta, desordenada, incompleta, como o proprio Amazonas: — “tal é o rio: tal a sua historia: revolta, desordenada, incompleta”. (2)

A borracha apagou tudo o que existia, nos tempos anteriores á sua vertigem. A agricultura da Amazonia baseada rudimentarmente na canna de açúcar, no algodão, nos cereaes e na mandioca; as industrias com suas fabricas de tecidos de algodão e com seus estaleiros; a vida social espalhada pelas innumeradas cidades e villas; sua vida religiosa em suas innumeradas igrejas e conventos; tudo isto, inopinadamente parou, regrediu e quasi desapareceu. Dir-se-ia authentica aquella síntese de Euclides da Cunha: — Terra sem historia. A borracha subverteu toda a actividade da Amazonia, transmudou o caracter das explorações. Enquanto o sentido das explorações agricolas tende para a fixação do homem ao solo, para ambientar o homem á fisionomia das fazendas, dos engenhos, das aldeias e villas, dando um caracter de conquista consciente, o que occorreu com a borracha da Amazonia foi uma verdadeira rapina economica, que os geografos e economistas allemães denominam Raubwitschaft.

Se a devastação da floresta é essencialmente obra da civilização, isto é, obra de uma população mais densa (3), se com a canna de açúcar o homem foi saharizador, abusivamente um criador de desertos, de descampados, de margem de rios desnudas, não entanto elle se fixou e se prendeu á terra.

A canna de açúcar possuia uma força de condensação. Dahi a economia patriarchal do banguê.

A seringueira, num ambiente em que a propria natureza se irmana, se junta, se condensa, o homem se espraia, se dispersa, se perde.

Sómente nas grandes cidades, o luxo, corollario da abastança, com o ouro da borracha, dava para tudo. Pompeavam Manáos e Belém. Houve no periodo aureo da borracha um verdadeiro chamamento migratorio. A Amazonia tendo de descobrir as arvores de borracha, dentro de suas selvas, foi devassada, recortada pelos caboclos do nordeste, principalmente o cearense, que impossibilitado de domar as sêcas, quiz dominar a floresta.

A borracha em 1827 apresentava em sua exportação de 31.365 kilos, um valor de 9:361\$000. Dez annos após, essa exportação attinge a 289.920 kilos, no valor de 114:747\$000. Dahi em deante, a ascensão só encontra — guardada certa relatividade — similar com a do café. Eis a demonstração, nos decennios:

(2) — Euclides da Cunha.

(3) — Ratzel.

1847	624.690	kilos	Réis	272:448\$000
1857	1.808.715	"	"	1.358:279\$000
1867	5.826.802	"	"	8.721:900\$000
1877	9.215.375	"	"	14.929:695\$000
1887	13.390.000	"	"	14.509:000\$000
1897	21.256.000	"	"	203:525:206\$000

O anno inicial do desenvolvimento da extracção da borracha foi o de 1870, em que a producção nos dois grandes Estados produtores que praticamente totalizam a extracção, attingiu a 6.601.726 kilos, com um valor de 12.510.850\$000.

Dahi em deante começa a queda. A technica faz concorrência á rotina. A economia constructara em luta com a economia rapace.

O apogeu da exportação da borracha foi entre 1904 e 1905, cujos valores attingiram respectivamente 206.572:267\$000 e 208.311:021\$000 e 1910 quando a especulação eleva o seu valor a 376.972:000\$000, enquanto o valor da exportação do café attingiu 385.494:000\$000.

Em 1892 o Brasil concorreu para a producção mundial de borracha com 61 %, em 1910 com 50 % e em 1927 informa o sr. J. C. de Macedo Soares, só concorre com 7 %. (4) Sobre esse facto alarmante, resultado do plantio de exploração racional da seringueira nas colonias inglezas do Oriente, esclarece Brunhes: (5)

"En 1910, le caoutchouc de cueillette fournissait 62.000 tons.

En 1920, dix ans après — dix ans seulement — la production atteignait 360.000 tonnes, et le caoutchouc de cueillette était représenté dans le total du monde par une production huit fois moindre que celle du caoutchouc de plantation. La proportion était exactement renversée. Y a-t-il une production végétale qui, en une décade, ait jamais fourni l'exemple d'une aussi extraordinaire revolution ?

E por causa dessa extraordinaria revolução, causada por nossa imprevidencia, aquelle surto fantastico de civilização estacionou e começou a decair. Era mais um drama da super-produção.

Em 1918 o valor total da exportação da borracha brasileira só attingiu a 73.727:818\$000 e em 1921 desce a 35.904:000\$000 o que representa sobre o anno de 1905, uma differença de 77,9 %, e em relação a 1910, um desnivel de 90,4 %.

Após uma melhoria em 1925, quando o kilo da borracha subiu a 8\$149, attingindo a exportação total a 191:803:000\$000 novamente outro colapso traz o desanimo e a desorganização ao Amazonas. Num plano inclinado, o volume e o valor das exportações da borracha attingem um nivel inferior ao de 1870. Em

(4) — "A Borracha" — José Carlos de Macedo Soares — Estudo economico e estatistico.

(5) — "La Geographie Humaine" — Jean Brunhes.

1932, para um volume exportado de 6.224 toneladas, o valor dessa exportação é de 10.626.000\$000. Em relação a 1870 ha uma diferença de 5,7 % no volume e sobre o valor 15 %.

E comparando com o peso e o valor da exportação do anno de 1910, em 1932 a exportação da borracha accusa no peso um desnivel de 83,8 % e no valor uma diferença de 97,1 %. Isto representa quasi fallencia de uma zona que possuindo um producto em que baseia sua economia, producto de circulação internacional e relativamente de fraco consumo interno, a vê annullado nos mercados mundiaes.

A borracha teve um ciclo muito curto de actuação. Não tendo tido tempo para traçar no meio amazonico uma fisionomia propria, que denotasse sua função precipuamente civilizadora, a influencia da borracha lembra bem o drama da terra em formação, sem característica. Terra caída é, bem o aspecto da decadencia da zona geografica da "hevea", abrangendo uma area superior a 1.000.000 de milhas quadradas, contendo 300.000.000 pés da hevea, cuja capacidade de produção é calculada como superior a 600.0000 toneladas.

Algodão

Pouco antes de findar o seculo XVIII, o bacharel José de Sá Bittencourt, correspondente da Real Academia de Sciencias de Lisboa, escrevia ao sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, Secretario de Estado dos Negocios Ultramarinos, acerca da plantação de algodão e sua exportação, no termo da Villa de Camamú, na Bahia, solicitando o seu patrocínio para a lavoura algodoeira, "afim de que seja um dos maiores ramos do nosso commercio para felicidade da Nação e riqueza da Capitania da Bahia onde a natureza tem depositado os thesouros de que só é capaz pela sua liberdade".

E descrevendo a influencia do clima sobre o algodão, diz o bacharel que "o agricultor pôde modificar o sólo, fazendo-o mais ou menos gordo, mais ou menos poroso, appropriando-o á natureza de sua lavoura, mas não o clima em grande que influencia na maior parte da vegetação".

"A mesma diferença que observamos nos paizes da Europa em relação aos de beira-mar no Brasil, se observa, nestes a respeito dos do sertão ou terra dentro, onde as estações mais regulares e as chuvas vêm em tempos determinados, e constantes, o que faz com que a lavoura seja igual e sempre certo o tempo da plantação".

"O terreno da Villa de Camamú, que fica entre 14 e 15 graus desviado da Bahia, 24 leguas, he o paiz mais irregular nas suas estações que tenho visto, porque quer seja de verão, quer de inverno, sempre as chuvas são continuadas, e o calor no verão, conforme o thermometro de Fahrenheit, não chega a mais de 90 grs. e meio o que faz com que as plantações sigão a irregularidade do clima, e se não possa nelle cultivar com vantagem, senão mandiocas, cafés, arroz, e canna e não o algodão. que he o principal objecto deste discurso, porque embora cresça nas terras beira-mar, a sua cultura se não pôde fazer com proveito; porque o terreno lhe não he tão proprio e a irregularidade do clima rouba ao lavrador as suas

esperanças, vindo as chuvas no tempo da colheita destruir e apodrecer o algodão ainda nas suas capsulas" (6).

O clima em toda o zona do Norte e do Nordeste e do Sul, fez a selecção das culturas. No Nordeste açucareiro a selecção pelo clima foi coadjuvada pela da propria conna de açúcar. Tanto o feitiço monocultor da canna de açúcar, como sua localização na zona do matto, — foixa estreito indo, por exemplo em Pernambuco a menos de 200 kilometros do mar, em Alagôos, Parohiba e Sergipe a talvez menores distancias — permitem que o pluviosidade troce o limite geografico dos plantios do canno de açúcar. Sempre proximos ao mar. Na Bahia, nas zonas morginoes do Reconcavo, com pouca profundidade para o hinterland. E' a zona das chuvas mais torrencias, mais temporaneas, com verões frescos.

Zonas quando não improprias, pelo menos de exito duvidoso para o cultivo do algodão se occorre qualquer-anormalidade climatico.

Encontramos em varias épocas, alguns engenhos, na zona do matto, plantando algodão. Ero quando o febre poro o algodão supplantava o açúcar, se arrastando em crises. Nos altos, nas chapados, nas chãs, o senhor de engenho, o meeiro, o rendeiro, o trabalhador rural, nos suas roças, nos seus sitios, — no engenho — plantavam o preciosa malvacea.

Quasi sempre o senhor de engenho, participante do lucro agricola, participava do lucro commercial, pois que ero o comprador exclusivo do algodão.

Mos essa promiscuidade de algodão com a conna não era permanente. Cesado a febre, o algodão emigrova para a sua verdodeiro região. Poro o agreste, para o caotinga, poro o sertão. Como poderia viver num ambiente tão aristocrotico como o da conna de açúcar, uma cultura que foi plebleia e que só actualmente está renegondo o seu possodo de cultura do pobre, de ouro do cootingeiro ou do sertonejo. Ero a lavoura predilecta do pequeno proprietario e depois, uma cultura sem orgulho, que consentio se associar ao milho, ao feijão, aos legumes. Que dava o seu lucro em pouco tempo, em seis ou sete mezes. As mulheres e os meninos podiam-no facilmente colher. Culturo facil, leve e barata, contrastando com o conna de açúcar, culturo difficil, pesodo, carissima. Uma, não exigindo muitos terros poro sua cultura economica, o outro voraz, insaciavel, e só podendo viver á custa do grande propiedadode. A canno de açúcar formou uma elite, uma classe — do senhor de engenho e depois, do usineiro. Ninguem conhece a classe formado pelos plantadores de algodão. Pois se eram elles quasi sempre os pobres, os analfobetos, os descolços, os sem - gravota...

Mas, assim mesmo o somma desse trobolho, excerceu uma grande influencia na economia brasileiro, principolmente no Nordeste. Vem de longe em Pernambuco, a noticia sobre o algodão. Hons Stoden descrevendo o cerco de Igorassú,

(6) — José de Sá Bittencourt — "Memoria sobre a plantação dos algodoeis, sua exportação e decadencia da lavoura de Mandiocas, no termo da Villa de Camamá" — Archivo Publico do Est. da Bahia — n. 53.

em 1548, faz menção ao ataque dos selvícolas que atiravam flechas envoltas de algodão com cera que accendiam para provocar incendio. Em 1549, Duarte Coelho escrevendo a el-rei sobre o progresso de sua capitania faz referencia ás remessas de algodão para a metropole, e que entre todos os moradores e povoadores — “uns fazem engenhos de oçucar, porque são poderosos para isso e outros cannavias, algodoaes e mantimentos” (7). Na proprio zona da matta antes da invasão hoilandeza no municipio do Cabo, zona hoje completamente tributaria de usinas, João Paes Barreto funda o engenho Algodoes em terra conquistado aos indios, originando-se — diz o erudito historiador pernambucano Pereira da Costa — naturalmente aquella denominação do engenho, da existencia de grandes roças de algodoeiro na localidade.

Assim como em Pernambuco, em todas as outras copitanias, o algodão viveu, com pouco exito na exportação, até os meiaados do seculo XVIII.

Entre 1771 e 1781 os plantios de algodão foram augmentando, tornando-se no Nordeste, o maior centro productor e municipio de Santo Antão da Victoria, em Pernambuco. Data precisamente de 1781 o surto do algodão nos exportações brasileiras. Em 1817 Tollenare descrevenda suas viagens pelo interior de Pernambuco diz que “a grande cultura do algodão em Pernambuco só se encontra de 12 ou 15 leguas do Recife e estende-se em certas direcções, seja para o Nordeste, até 100 e 150 leguas”. E Pernambuco tornou-se o grande emporio algodoeiro da colonia portugueza. Cumprindo um outro destino historico, Pernambuco que vivera já a sua grande epoca de emporio mundial do açucar, voltava ao scenario mundial com o melhor fornecedor de algodão para as fabricas de tecido da Inglaterra.

Lumachi dá poro as exportações de Pernambuco no anno de 1816, o valor 3.200:000\$000 para o algodão e 576:000\$000 para o açucar.

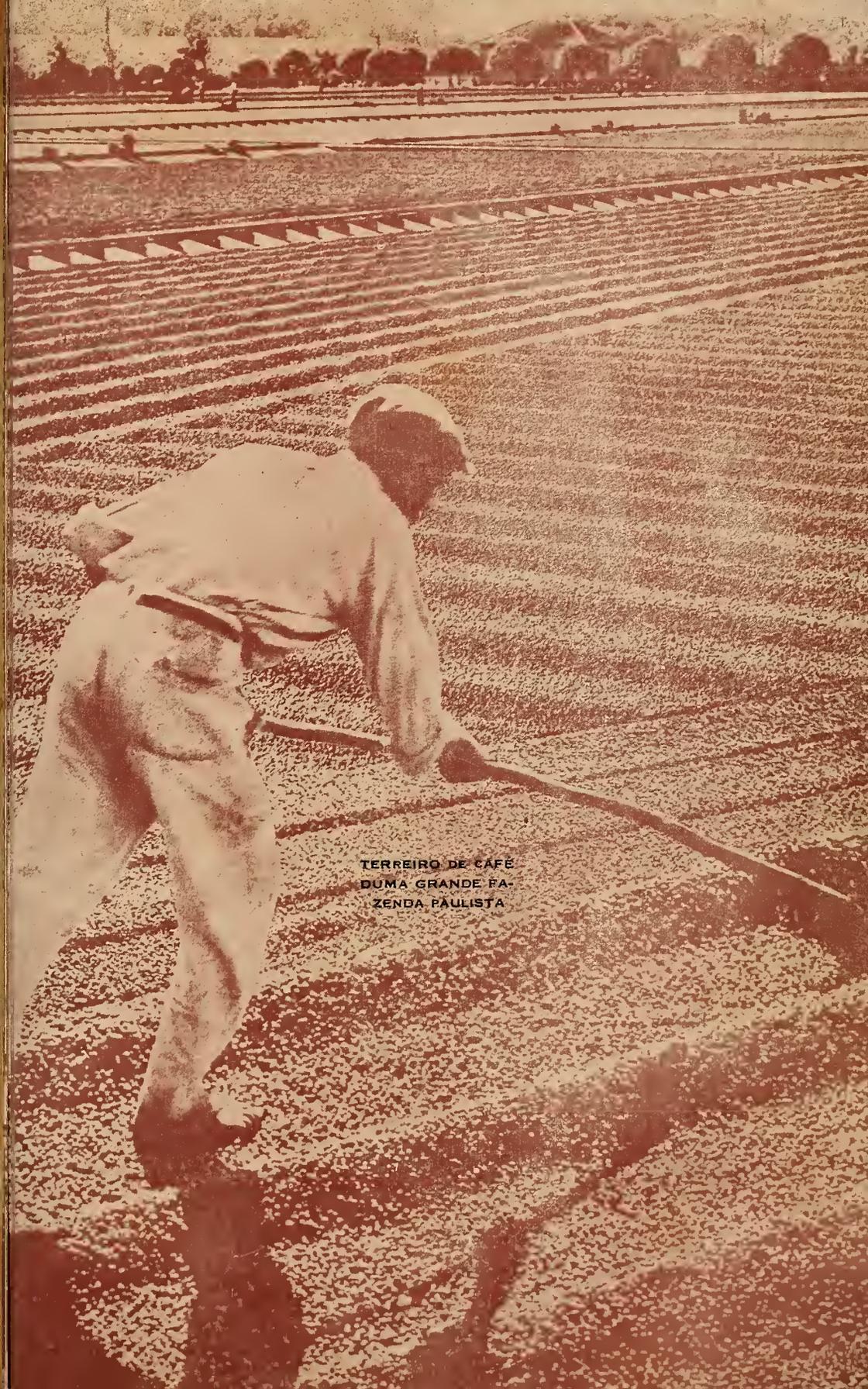
Oliveira Lima, citando uma carta do coronel Maller, consul geral da França, nos informa que as exportações de algodão em 1817, foram superiores as dos Pernambuco além de sua grande producção propria, canalizava para o seu porto a producção dos Estados Nordestinos.

A exportação fluminense de algodão nessa epoca era de vulto, sobrepujando em valor ao oçucar, café e fumo, porque emquanto o valor da exportação de algodão attingia 2.360:000\$000, o do açucar ia a 1.360:000\$000, o do café a 687:597\$600 e o do fumo o 180:000\$000.

Segundo Leconte (8) em 1820, já o Brasil figurava em segundo lugar, na importação ingleza, com 89.999.174 kilos, occupando os Estados Unidos o primeiro lugar com 89.999.174 libras e as Indios Orientaes o terceiro com 23.125.825 libras.

(7) — “O algodão em Pernambuco” — F. A. Pereira da Costa.

(8) — Léconte — Le cotton.



TERREIRO DE CAFÉ
DUMA GRANDE FA-
ZENDA PAULISTA

A partir de 1822 uma crise, que após se torna aguda, diminue extraordinariamente o movimento commercial do algodão. A exportação pernambucana que havia sido em 1816 de 4.315 toneladas e em 1820 de 4.436 toneladas, cae gradativamente, chegando a diminuir, por exemplo em 1826, 79,4 % em relação a 1820. A exportação de 1820, sómente foi superada 43 annos após, attingindo então a 5.954 toneladas. Em 1865, attingindo 9.499 toneladas, com os preços valorizados, o algodão consegue superar novamente em valor, a exportação do açúcar, pois que o valor da exportação do algodão foi de 12.898:485\$000, emquanto o do açúcar foi de 8.145:086\$000. Ainda no anno de 1866, o algodão supplanta o valor da exportação de açúcar, que foi 10.785:834\$000, emquanto o valor daquelle foi de 16.882:334\$000, numa exportação total do Estado, de 30.699:679\$000.

"Nessa epoca não havia nenhuma fabrica de tecidos em actividade em Pernambuco, pois duas tentativas desse genero fracassaram. E no Brasil havia em 1867, nove fabricas, sendo cinco na Bahia, duas no Rio de Janeiro, uma em Alagoas, e outra em Minas, com um total de 14.875 fusos e 385 teares, dando trabalho a 568 operarios, com uma fabricação de 4.303.200 metros de tecidos no valor de 2 116:200\$000, apesar de já no sexennio 1860-65 a importação brasileira de tecidos, ser de 261.978:187\$000 (9)".

Exactamente nesse periodo de animação, de corrida para o algodão no Norte, no Sul, em São Paulo, identico fenomeno ocorre. Assim é que em 1863-64, tendo São Paulo uma producção de 336 arrobas de algodão, na safra 1866-67 produziu 211.971 arrobas, o que valeu a esse Estado o premio de "Manchester Cotton Supply Association" por ter obtido o maior augmento na producção algodoeira em todo o universo, num prazo curto.

Em 1883-84, a exportação de algodão do Brasil é de 32.685 toneladas, em 1884-85 é de 23.304 toneladas, em 1886-87 de 15.053 toneladas e em 1887-88 de 23.280 toneladas. Em 1889 o valor da exportação do algodão é simplesmente de 6.963:000\$000. Em 1910 ainda se colloca mal a exportação do algodão, que outrora attingiu a tão alta cifra. Nessa data a exportação vae a 13.456:000\$000.

Dahi em deante ora descendo a 2.400:000\$000 em 1916, ora subindo a . . . 103.663:000\$000, subindo mais em 1925, com 124.494:000\$000, chegamos á safra 1927-28, em que a producção brasileira de algodão attingia 131.504 toneladas, o que representa um augmento de 208 % em relação á safra de 1901-02.

Em 1928, o maior productor de algodão no Brasil é o Ceará com 24.000 toneladas, em 2º lugar a Parahiba com 19.004 toneladas, seguindo após Rio Grande do Norte com 14.500 toneladas e em 5º lugar São Paulo com 10.175 to-

(9) — Gileno Dé Carli — Aspectos da economia pernambucana. Boletim da Secretaria da Agricultura, Industria e Viação — Tomo III — n. 1.

neladas. Em síntese, pertencia ao Norte, da produção brasileira de algodão 86,6 % enquanto ao Sul cabia 13,4%.

Em 1934 a posição estatística da produção do algodão e de sua exportação, está completamente alterada. São Paulo que seis annos antes occupava o quinto lugar, passa para "leader" da produção, a qual é superior á somma das produções do Ceará, Parahiba e Pernambuco. Era a repetição do surto algodoeiro occorrido em 1867.

Hoje occupa o algodão o segundo lugar nas exportações brasileiras, tendo attingido em 1935 o valor de 930.281.000\$000, quando o açúcar sómente alcançou 43.724.000\$000.

Sob o ponto de vista social, o algodão vaê se aristocratizando. Já é plantado em grandes extensões pelos donos das terras e explorado agricolamente por companhias, aliás quasi todas estrangeiras. O drama social do algodão terá a sua Historia.

O algodão tem vivido ciclos de grande intensidade. Depois vem o arrefecimento. O surto do algodão hoje faz lembrar o da borracha, de hontem. Está até provocando o deslocamento dos nordestinos para as terras hospitaleiras de São Paulo.

O Nordeste do açúcar perdeu o seu dominio e o Nordeste do algodão vaê seguindo o mesmo destino. Qual então o destino historico do Nordeste?

Café

O café foi um desvirainador de terras, mais terrivel que o propria canna de açúcar. Foi um grande devastador de floresta, um saharizador.

A mobilidade de suas areas de cultura traçou um aspecto sui-generis, de decadencia nas zonas que cançou. As cidades que floresceram quando a riqueza e uberidade do sólo attendiam ás exigencias da cultura civilizadora, começaram a decair quando a onda verde emigrou. Apezar disso, o café foi o mais bandeirante dos paulistas. Criador de cidades.

Onde a matta era abatida, onde a queima reduzia tudo a cinza e emergia como por encanto um cafezal novo nas terras virgens do hinterland, uma cidade nova nascia, progredia, se avantajava. E de zona em zona, em procura de terra bôa — a terra roxa — o café attendia ao seu destino de civilizador, criando na terra americana, a maior fisionomia agricola do mundo.

No Estado do Rio, onde o café foi introduzido em 1770, o deslocamento da lavoura cafeeira se processou da parte meridional para a septentrional. Esse deslocamento não foi rigorosamente absoluto, porque concomitantemente vicejava no Sul, tendo como base o municipio de Vassouras e, em Cantagallo, no Nordeste, municipios que apresentavam no meio social brasileiro, fastiajo sómente encontrado nos engenhos banguês do seculo XVIII e principios do XIX. Mas abstraindo

as pequenas variantes, a trajectoria obedeceu o sentido da direcção para o septentrião, deixando atraz, após a exhaustão do sólo, as cidades decadentes, as fazendas abandonadas, a Baixada Fluminense num estado de desprezo ao qual o proprio governo não é capaz de se innocentar, e signaes evidentes de um passado resplandecente, evidenciado nos monumentos architectonicos ainda visiveis na Baixada Fluminense, dando ensejo á commoção irresistivel, com "a visão retrospectiva dos bellos tempos em que a vivenda senhorial pompeava triunfantemente no centro dos cafezaes floridos. (10).

E tudo isto ás portas do Districto Federal, num contraste envergonhador e desolador.

Tambem em São Paulo, duzentos annos de cultura cafeeira demonstram o deslocamento acelerado da lavoura, de Este para Oeste. Quando ainda o braço escravo era o sustentaculo da economia cafeeira, os plantios da preciosa rubiacea se faziam no Norte de São Paulo e ella proporcionou grande progresso ás cidades. Mas por onde passava, deixava a desolação. E "deante do abandono das ruinas que ainda soletram a imponencia e prosperidade do passado, ha de forçosamente absorver-se numa meditação dolorosa sobre um dos mais estranhos e peculiares fenomenos economicos que a historia apresenta, e que é essa marcha implacavel, ininterrupta e fatal, do café para as terras do Oeste. Na sua directriz, condensando em decennios o evoluir de seculos, o café reproduz numa escala contrahida, que é uma synthese, a marcha da civilização. Leva para o poente a riqueza e deixa, por orde passou, ruinas e desolação (11).

Mas de facto, apesar do nomadismo do café, elle foi e é o grande elemento civilizador do Brasil. O açúcar perdendo a supremacia economica, cedeu ao café o monopolio, quasi, da economia nacional. E data de longe essa luta pela supremacia. Essa luta de predominio economico começa pouco depois do alvorecer do seculo XIX. Pelas estatisticas de exportação verificamos, que no periodo da ascensão do café na balança commercial do Brasil, isto é, entre 1821 e 1860, num total de 8.220.786 toneladas de mercadorias, já a rubiacea entrava com 3.337.760 toneladas.

E no concernente ao valor das mercadorias exportadas, a quota que cabe ao café é de 42,8 %, correspondendo a 838.000 contos de réis, emquanto que o açúcar concorre com 24,4 % ou 483.120 contos de réis.

No periodo que abrange os annos de 1811 a 1889 num total de 14.164.102 toneladas de productos exportados, o café concorre com 6.804.000 toneladas. O valor total dos productos exportados attingiu 5.753.000 contos e ao café cabe a importancia de 3.101.000 contos, isto é, 53,8 %, e o açúcar corresponde a 11,1 %.

(10) — "Entre Ruinas" — Euclides da Cunha.

(11) — "Problemas Nacionaes" — Vivaldo Coaracy.

Do periodo de 1890 a 1921 inteiramente se firma a supremacia do café, pois que da exportação total do Brasil que attingiu a 29.282.000 toneladas, pertence ao café o montante de 20.584.000 toneladas, cabendo ao açúcar o quarto lugar na classificação da exportação (12).

De 1930 a 1935, nesse sexennio, as porcentagens da distribuição dos productos de exportação, assim se alinham:

	Café	Outros productos
1930	62,86	37,14
1931	69,07	30,93
1932	71,90	28,10
1933	72,79	27,21
1934	61,13	38,87
1935	52,55	47,45

Na média desse sexennio cabe ao café, do total das exportações brasileiras, 65,05 % e aos demais productos 34,95 %.

Deslocamento do Eixo Economico

Pelos dados estatísticos verificamos o ponto quasi exacto em que começou a se processar a queda do açúcar e ascensão do café.

La o Norte açucareiro perdendo aquella fisionomia de aspecto social, economico, cultural e politico. Pernambuco perdia o seu antigo esplendor, onde era notoria a fama de riqueza do senhor de engenho, em sua patriarchal casa grande imperando em seu mundo, formando uma sociedade de nivel elevado, verdadeiros oasis nas selvas americanas. Tradicionaes se tornaram o alto nivel economico do senhor de engenho e a riqueza das capitancias e provincias açucareiras. Então, junto á miseria das demais capitancias, Bahia e Pernambuco criaram "uma fidalguia nova, a dos senhores de engenhos, cujos filhos já vão recebendo uma certa instrucção, e ostentando o luxo que, em todas as formações sociaes, é o corollario da abastança".

A par dessa hegemonia cultural, teve o Norte açucareiro a hegemonia politica, até quando o açúcar, genero principal de exportação, por causas varias, começou a decair em nossa balança commercial, dando lugar a uma outra cultura que tem intensidade e valor. E com esses dois attributos, o café plasmou uma civilização, creou uma fisionomia e pela primeira vez na historia do Brasil, deslocando o eixo economico do Norte para o Sul, transmudou tambem o eixo cultural e politico.

(12) — Alfredo Ellis Junior — "Geografia Superior e Estatística".

mp.

Luta de Duas Culturas

"O Norte açucareiro consta principalmente de Pernambuco e Alagôas, e o Sul caféeiro, de São Paulo e Rio de Janeiro."

Pernambuco na média quinquennial de 1852 a 1856, estava collocado em 3º lugar entre os Estados brasileiros, com uma exportação para o estrangeiro, de 10.799:000\$000 e Alagôas em 8º lugar com 1.596:000\$000.

São Paulo estava em 6º lugar e o Rio de Janeiro em 1º lugar, com, respectivamente, 1.896:000\$000 e 46.191:000\$000.

Nas médias quinquennaes da exportação dos annos de 1862 a 1866, cabe o 1º lugar ao Rio de Janeiro com 61.416:000\$000, o 2º a Pernambuco com..... 19.694:000\$000, o 6º a São Paulo com 6.468:000\$000 e o 7º a Alagôas com 5.846:000\$000.

No quinquennio 1872-1876, coube ainda o 1º lugar ao Rio de Janeiro, com 98.687:000\$000, o 2º a São Paulo com 22.812:000\$000, o 3º a Pernambuco, com 18.883:000\$000, e o 7º a Alagôas com 4.156:000\$000.

No quinquennio de 1882 a 1886, cabe ainda uma vez ao Rio de Janeiro o 1º lugar nas médias da exportação, com 106.112:000\$000, o 2º a São Paulo com 52.559:000\$000, o 4º a Pernambuco com 16.690:000\$000 e o 6º a Alagôas com 4.642:000\$000.

No quinquennio 1893 a 1897, nas médias, cabe o primeiro lugar, já a São Paulo com 248.690:000\$000, o 2º ao Rio de Janeiro com 192.522:000\$000 o 6º a Pernambuco com 31.419:000\$000 e 9º lugar a Alagôas com 8.430:000\$000.

No quinquennio 1903 a 1907, a primasia cabe a São Paulo com 273.744:000\$000 o Rio de Janeiro se colloca em 2º lugar com 123.071:000\$000, o 7º lugar se destina a Pernambuco com 19.840:000\$000 e o 14º a Alagôas com 5.113:000\$000.

No quinquennio de 1913 a 1917, temos em 1º lugar sempre São Paulo, com 444.082:000\$000, depois o Rio de Janeiro com 318.987:000\$000, para Pernambuco o 8º lugar com 28.878:000\$000, em 15º, Alagôas com 4.859:000\$000.

No anno de 1919 o 1º lugar é de São Paulo com 1.087.487:000\$000, o 2º ao Rio de Janeiro com 348.172:000\$000, o 7º a Pernambuco com 61.025:000\$000 e a Alagôas cabe o 15º com 3.917:000\$000.

E finalmente no anno de 1929, ainda o 1º lugar cabe a São Paulo com 2.098.003:000\$000, o 2º ao Rio de Janeiro com 508.021:000\$000, o 7º a Pernambuco com 69.537:000\$000 e o 16º lugar pertence a Alagôas, com 4.635:000\$000.

Os numeros indices falam mais altos e exprimem melhor a realidade. Tomemos o quinquennio 1852 a 1856, por base, isto é 100:

I — IMPERIO

	1862-66	1872-76	1882-86
Rio de Janeiro	132,9	213,6	216,7
Pernambuco	180,6	164,0	153,1
Alagôas	366,2	260,4	291,4
São Paulo	216,6	787,9	1.815,5

II — REPUBLICA

	1893-97	1903-07	1913-17
Rio de Janeiro	416,7	266,4	690,5
Pernambuco	288,2	182,0	264,9
Alagôas	528,2	320,4	304,4
São Paulo	8.590,3	9.451,1	15.239,6

III — REPUBLICA (após-guerra)

	1919	1929
Rio de Janeiro	753,7	1.099,8
Pernambuco	559,9	638,0
Alagôas	254,4	291,1
São Paulo	37.564,6	72.504,4

O café apparecia, dando a São Paulo de 1852 a 1929, um augmento na exportação estrangeira, de cerca de 72.404,4% ou 941,6% de augmento annual.

Era o deslocamento economico do Norte para o Sul. Era a canalização dos capitães para as terras roxas e productivas de São Paulo. Era a queda do açúcar e ascensão do café. A geografia economica determinando o destino de zonas, a hegemonia de Estados. O Sul com o café, o norte com o açúcar.

Degladiando-se, duas culturas..." (13).

(13) — "Aspectos da economia brasileira" — Norte e Sul. (Glênio Dé Carl) — Artigo publicado na "Gazeta de Alagôas", em 6/7/34.



Cafetal - Quadro de Candido Portinari

lizando ouro, perdeu a influencia preponderante nos destinos economicos e politicos do paiz.

A economia brasieleira que vivia antigamente dos valores da exportação do açúcar, depois do deslocamento do eixo economico para o sul, vive quasi dos valores do café. E' uma fatalidade que não diminue o Nordeste mas que o põe na dura realidade de inferioridade economica. Faltou ao Nordeste a revolução technica, em todos os sectores de sua actividade açucareira.

A primeira doença da Canna de Açúcar

A variedade que proporcionou um verdadeiro resurgimento na industria açucareira no Brasil, nos principios do seculo XIX, foi como vimos, a canna caiana que até 1830 se desenvolveu admiravelmente no novo habitat, sem que tivesse soffrido qualquer ataque de natureza fitopathologica.

Já em 1834, porém, o "Campista" (16), jornal existente no prospero municipio açucareiro de Campos, em sua edição de 2 de abril, aizia:

"A canna caiana está completamente degenerada, e já não tem semelhança com a primeira, que para aqui foi transplantada nem no tamanho nem na qualidade, ou isso provenha de uma lei geral imposta pela natureza aos vegetaes ou, como nos parece do estado da terra; e ou seja filho dessa mesma degeneração ou seja uma doença particular, é certo que de certo tempo a esta parte se tem observado um mal que tem atacado os cannaviaes quasi inteiros e que desgraçadamente não conhecemos para remedial-o".

Era pelo signal de degenerescencia, a gomose da canna, que sómente muito mais tarde foi estudada e caracterizada e que segundo alguns autores apparecera no Brasil em 1860. Esse topico do antigo jornal vem lançar um pouco de luz sobre o caso. Quanto á questão propriamente dita, de ser considerada a decadencia vegetativa da canna caiana, como degenerescencia, ha grande controversia, pois que existem fortes argumentos, de que em terrenos virgens, humosos, a canna caiana readquire seu antigo vigor e rendimento cultural. Ao passo que em solos parcialmente exhaustos, ella degenera por causa do seu sistema radicular, que exige sempre condições excepçionaes de riqueza de solo. Seria mesmo no Brasil a degenerescencia da caiana uma causa de mudança de condições?

Sobre esse mal primeiramente observado em Campos, depois em Pernambuco, onde foi pela primeira vez verificado nos cannaviaes do engenho Santo Ignacio, do senador Luiz Felipe Souza Leão e tambem na Bahia, ha uma extensa bibliografia brasileira, como os estudos de Carlos Glasch, Mauricio Draenert e Gustavo Dutra, respectivamente publicados na Revista Agricola n. 1, 1869, "Jornal do Agricultor", vols. I e II, e "Diario da Bahia" e "These apresentada á Imperial Escola Agricola da Bahia em 1880".

(16) — Hoje "Monitor Campista".

Em 1879 o presidente da Província de Pernambuco nomeou uma comissão de estudos, que apresentou um parecer provisório publicado no "Diário Official", em 10 de outubro de 1880. Em 1881 o dr. Cosme de Sá Pereira publica um estudo detalhado de trabalhos microscópicos, com cannas doentes. Ainda em 1881, o dr. Pedro de Athaide Moscoso publicou em anexo ao relatório do ministro da Agricultura, um parecer minucioso do mal que acomettera a quasi totalidade dos canaviaes brasileiros. Em 1882 o dr. Daniel Heuninger publicou na Revista do Instituto Fluminense de Agricultura, um dos mais completos trabalhos sobre o assumpto.

Novas variedades de Canna

A degenerescência da canna caiana acarretou um grande prejuizo para a industria açucareira, tendo motivado uma expedição ás ilhas Maurícia e Bourbon em 1858, com o fim de serem trazidas novas variedades de canna, que pudessem substituir aquella que já proporcionara tão grandes lucros ao agricultor brasileiro.

O encarregado da expedição retornou ao Brasil, já fóra de época para o plantio, tendo se perdido bastante canna na travessia. As sementes que puderam ser aproveitadas foram plantadas numa chácara da rua da Lapa, n. 88 e no Jardim Botânico. As variedades importadas foram canna Penang (verde), canna rôxa e canna Diard (côr de rosa). A primeira, é semelhante á caiana e produz excellente açúcar. A rôxa, geralmente cultivada nas ilhas Bourbon e Maurícia, apesar de não dar bom açúcar, tem grande rendimento cultural. Finalmente a canna Diard, dá bom açúcar, porém é de pouca productividade. A canna rôxa, denominada Tussac, na India, é tambem conhecida em Campos como canna da Batavia, e foi essa variedade que salvou a industria açucareira desse municipio. Possui côr violacea, não flecha, e se bem não seja muito rica em açúcar, possui entretanto características essenciaes de resistencia á gomose, não necessitando de solos excessivamente húmidos para sua cultura.

As chronicas agricolas dessa época se referem a algumas variedades de canna provenientes de variações expontaneas, apresentando-se, por exemplo, a caiana, com variações denominadas "cristalina" e "imperial".

Em Quissamã, em 1868, existia então uma variedade do mesmo nome dessa freguezia, que é uma variação da caiana, sendo mais fina, porém de igual teor saccharino. Na mesma época, em Campos e Macahé, se notam as variedades "mole" — rica em açúcar — assim chamada por ser muito tenra; a "imperial" listada de amarello e verde, de bom rendimento agricola e resistente á gomose.

Localização da Canna de Açúcar

Desde as primeiras variedades de canna lançadas nas uberrimas terras virgens do novo continente, depois, as novas variedades plantadas, todas ellas, foram cultivadas, em sua quasi totalidade, em faixas littoraneas, num deslocamento sem profundidade para o hinterland, para o sertão.

Desde os primitivos nucleos de civilização, por um natural imperativo economico, as feitorias, os engenhos, foram procurando o longo da costa oceanica, a

proximidade dos rios navegaveis, os reconcavos das bahias, pela garantia de transporte dos productos da terra.

A Capitania de Pernambuco, em 1749, possuía 276 engenhos sendo 230 moentes e 46 de fogo morto, distribuidos todos, em zonas littoraneas, zonas marginaes de lagôas e bahias, ou adjacentes a rio navegaveis. Era a seguinte a distribuição: (17)

	Eng ^o s. moentes	Eng ^o s. de fogo morto
Cidade de Olinda e seu termo	49	13
Villa de Recife e seu termo	46	10
Villa de Igarassú e seu termo	30	5
Capitania de Itamaracá e seu termo	28	7
Villa de Serinhaem e seu termo	25	2
Villa de Porto Calvo e seu termo	18	0
Villa de Alagôas e seu termo	27	6
Villa de Penedo e seu termo	7	3
	230	46

Pela localização desses engenhos, pôde-se deduzir a directriz dos plantios da canna de açúcar em Pernambuco, em pleno seculo XVIII —: todas nas zonas humidas das varzeas proximas ao oceano, onde o transporte era facil ás margens das lagôas do Norte e Manguaba e ás margens do grande rio navegavel, — o São Francisco. Na Bahia, tambem, as lavouras cannaveiras se localizavam ás margens do Reconcavo, nos municipios de Santo Amaro, Villa de São Francisco, e adjacencias da cidade do Salvador.

Ainda em Pernambuco, em 1761, (18) possuindo as Capitancias de Pernambuco e Itamaracá 308 engenhos, sendo 268 engenhos moentes e 40 de foao morto, a Villa do Recife e seu termo, têm em sua freguezia de Muribeca, 10 engenhos; na do Cabo, 26 engenhos e na de Ipojuca 15. A Villa de Serinhaem possuía 25 engenhos e a freguezia de Sant'Anna 11 engenhos. A Villa de Porto Calvo tinha 15 banguês. A Villa das Alaaôas e seu termo possuiam 22 enaenhos. A cidade de Olinda possuía em sua freguezia da Varzea, 15 engenhos; na freguezia de Santo Amaro de Jaboatão 14 engenhos; na freguezia de São Lourenço da Matta 19 engenhos e na freguezia de Nossa Senhora da Luz, 17 engenhos; na freguezia de Santo Antão, 14 engenhos. A Villa de Igarassú e seu termo possuiam 16 engenhos e a freguezia de Tracunhaem, 17. Goianna possuía 21 engenhos e a Capitania de Itamaracá, com Tijucupapo, possuía 13 engenhos. Sómente as freguezias de Santo Amaro de Jaboatão e São Lourenço da Matta — aliás muito perto de Recife — e a freguezia de Tracunhaem, que estão localizados no interior, todas as outras Villas e freguezias, são littoraneas, tendo facilitado assim o escoamento de sua producção, por vias maritima, fluvial e lacustre.

(17) — Informação Geral da Capitania de Pernambuco — 1749.

(18) — Correspondencia do Governador de Pernambuco — 1753|1770.

Em todo Nordeste, os engenhos sendo localizados nessa estreita e uberrima faixa do littoral, naturalmente limitada para o interior, de accôrdo com as precipitações pluviométricas que traçaram um verdadeiro zoneamento e com a estrutura geologica da região, — fixaram a canna de açúcar á unica zona humida do Nordeste açucareiro, dando assim a característica da civilização littoranea, em contraposição com a barbarie do sertão, onde o primitivismo da exploração pecuaria era um contraste com o luxo, a ostentação e a grandeza do senhor de engenho.

E tendo sido cruenta a conquista da terra ao amerindio, a necessidade do agrupamento traçou a concentração da senzala em volta da casa-grande e do banguê, verdadeiras villas e sempre sufficientemente fortificadas para a resistencia aos nativos.

○ Latifundio

Mas, mesmo sendo imprescindivel a mutua cooperação de um senhor de engenho ao seu vizinho, começou o Brasil com o grande dominio açucareiro, desde doações de 500 braças, até 10 legoas, 50 e 200 legoas.

A principio, com os altos preços de açúcar dos seculos XVI e XVII, houve uma reacção da pequena propriedade contra a dominação do latifundio açucareiro. Conta Reyes, tratando da economia de Campos, onde aliás se observa, através de toda historia economica do açúcar o maior fraccionamento da propriedade — que então, "ha engenhocas que não têm de cobertura senão o espaço que occupam as moendas, cuja cobertura anda á roda, por estar armada por uma das almanjarras; e só móe em tempo de sól, outro ha, senhor de taes engenhocas que não possui escravo algum e se serve com a sua familia — filhos, irmãs, mulher e aluados. Faz-se incrível o que se conta de algumas dessas fabricas, que assim mesmo fazem muito açúcar com que se remedeiam os donos, e vão deixando de cultivar outras culturas, a que antes se applicavam. Neste andar passam a adquirir melhores utensilios e alguns escravos, com o credito, que lhes facilitam os mercadores, e alguns chegam a montar engenho".

Porém, essas pequenas explorações agricolas no Norte, já haviam sido absorvidas pela grande propriedade e no Sul tambem em breve tiveram o mesmo destino.

Em Pernambuco encontramos em pleno seculo XVI, até a difficuldade do se-mei-ro de desmembrar a propriedade doada. De facto, em 1577, a senhora dona Jeronyma de Albuquerque e Souza, capitã e governadora da Ilha e Capitania de Itamaracá, conferiu licença a Bôaventura Dias, filho de Diao Dias, para vender a metade da sesmaria das terras doadas no Capiberibe-Mirim, no vale de Goiana.

Quer dizer, que sómente com autorização do doador, nessa época, era possível que a sesmaria de "cinco mil braças de terra com as alagôas e ribeiros que nellas houverem, e a ribeira de Goiana nomeadamente, para nella fazer os

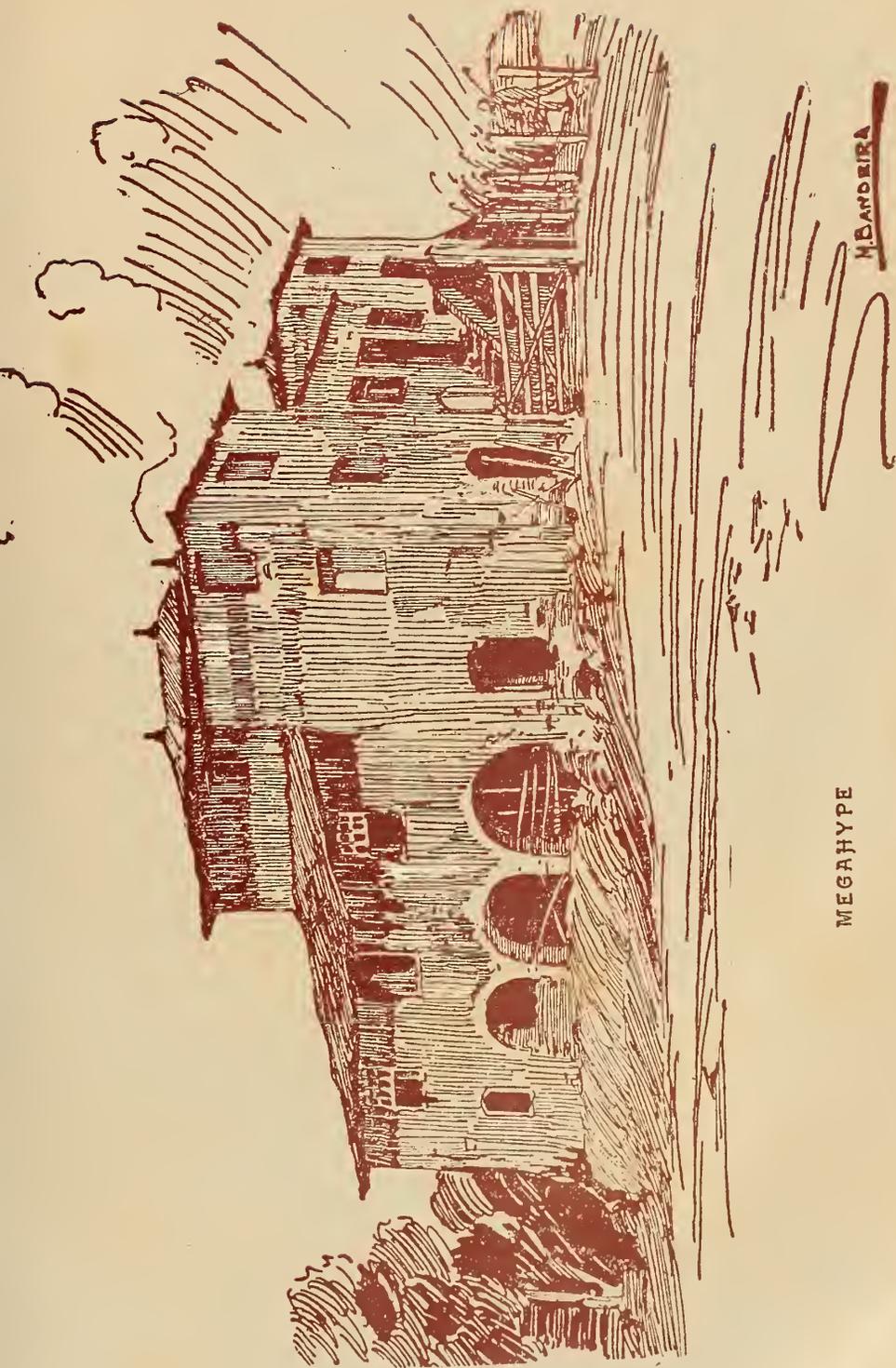
engenhos que padesse, conforme dois por cento dos açucares para o capitão e senhores" soffresse qualquer desmembramento.

Houve com effeito, um certo interesse do Governo metropolitana de impedir o açambarcamento dos pequenos proprietarios pelos grandes detentores do poderio rural. Tanta que na Regimento dos Governadores do Estado do Brasil, no capitulo 24, ha o intuito louvavel de alargar a colonização, procurando "por todas os meios que lhe parecer necessario que as terras se vão cultivando" e obrigando aos que de nova "tiverem terras as vão cultivando de sesmarias, e as povoem, e aos que o não cumprirem, se lhes tirarão e darão a quem as cultivem e povoem" para que não dê a alguma pessoa tanta quantidade de terras que não podendo cultivar-a redunde em damno ao bem publico".

Nas Ordens Régias aos Governadores de Pernambuco existe uma medida drastica que não temos sciencia se foi executada. No intuito de corrigir a ampliação da grande propriedade, de impedir a absorção da pequena propriedade e finalmente com o objectivo de augmentar a fortuna publica e particular, com uma mais equanime divisão de terras, terras doadas sem o supervisionamento do crescer da economia rustica, e ainda, por ultimo, para diminuir a ambição do latifundiario, de possuir desmedidas extensões territoriaes, sem culturas, sem trabalho agricola, sem criação, em abandono absoluto, sómente para satisfação da vaidade de ser um grande senhor de engenho, el-rei em data de 20 de janeiro de 1699, ordenou que qualquer pessoa que denunciasse numa sesmaria sitios ou terrenos incultos e despovoados e isto podesse comprovar, summariamente fosse dado ao denunciante até um total de tres legoas de cumprimenta e uma de largura ou legoa e meia em quadro; e que o excedente fosse doado a quem procurasse.

E ordenou ainda el-rei, que, de então em deante, qualquer pessoa que recebesse sesmarias, além de pagar os dizimos á ordem de Christo, despacho e demais taxas, pagasse tambem um fôro proporcional á grandeza e á qualidade da terra. Se bem que a intenção da ultima parte da ordem régia fosse desafogar o erario real, no entretanto a incidencia desses novos impostos redundava em cerceamento á cobiça do grande agricultor. Não pára ahi a legislação portugueza para a Colonia do Açucar, o grande ou o maior emporio mundial do precioso genero.

Em 1740, no Regimento dos Governadores da Capitania de Pernambuco, encontramos a mesma politica economica, do desejo de que a grande propriedade seja dividida, ordenando el-rei aos Governadores que "aos que não cultivarem na fôrma da Ordenação e Regimento das Sesmarias, mandareis proceder contra elles, como se dispõe na mesma Ordenação e Regimento, e tambem procurareis que se não dê mais terras de Sesmarias, que aquellas que cada um puder cultivar". E de facto as grandes concessões vão pouco a pouco diminuindo, de fôrma que encontramos, em Pernambuco, por exemplo, doações razoaveis como as de Apuá, Eixo, Petribú e Engenho Novo, na ribeira de Páo d'Alho, concedidos a Francisco Cavalcanti de Albuquerque, capitão-commandante, em 12 de setembro de 1812, tendo cada engenho 6 kilometros em cada linha divisoria.



MEGAHYPE

Velha "casa grande" de engenho em Pernambuco. E' anterior ao dominio hollandez



A sesmaria da Cachoeira Furada, na Freguezia de Serinhaem, concedida a Manoel Rodrigues de Aguiar, em 19 de fevereiro de 1818, começava na fóz do iacho Cachoeira Furada, no rio Serinhaem, com uma legoa de comprimento.

A sesmaria de Prato Grande, á margem do rio Pirangy, na freguezia de Agua Preta, concedida a Francisco Gonçalves da Rocha, em 18 de fevereiro de 1824, portanto já no período de nossa emancipação politica, tinha uma legoa de terra.

Em 15 de julho de 1825, o capitão Sebastião Paes de Barreto Cavalcanti, conegue uma sesmaria de legoa e meia de plantar e criar, tendo as suas terras devidamente demarcadas. Os numeros fantasticos das legoas diminuiram, tanto na região littoranea, como no hinterland, como occorreu com os engenhos, Anuiá e Petribú, distantes cerca de sessenta kilometros da costa e a sesmaria de Cotunguba quasi á mesma distancia.

Caminhamos até essa data, do regime latifundiario, pelo excesso de terras devolutas e escassez de colonizadores, para um regime de média propriedade, em que o engenho vae num maximo até legoa e meia ou duas legoas, nas zonas nitidamente humidas, portanto civilizadas; nas regiões de transportes mais faceis, portanto povoadas. A propria grande propriedade das doações originarias, foi se desagregando, pela repartição entre herdeiros. Muitas vezes, o grande proprietario rural fundava dentro dos seus dominios varios banguês, doava-os em vida, aos seus filhos. Não havendo entre nós a herança morgantica, senão em poucos casos — como a do morgado do Cabo, a de Jurissaca, instituidos por João Paes Barreto, a de Santo Amaro por Francisco de Rego Barros e a de São Sebastião instituido por Christovam de Rego Barros e pouco mais, todos porém extinctos pelo governo imperial em 1831, — caminhamos sempre para o fraccionamento da grande propriedade rural. Nem se poderia conceber que nossa evolução social tendesse para outra orientação, desde que o intercambio social e economico requeria approximação. E o latifundio era a separação, era o deserto. Dahi a contraste de uma terra despovoada, com a densidade de população nos engenhos banguês, verdadeiras villas. Dahi a sensação terrivel do isolamento e insignificancia do homem, ante um ambiente de segregação. A média e a pequena propriedade encurtaram a distancia entre as casas grandes. E assim mesmo Tollenare em 1816, viajando de Recife para o engenho Salgado, caminhanda 15 legoas, apenas encontrou um povoado e tres engenhos, uma distillação e algumas miseraveis cabanas de taipa ou folhagem. E já nessa epoca, de que nos separamos por 130 annos, a proporção das terras incultas para os terrenos cultivados era de 30 a 25 para 1, num raio de 20 legoas em torno da terceira cidade do Brasil (19). Assim mesmo, já nos approximavamos bastante de um tipo ideal, para a epoca, da disseminação da propriedade média e pequena.

Latifundios açucareiros

E' interessante o paralelo entre o problema da terra no Brasil açucareiro e em Cuba e demais Antilhas, tambem grandes emporias do açúcar. Lá, como aqui, houve doações a legoas, sem no entretanto haver a con-

(19) — "Notas Dominicaes" — L. F. de Tollenare.

quista á palma, do sólo doado. Depois que se iniciou verdadeiramente a colonização hespanhola nas Antilhas, as grandes propriedades surgiram, com o ciclo da pecuaria. Em Cuba, por exemplo onde toda a terra era "realenga", os Conselhos Cubanos distribuiram grandes extensões territoriaes aos criadores, formando na ilha, grandes circulos. Como no Brasil, esse latifundio orginario não foi prejudicial, já porque a terra realenga era abundante, já pela população pequena, já porque os fornecedores se destinavam á criação do gado e entre as obrigações dos beneficiados constava a entrega ao "cabildo de todo o gado necessario ao consumo, de accôrdo com as requisições do Governo da Ilha, e a preço fixado pela Camara". (20). Mas havia uma disposição estatutaria permitindo, mesmø dentro da terra doada, a criação de "estancias" com o objectivo de que sempre houvesse "abundancia de mantenimientos y labranza de pan". A pequena propriedade portanto subsistia, enquistando-se dentro da grande concessão. Porém, onde a sabeloria colonizadora, antes do apparecimento da canna de açúcar, se portou com mais habilidade, foi na colonia ingleza de Barbados, pois que o assalariado branco, apezar da vida miserrima que levava, por força de contracto, no fim de quatro annos de trabalhos, recebia uma certa area de terra, tornando-se pequeno proprietario e lavrador independente. Depois de uma série de tropeços, para se firmar como colonia de açúcar, Barbados, com o estímulo do capital judaico dos capitalistas e commerciantes hollandezes, expulsos de Pernambuco, entrou numa fase brusca de prosperidade. Mas diz Harlow (21) essa brusca prosperidade, vantajosa como era sob o ponto de vista economico, posteriormente provou ser a causa principal da decadencia da ilha.

Como a industria açucareira tenha necessidade, para subsistir, de mão de obra barata e de grandes extensões territoriaes, e como só é possivel braço barato em regime latifundiario, em breve a terra de Barbados caiu em mãos de poucos, e aquella colonia que logo após quinze annos de fundada, era uma das mais fortes, ricas e povoadas da Inglaterra, se tornou uma grande feitoria de açúcar. E diz Ramiro Guerra y Sanchez: "Em 1685, o processo estava terminado. A partir de então, Barbados quasi não tem historia. Os descendentes dos escravos são legalmente livres, porém percebendo diarias de 25 centavos, vivem miseravelmente." (22).

Dessa voragem de decadencia, motivada pela appropriação da terra, sómente Cuba, — a principio latifundista, porém aos poucos tendo fraccionada sua grande propriedade — até os meados do seculo XIX, escapou. E' que a industria açucareira cubana só teve real relevo no inicio do seculo XIX, vivendo sempre o engenho, em propriedades de médio tamanho. Em Cuba só houve latifundio açucareiro, quando surgiu a concorrência entre as Centraes, já após 1870, para aquisição da materia prima — a canna de açúcar.

(20) — "Azucar y poblacion en las Antillas" — Ramiro Guerra y Sanchez.

(21) — V. T. Harlow — "History of Barbados".

(22) — Obra citada.

A diferenciação profunda entre o problema do latifúndio no Brasil e nas ilhas Antilhanas está na extensão territorial e consequente densidade demográfica.

Emquanto no Brasil o sertão era imenso, a selva indevassável, os planaltos sem fim, as varzeas ubérrimas e numerosas, as grotas incontáveis, os rios navegáveis até um hinterland misterioso, desconhecido, duma amplitude imprevisível, com meridianos dia a dia empurrados, deslocados sempre para o occidente, — nas Antilhas, o aspecto geográfico era diferente, pois que Cuba tem uma superfície de 114.542 km², São Domingos de 48.577 km², Haiti 77.255 Km², Trindade 4.822 km² e Barbados 430 km². Por estes números poderá se vêr, que muitas das sesmarias brasileiras se approximavam quasi da area total de algumas dessas ilhas das Antilhas.

Latifúndio açucareiro no Brasil

Houve um tempo em que ser usineiro era ser estrategista. Sciencia que requeria conhecimento absoluto da topografia de todos os engenhos circumvizinhos. E para impossibilitar a passagem do concorrente que iria buscar canna mais além, no ambito economico de outra usina, se possessou em todas as zonas açucareiras do paiz, uma verdadeira vertigem pela posse da terra. Uma luta de subsistencia, luta de vida e de morte, contrastando com o que idealizara o Barão de Lucena, em Pernambuco — tornou o usineiro de açúcar um insaciavel possuidor de engenhos.

Engenho comprado era logo tentaculado, ligado á usina pela estrada de ferro de bitola estreita ou de um metro. Significava a posse. O desmoroamento do engenho banguê e muitas vezes da casa grande. O ambiente, a fisionomia se descharacterizavam. A faina industrial se extinguiu. Restava só a monotonia do verde dos canaviaes rasgados, pelas linhas de ferro da usina. O engenho perdeu até o nome. Chamam-no roça, sitio, fazenda, capitania, secção. Foi absorvido. Integrou-se na grande propriedade. Desappareceu.

No entretanto, paira entre os estudiosos dos problemas economicos do Brasil a duvida sobre se existe o latifúndio açucareiro e sobre as causas que provocaram a sua existencia.

Se se tomar em consideração um dos criterios adoptados pelo sr. Alfredo Ellis Junior (23) para demonstrar que em São Paulo quasi não ha latifúndio e que o café é cultivado em pequenas propriedades, resultado esse obtido dividindo o numero total dos caféeiros no Estado, pelo numero de fazendas de café, encontrando um total de 18.250 pés de café por propriedade, chegaremos a identico resultado, em relação á canna de açúcar.

(23) — Alfredo Ellis Junior — "A evolução da economia paulista e suas causas."

Tomando-se para base de calculo a média das safras do triennio 1934-35 a 1936-37, incluindo todos os tipos de açúcar e comparando com os totaes de fabricas, encontraremos os seguintes numeros para os seis principaes productores de açúcar no Brasil: (24)

Estados	Saccos	Nºs. de fabricas	Saccos por fabrica
Pernambuco	4.345.810	1.838	2.364
Alagoas	1.458.531	623	2.341
Sergipe	749.000	209	3.585
Bahia	1.170.497	1.761	664
Rio de Janeiro	2.299.017	1.748	1.315
São Paulo	2.509.193	1.342	1.869

Uma propriedade produzindo materia prima para a fabricação de um maximo — em Sergipe — de 3.585 saccos, é positivamente uma média propriedade. Computando-se a media geral das produções do triennio, com o numero total de fabricas de açúcar, chegaríamos então á conclusão de que a distribuição para cada propriedade, é de 1.114 saccos de açúcar. Seria uma conclusão paradoxal, de que no Brasil açucareiro não ha latifundio.

A realidade porém é que elle existe. Já Tollenare, nas suas observações fidedignas em Pernambuco de 1817, após uma série de visitas do engenho Salgado e diversos outros dessa Provincia, tem a oportunidade de se referir á amplitude das propriedades ruraes informando que ellos "têm limites conhecidos e mais terras do que necessitam". (25)

E calculando esse excesso de terras, esclarece esse nosso chronista que "em uma comarca reputada muito cultivada, da Capitania de Pernambuco, a parte em cultura está para vinte e quatro; ou se se quer abstrair como não sendo baldia certa quantidade de pastagens igual ao numero de geiras cultivadas, como de um para doze". (26).

J. Lucio de Azevedo classifica de vaidade, a posse de tanta terra, que "com numerosa escravatura e clientela submissa de aggregados e rendeiros, impellia á presumpção habitual e a vida faustosa" (27). Um dos nossos grandes pensadores e economistas, Arthur Orlando, dedicando um estudo especial a Pernambuco, tem a oportunidade de esclarecer que "foi com a escravidão negra que se implantou definitivamente o regime da enxada, da monocultura e da grande propriedade. A charua teria poupado grande numero de braços; mas para que economizar trabalho, se a mão de obra fôra reduzida a vil preço, e se a consideração social se media pela maior quantidade de escravos possuidos?" (28)

(24) — Dados da Secção de Estatística do Instituto do Açucar e do Alcool.

(25) — Tollenare — Obra citada.

(26) — Tollenare — Obra citada.

(27) — J. Lucio de Azevedo — "Epocas de Portugal Economico".

(28) — Arthur Orlando — "Brasil." A terra e o Homem.

A base, pois, da riqueza particular não era a extensão territorial e sim, o número de trabalhadores escravos. E estigmatizando o uso da enxada, apontando-a como um dos factores do latifundio, Arthur Orlando, diz textualmente que "o emprego da enxada concorreu, é verdade, para o desenvolvimento da grande propriedade, mas foi um resultado em prejuizo da separação dos dois regimes, agrícola e industrial (29). Sobre esse assumpto magno da nossa organização economica, é interessante a transcrição de dois topicos de um estudo de Oliveira Vianna, que se referindo á existencia do latifundio, e principalmente do latifundio açucareiro diz que "de um modo geral, contemplando em conjuncto a nossa vasta sociedade rural, o traço mais impressionante a fixar, e que nos fere mais de prompto a retina, é a desmedida amplitude territorial dos domínios agrícolas e pastoris". (30)

Não é mais para saciar a vaidade de possuir muita terra, o motivo encontrado por Oliveira Vianna, para explicar a existencia do latifundio, sim, em parte, pela propria natureza das culturas. "A lavoura da canna e a lavoura de café exigem para serem efficientes, grandes extensões de terrenos" (31). Em Pernambuco e Alagôas a situação parece mais critica porque "infelizmente, estamos com a faixa do nosso littoral, que é a espinha dorsal da economia pernambucana, entregue sem freios ao dominio da grande propriedade. São municipios inteiros, em cujos registros de immoveis encontra-se apenas meia duzia de nomes substituindo as dezenas que existiam antes do progresso industrial açucareiro". (32). Sobre a distribuição das propriedades, vem a baila, nesse capitulo de opiniões sobre o latifundio açucareiro, uma estatistica recente, publicada em Pernambuco, pela qual se deduzirá que para uma população de 1.442.100 habitantes, ha na zona da matta, 17.906 proprietarios, enquanto que na zona do Agreste — Caatinga existem 17.601 proprietarios para uma população de 966.728 habitantes e na zona do sertão, 19.256 proprietarios para uma população de 519.062 habitantes. E raciocina o autor desse estudo que a distribuição da propriedade sobre a população geral "na zona da Matta ella affirma um indice de apropriação de um numero relativamente reduzido, nas zonas Agreste — Caatinga e Sertão, ella mostra uma paridade de situação ditada pela pequena densidade da população na zona sertaneja. Haveria theoreticamente uma melhor distribuição nesta ultima zona; mas ella nada adianta, provada que será o indice de empobrecimento commum, num regime de economia fechada, que quasi se affirma na totalidade dos seus municipios". (33). Mas, não é sómente em Pernambuco, ou mesmo no Nordeste, a occorrença do latifundio açucareiro, porque "o fenomeno de Pernambuco, Alagôas, Sergipe e Campos, é o mesmo fenomeno cubano. Devido á peculiaridade da grande central açucareira, se tem marchado da pequena para a grande propriedade".

(29) — Arthur Orlando — Obra citada.

(30) — Oliveira Vianna — "Função Simplificadora do Grande Dominio Rural".

(31) — Oliveira Vianna — Obra citada.

(32) — Novaes Filho — "Rendimento Industrial e Prejuizo Social" — Em "Fronteiras" março — 1936.

(33) — Souza Barros — "Distribuição da Pequena, Média e Grande Propriedade Territorial no Estado".

"A grande concentração economica, isto é, a usina, fez desaparecer em diversas zonas a burguezia dos pequenos proprietarios ruraes" (34).

Mas, tambem, não se restringe o latifundio áquellas zonas açucareiras, pois elle existe no Brasil, onde se plante a canna de açúcar. Tratando da substituição da cultura do café pela da canna de açúcar em São Paulo, o sr. Alfredo Ellis Junior affirma textualmente que "a canna de açúcar, porém, não foi o principal usufruidor da desgraça do café, pois que vegetal de grande propriedade, não é o que mais se aconselha para se obter da terra um rendimento maximo. Mas como ainda existem grandes propriedades em São Paulo, a canna de açúcar encontra nellas o meio do seu desenvolvimento. (35).

Embora com outros aspectos, o antigo latifundio dos senhores de engenho, hoje substituido e augmentado pelos usineiros, tem do nosso maior conhecedor dos problemas sociaes da canna de açúcar — Gilberto Freyre — uma apreciação justa, de que, "sem o sistema latifundiario e escravocrata, teria sido talvez impossivel a fundação de lavouras á européa nos tropicos, e o desenvolvimento, aqui, de uma civilização a que não faltariam as qualidades e as virtudes das civilizações aristocraticas, ao lado das perversões sociaes e dos defeitos economicos e politicos" (36).

Se não era possivel a subsistencia do engenho banguê sem o latifundio, a usina poderá sobreviver com o esfacelamento delle? Não estarão essas razões, mais ampliadas, dando assim razão para que viva necessariamente a grande propriedade? Admittindo a existencia do latifundio açucareiro, sabendo os maleficios sociaes que delle resultam, serenamente o presidente Getulio Vargas procura uma solução, quando ao traçar o elogio ao maior municipio açucareiro do Brasil, (37) clama que "Campos precisa voltar ao seu esplendor de outróra, ao apogeu dos ultimos tempos do Imperio. Para readquiril-o não deve cuidar apenas do aperfeiçoamento dos processos da lavoura açucareira. Precisa desenvolver tambem a policultura, de tal modo que o futuro da região não repose num producto unico melhorando ao mesmo tempo, os methodos de exploração do sólo, não sómente quanto á technica, mais ainda quanto á fôrma. O cooperativismo da producção, a parceria agricola, a constituição da propriedade média, muito mais apta a realizar o equilibrio social que a grande propriedade, a industrialização crescente, são outras tantas etapas do progresso a que estão fadadas as ricas margens do baixo Parahiba, capazes de produzir tudo, em excellentes condições, e dispondo do mais barato genero de transporte, que é o fluvial-maritimo".

Posto isto, indagar-se-á se o fraccionamento da grande propriedade, na zona humida do Nordeste, de Campos, de São Paulo e Minas, resultará em beneficio para o interesse geral. Se o desequilibrio da producção açucareira decorrente da

(34) — Assis Chateaubriand. Artigo publicado no "O Jornal" em 3|1|1936.

(35) — Alfredo Ellis Junior — "A evolução da economia paulista e suas causas".

(36) — Gilberto Freyre — "Nordeste".

(37) — Discurso pronunciado na cidade de Campos, E. do R. de Janeiro, publicado no "Jornal do Commercio", de 26-6-1936.

mudança do regime da economia cannavieira, trará o almejado equilibrio social. Se o encarecimento do custo da produção satisfará a consumidar de açúcar. Em fim, se sem um plano sistematico e bem elaborado, a simples posse da terra, resolverá a miseria que lavra entré a população rural.

Se a industria açucareira no Brasil, por uma fatalidade economica tem sua base na grande propriedade e se se quer remediar sem aniquillar, cohiba-se que essa grande propriedade cada vez mais se elasteça e, em vez de combater o latifundio açucareiro, o Estado deverá combater a monocultura cannavieira. Ella é um mal de proporções maiores que o do latifundio, se bem que só exista com a existencia da grande propriedade. A policultura que o presidente Getulio Vargas reclama para Campos, é o aniquilamento parcellado e sem disturbios do latifundio açucareiro no Brasil.

Consequencias da Monocultura

Estudando a posição geografica da canna de açúcar nas zonas humidas de Pernambuco, Alagoas, Bahia e no municipio de Campos, no Estado do Rio, verificamos uma falta quasi absoluta de cultura associativa. A canna de açúcar vive só. Personifica com seu orgulho de grande cultura, toda a nobreza vegetal. O algodão é lavoura do pobre. Como tambem a mandioca, o milho, a laranja, o abacaxi. O café pode tambem ser lavoura de pobre. Igualmente o cacáu, o fumo. Cada um desses productos, pôde viver independente, em suas pequenas culturas. Que vale porém ao agricultor ter um pequeno partido de canna, se não pôde possuir o engenho? Essa aristocratização da canna de açúcar resultou num mal que periodicamente se agrava: — a falta de generos de primeira necessidade, decorrente da monocultura.

Paradoxalmente a canna de açúcar é factor de fome. O Nordeste tem zonas nitidamente diferenciadas. Zona humida, zona sêca. Os campos de transição pendem mais para uma ou outra, de accôrdo com mais ou menos chuva. De forma que, havendo expulsão de toda cultura de generos de alimentação das zonas humidas — zonas açucareiras — ao menor disturbio climaterico, — falta de chuvas, — toda a zona intermediaria não chovida, zona cerealifera e de farinha de mandioca, se apresenta com aspecto de sertão em tempo de canícula. Não ha nenhuma produção. Vem dahi a crise de produção de generos alimenticios. Crise essa já innumeradas vezes assignalada, em todas as zonas açucareiras do paiz, em diversas épocas.

Assim, encontramos em abril de 1640, o principe Mauricio de Nassau obrigando a "todos os senhores de engenho e lavradores de canna de qualquer qualidade e nação que fossem, plantassem no mez de agosto e setembro por cada negro e negra de trabalho 250 covas de mandioca e outras tantas no mez de janeiro seguinte, e outros moradores de qualquer nação que fossem plantassem por cada negro e negra de trabalho que tivessem, 500 covas de mandioca em cada um dos ditos tempos". (38)

(38) — Revista do Instituto Archeologico e Geografico de Pernambuco.

Nassau queria impedir a repetição do flagelo da fome que ocorrera no anno anterior, por absoluta falta de generos de alimentação. Em novembro de 1702, em carta ao governador, os officiaes da Camara do Rio de Janeiro, alludem ao prejuizo que resulta da applicação da lei sobre a plantação da mandioca. Explicam as differenças existentes nas condições de trabalho e de vida, entre o Rio de Janeiro e Bahia, e a iniquidade da mesma lei, applicada para meios desiguaes. Porque "todo o fundamento que S. M. teve para mandar expedir o dito alvará, foi como delle consta, a supplica que da Bahia se lhe fez sobre a falta ao sustento commum, que padeceu aquella cidade por lhe irem as farinhas de mar em fóra sujeitas ao tempo e ao inimigo, e por qualquer accidente destes ficar exposta a padecer a falta que continuamente padezia, razão que mostraram ser conveniente plantar-se no reconcavo daquelle cidade, livre por ser do interior e seguro de semelhantes perigos". E criticam a lei que tambem veda o plantio de canna aos lavradores que possuíssem menos de 6 peças de escravos, ficando obrigados então ao plantio exclusivo de mandioca.

Na mesma carta explicam ser notorio "que nos tempos presentes (por razão do exorbitante preço em que hoje se compram os escravos) são poucos os lavradores de cannas, que possam ter no beneficio dellas 6 peças quanto mais passar dellas: já se vê que sendo constrangidos pela lei a largar os cannaviaes todos os que ella compreende para se applicarem a plantar mandiocas, ficarão os engenhos desertos e desnecessarios sem terem açucares que fabricar e por isso irreparavelmente se acabarão de todo, porque todos elles (como tambem é notorio) se compõem de semelhantes lavradores com poucos escravos, poucas posses e todos faltos de cabedaes".

E traçando o panorama da monocultura cannavieira, querendo seu imperio absoluto, já então diziam os officiaes da Camara: "he o açúcar, não sómente o fundamento em que se estriba a grandeza desta Republica, mas a unica couza que só a sustenta e tem mão". E finalizando, abordando as condições de trabalho dos lavradores e a dependencia dos mesmos ao senhor do engenho, esclarecem que "são as terras proprias dos engenhos e os senhores dellas dão com o encargo de lhe plantarem cannas para as moerem nos ditos engenhos: mas tambem lhes permittem, a planta de mandioca só necessaria a sustentar as suas familias" (39).

Essa grita dos lavradores ante a imposição da Metropole attesta o gráo de deficiencia de plantio de generos alimenticios no Nordeste açucareiro. Attendendo ao estado de penuria que dava motivo "ao clamor geral de todos os Povos com a falta dos generos comestiveis", em 1719, el-rei tomou serias providencias a respeito da exportação dos poucos generos obtidos na Capitania de Pernambuco e legislou sobre a re-exportação dos artigos destinados á alimentação, importados do Reino. Em 1724 novamente interfere o governo metropolitano para cohibir a exportação de farinha da terra, porque sua exportação redundaria em grande carencia. Em 1740, ordena o rei de Portugal ao governador e capitão general da Ca-

(39) — Annaes da Bibliotheca do Rio de Janeiro — Volume XXXIX, 1917.

pitonia de Pernambuco que "nam havendo falta de farinha, nessa Capitania, façoes que os navios que della navegarem para os portos da Reyno de Angola, levem o farinha necessaria para o numero de escravos das suas arquições e viagens". Percebe-se o intuito evidente da administração publica, ora em forçar o senhor de engenho a abandonar a monocultura, ora em amparar com o controle commercial os consumidores da colonia, contra a carencia dos generos de primeira necessidade. O senhor de engenho possuia inquestionavelmente em seus dominios, quasi sempre, o sufficiente para se alimentar e supprir as necessidades da escravaria. Mas o lovrador, o trabalhador livre, o operario e os demais habitantes da colonia, soffriam com a irregularidade das producções dos generos alimenticios e ficavam á mercê das importações

A provisão de 28 de abril de 1767, obrigava a todo lavrador do Reconavo da Bahia, a plantar quinhentas covas de mandioca para cada escravo de serviço que empregosse, e aos negociantes de escravatura a cultivar quanto baste para o gasto dos seus navios. Na Bahia essa Provisão deu motivos a grandes queixas entre os senhores de engenho. Através dum dos documentos mais interessantes dos principios do século passado, poder-se-á perceber, não só o revolta, porém a indignação desse controle da economia, forçando o agricultor a plantar o que não desejo.

Porque elle só tenciona plantar a canna de açúcar. Em parte logica essa tendencia, pois era o producto mais valorizado, mais rendoso, de mais prompta soida. Não houvesse essa constante pressão para o plantio de mandioca, a fome teria tido repetições mais omeudodos.

O documento que retrota esse periodo, é o depoimento do desembargador João Rodrigues de Britto, deputado das Côrtes (40). Eis um trecho desse depoimento, quando ollude á obrigatoriedade do plantio de mandioca: "Não duvidamos da pureza das intenções, como porém ello não basta para se alcançar o bem publico, este ultimo objecto não se preencheu, e de facto aquellas Leis directamente contrarias o Commercio das farinhos, prejudica igualmente á lavoura da canna, e á das farinhos, sem proveito do commercio da escravatura. A' da canna, porque obriga o lavrador a occupar com a mesquinha plantação de mandioca, que se dá em toda a quolidade de terra, os raros e preciosos torrões de massapê, aos quaes a naturezo dão o privilegio de produzirem muito bom açúcar, e outros generos de grande valor; vindo por este modo a perder huma parte do rendimento de suos terras, que se fossem occupadas com as ricas plontos para que são proprias, lhe dorião huma renda mais considerovel, a qual o poria em estado de prover-se de todas as farinhos necessarias, ficando-lhe ainda hum sobejo de producto, que poderia empregar em augmento da mesma lavoura".

Por esse simples trecho duma opinião sincera, se percebe o exclusivismo da canna de açúcar que quer'a sómente para si aquelles torrões de massapê tão privilegiado pela Natureza, e que deu ensejo a Gilberto Freyre de retratal-o na

(40) — João Rodrigues de Britto — "Cartas Economico-Políticas sobre a Agricultura e Commercio da Bahia".

sua intimidade, em todos os seus aspectos. Mas aquelles torrões de massapé que produziam tão bom açúcar e que parecia pelo depoimento daquelle eminente bahiano tão circumscripto, se estende num lençol de "terra gorda" por todo o Nordeste. E "ha quatro seculos que o massapé do Nordeste puxa para dentro de si as pontas de canna, as pés dos homens, as patas dos bois, as rodas vagarosas dos carros, as raizes das mangueiras e das jaqueiras, os alicerces das casas e das igrejas, deixando-se penetrar como nenhuma outra terra dos tropicos pela civilização agraria dos portuguezes". (41) O massapé só queria engulir pontas de canna e não maniva de mandioca e por isto Pernambuco soffreu nos primeiros annos de XIX seculo cinco annos de fome. Tal a calamidade, que a despeito de todas as prohibições ae exportação da farinha da Bahia, essa Capitania exportou "toda quanta foi precisa para que não morressem os seus habitantes á fome e á necessidade". E o senhor de engenho da Ponta Maio, na Bahia, em 1807, assim continuava sua interessante correspondencia: — "Sustento para cima de duzentos e cincoenta pessoas: custa-me semanariamente o seu sustento, segundo os preços actuaes da farinha, de trinta e seis a quarenta mil réis; e não planto hum só pé de Mandioca, para não cahir no absurdo de renunciar a melhor cultura do Paiz pela peor que riella ha e para não obstar a huma por outra cultura, e complicar trabalhos de natureza differente; e sempre que desembalço o necessario para o pão de minha familia, quando elle está caro, assento em emprestar o excedente do seu preço ordinario a quem o trabalha; e ainda me não succedeo deixar de receber com usura semelhante avanços". (42)

O sentido monocultor da canna de açúcar, sua aristocratização, sua nobreza, não permittiam o trato com qualquer outra cultura, principalmente sendo essa cultura de origem plebeia, de origem indigena. A canna de açúcar teve o seu dominio absoluto, não permittindo nem sequer a proximidade da matta. A matta era um entrave á sua ansia de gozar terra virgem, terra nova, terra fertil. E fez o deserto, apesar da sabedoria da lei constante do Regimento á Relação da Cidade de S. Salvador, em 1609, que ardenava aos Governadores que tivessem o maximo cuidado em prever sobre as lenhas e madeiras" que se não cortem, nem queimem para fazer roças, ou para outras cousas, em partes que se possam escusar; por quanto sou informado que em algumas Capitancias do dito estado havia muita falta da dita lenha, e madeiras, e pelo tempo em diante haveria muito maior, o que será causa de não poderem fazer mais engenhos, e de os que agora ha deixarem de moer".

Em 1789, o Governador d. Thomaz José de Mello prohibe o córte de madeiras que servissem para a construcção de fragatas de vinte peças e náos de ultima grandeza, nas comarcas de Recife, Parahiba e Alagôas. Em edital de 26 de janeiro de 1791, ainda o mesma Governador ordenou que ficassem reservadas ao serviço real, as mattas que ficam do riacho Pirangí-grande, para os córtes de amarello; e para os de sucupira, todas as mattas de Una, quer da parte Sul

(41) — Gilberto Freyre — "Nordeste".

(42) — Carta de M. F. C., senhor de Engenho da Ponta Maio, aos srs. do Senado da Camara da Bahia.

Repete-se ainda hoje, o que o coronel Maller, consul geral da França em Pernambuco, dizia nos princípios do século XIX: "o pão para os ricos e a mandioca para a classe indigente vinham de fóra e compravam-se por preços muito elevados". De facto, tal a situação que atravessa Pernambuco, que "o preço da farinha de mandioca attingiu e vem excedendo até o preço da farinha de trigo proveniente de paizes os mais distantes. Assim é que o preço da farinha de trigo nos portos racionaes foi em 1936, de 963 réis, enquanto que o preço da farinha de mandioca em Pernambuco pelos dados da Directoria de Estatística Estadual, variou de rs... \$980 a 1\$330". (43)

Entre as causas da carencia de productos alimenticios, em primeira linha, pode se incluir a monocultura da Zona da Matta, onde só se planta canna e só se vive de canna. Dahi, as fomes periodicas.

O trabalhador Escravo

O latifundio e a monocultura necessariamente teriam que influir no regime do trabalho rural. Em 1888, o grande problema do braço chegara ao seu epilogo. E' de justiça resaltar que se o açúcar fez o Brasil, era o negro quem fazia o açúcar.

Elle é que plantava a canna nas ladeiras de barro vermelho do norte de Pernambuco ou nas suas varzeas do Capibaribe, do Cabo e Serinhaem, nos fertes valles ao Coruripe e de Camaragibe, em Alagôas, no reconcavo uberrimo de Sarito Amaro, na Bahia, nas terras planas de Campos dos Goitacuzes, nas terras pretas de São Paulo; ao Norte, ao Centro, ao Sul, no litoral civilizado ou nas brocas dos capoeirões, nos "certões" do Brasil.

O indio, um inadaptado ao trabalho methodico, fracassou completamente como operario rural, na servidão a que era reduzido pelo europeu, apesar da obstinada resistencia opposta pelos Jesuitas. O padre Antonio Vieira investigando as possiveis causas do atrazo do Maranhão, deu como razão o facto de "ser feito todo o serviço dos moradores daquelle Estado com indios naturaes da terra, os quaes por sua natural fraqueza e pelo ocio, descanso e liberdade em que se criam, não são capazes de aturar muito tempo o trabalho em que os portuguezes os fazem servir, principalmente os das cannas, engenhos e tabocas, sendo muitos os que por esta causa continuamente estão morrendo". E como a base da economia de então não se fundava no valor da terra e sim no numero de escravos e nos lucros da agricultura e da industria, e dada a impossibilidade absoluta de progresso sem o trabalho escravo, diz-nos ainda o padre Antonio Vieira, que os colonizadores "com este desengano se resolveram a fabricar suas fazendas com escravos mandados vir de Angola, que é gente por sua natureza serviçal, dura e capaz de todo o trabalho, e que o atura, e vive por muitos annos, se a fome ou o máo tratamento os não acaba. Nem no Estado do Maranhão que é do mesmo Brasil, haverá remedio permanente de vida enquanto não entrarem na maior força do serviço escravos de Angóla".

(43) — Discurso do ex-deputado federal pernambucano, João Cleofas, proferido na Camara. no dia 9 de setembro, e publicado no "Diario do Poder Legislativo", em 10/9/1937.

Tomou grande impulso o tráfico de negros tanto para o Brasil como para todas as colônias inglesas e espanholas. O tráfico a princípio era feito por particulares que se obrigavam por meio de um "assento" (contrato) a entregar determinado número de "peças" em suas viagens de África para a América. O primeiro contrato de imigração parece ter sido assignado em 1586, por Salvador Correia de Sá, cabendo a primazia da introdução do elemento servil negro no Brasil, a Martim Affonso de Souza. Já em 1549, D. João III com o fito de animar a fundação de engenhos, permittira a cada senhor de engenho a importação de 120 escravos, com pagamento reduzido de impostos.

Verificado que só com a importação do negro seria possível a grande produção açucareira, com suas multiplas actividades agricolas, pastoris e industriaes, que sómente com o negro, o europeu conseguiria dominar um ambiente tão hostil, uma natureza tão pujante e que só com o negro viveria o europeu a vida de fausto que lhe dava o açúcar nos seculos XVI e XVIII, o negro foi tisnando mais e mais a paisagem brasileira. Importados aos magotes, em lotes, em massa, no seculo XVIII, vinham cada vez mais affluindo aos engenhos banguês e aos sertões auríferos de Minas Geraes. Rezam as estatisticas que de 1758 a 1803 foram importados pelo Brasil, 649.000 negros, correspondendo a uma media annual de 14.750 negros. De 1803 a 1807, uma média annual de 17 mil negros importados. De 1807 a 1819 uma media annual de 56.666 negros. De 1819 a 1847, importou o Brasil 1.122 mil cravos, dando uma media annual de 40.071 negros. Finalmente de 1847 a 1852, a media annual de importação do trabalhador escravo foi de 34.431 negros. Em menos de um seculo, o Brasil importou da Africa, 2.716.519 negros, representando uma média annual de 28.206 escravos.

Não fôra essa grande massa de trabalhador africano, e jámais o Brasil teria sido o emporio mundial do açúcar. Erá, pois, esse mercado humano, considerado uma necessidade vital para a colônia de produção. Aliás nesse ponto coincidia perfeitamente a mentalidade brasileira de então, com a reinante em Barbados — colônia inglesa. Diz-nos Harlow que "o cultivo das grandes plantações requeria o uso da mão de obra barata em grande escala, e immediatamente os senhores de engenho puderam comprovar que com o dinheiro gasto com os serviços de um trabalhador branco por dez annos, podiam comprar um escravo por toda vida". Lá, como entre nós, com a abolição do tráfico e da escravatura feitas immediatamente ou por etapas, escapou totalmente á percepção, que o problema do braço escravo não era um problema racial, porém social e ainda mais economico. Em nenhuma parte onde se cultivava a canna de açúcar e onde houve ou existe o latifundio açucareiro, se realizou a redempção do homem de cor, preso por circunstancias de ordem geografica e economica, á mesma gleba, á mesma terra.

O dilemma com a abolição se apresentou: ou ficar na mesma terra recebendo soldos baratos para assim attender ás exigencias da canna de açúcar ou emigrar. Emigrar, significou perambular por terras estranhas nessa ansia incontida de haurir liberdade na miseria. Ficar, significou continuidade do estado de semi-servidão. A indecisão de ser tomado um dos caminhos do dilemma, a emigração ou a continuidade na mansa rotina diaria de serviço, acarretou uma violenta desorganização no trabalho agricola e industrial, principalmente nos engenhos de açúcar, onde o nivel da fortuna se media pelo numero de escravos.

Quando se processou a emancipação dos escravos, o valor delles era de 500 mil contos, não entrando em consideração os trabalhadores alforriados, em face das leis anteriores, ou alforriados pelos proprietarios, sob o imperio dos factos que se succediam.

Mercadoria - Valor

Se a base da riqueza rural se media pelo valor da escravaria, o senhor de engenho e o fazendeiro tratavam o negro escravo como mercadoria de real valor. Dahi o cuidado em sua alimentação. Sempre alimentado com generos de alto valor nutritivo, como feijão e milho. Sempre com horas de descanso. Differentemente occorria na America do Norte onde uma Commissão de Inquerito, nomeada pelo Congresso, em 1830, informava que annualmente havia um excesso de 2 1/2 % de obitos sobre os nascimentos. E as causas apontadas desse desequilibrio eram o excesso de trabalho diurno e noturno, e a má alimentação.

No Brasil, informava um fazendeiro da provincia do Rio de Janeiro, a alimentação do escravo constava de feijão, farinha de mandioca, bananas, aboboras, algum toucinho e carne secca. Além disso os trabalhadores mais economicos e diligentes tinham uma alimentação melhorada, graças aos seus esforços como pequeno agricultor.

E um fazendeiro fluminense (44) tratando da alimentação do trabalhador escravo conclue que o negro no Brasil era melhor alimentado que o trabalhador portuguez que, segundo Rebello e Silva (45), era alimentado com "as grandes quantidades de sustento vegetal" como feijão, favas, chicoreas, grãos de bico e ervilhas, "afim de obterem a porção de substancias azotadas essenciaes á vida, attenuava-lhes o vigor e o crescimento. Hortaliças, um pouco de arroz, castanhas e escassas rações de peixe constituem com os legumes a base da sustentação rural entre nós. A carne de vacca, de carneiro, de chibato e de porco só por excepção entra ella em alguns dias festivos.

O povo vive e trabalha, mas seria mais exacto dizer que em bastantes partes vegeta, debil para os esforços fisicos e com pouca energia para dar á industria e á agricultura o impulso de que ambas carece".

Emquanto em Portugal o trabalhador livre sómente nos dias de festa tinha, por excepção, carne em sua alimentação, no Brasil: "são communs as fazendas em que o escravo recebe uma ração de carne na razão de 150 libras por cabeça durante o anno". (46)

E o calculo de farinha por negro, era de uma libra, por dia. Afóra toda a variedade de alimentação descripta pelo productor fluminense, cada escravo recebia por anno, duas roupas.

Havia o cuidado muito razoavel, entre os senhores de engenho, de valorizar o negro, o verdadeiro valor da antiga economia açucareira, pois então "os engenhos do Norte eram pela maior parte pobres explorações industriaes, existiam apenas

(44) — João José Carneiro da Silva — "Estudos Agricolas", 1875.

(45) — Rebello e Silva — "Economia Rural" — Citado por João José Carneiro da Silva.

(46) — João José Carneiro da Silva. Obra citada.

para a conservação do estado do senhor, cuja importancia e posição avaliava-se pelo numero de seus escravos". (47)

Poucos annos após, a situação do senhor de engenho se torna desanimadora e contristadora.

Decadencia do Senhor de Engenho

A passagem dum regime economico em que o negro era o sustentaculo, para o do trabalho livre, encontrou sómente poucos productores aprelhados para essa transicção. Se alguns productores de café conseguiram, com a immigração de portuguezes, italianos e allemães, ficar incolumes á crise de desorganização, os productores de açucar, pela propria situação geografica dos engenhos banguês, concentrados a maior parte no Nordeste, ficaram completamente desorganizados com a crise da abolição. O exodo rural após 1888 foi intenso, canalizando-se os antigos escravos para as cidades ou para os cafésaes do Sul, onde os salarios eram mais elevados.

Dahi aggravar-se a crise do Norte. O açucar perdera totalmente a sua collocação nos mercados mundiaes e os productores tiveram que condicionar a produção, ás necessidades do consumo interno. Com a falta de braço, não foi possível compensar esse desequilibrio, com a cultura de novos productos, como, tabaco, cacáu e café.

A decadencia do senhor de engenho se processou acceleradamente. E um viajante estrangeiro (48), observando com muita fidelidade a transformação que se processava na sociedade agraria brasileira informa que "os grandes fazendeiros de canna, proprietarios de centenas de escravos, os chamados barões-fazendeiros, outr'ora cercados de uma aureola de força e de riqueza, perderam-se completamente, sem que della ficasse o menor vestigio.

A classe menos abastada de fazendeiros que se deram bem á sombra desses grandes do reino, desaparecem por sua vez. Estes tornavam-se, na maior parte, lavradores modestos, cultivando com muito pouca gente um pedaço de terra, sem levantarem a menor pretensão ás prerogativas que, em seu tempo, todo fazendeiro, possuia em alto gráo". Traça em seguida o garbo do senhor de engenho, na época aurea do seu poder que as contingencias dissiparam, tirando-lhe toda a hierarchia, que era obtida pela propria hierarchia da terra: — terra de barro vermelho, terra preta humosa, massapé, onde a canna vegetava, dando riqueza, luxo, baixellas principescas e exercitos de criados. E o senhor de engenho "quando passava pela cidade mais proxima, o chapéo de Chile de abas largas na cabeça, de botas de montar fortes e altas, fazendo barulho com as pesadas espóras de prata e brandindo o rijo chicote, era por todos cumprimentado.

Todos punham-se ao seu dispôr, porque elle era a fonte de riqueza, que espalhava os seus raios dourados por todos os lados. Recebia essa homenagem com um orgulho de caipira, como se lhe fossem devidas e naturaes. Sentia-se forte e era, nas suas extensas propriedades, senhor absoluto; quem chegava ás imme-

(47) — Joaquim Nabuco — "Minha Formação".

(48) — Mauricio Larnberg — "O Brasil".

dições das suas fazendas dependia delle. Na época da colheita, corria-lhe ouro em abundancia sob a farma de açúcar. Era, com effeita, para elle que centenas de escravos trabalhavam com o suor do seu rosto, e esse suor transforma-se-lhe em ouro”.

Através de mais de tres seculos de poder absoluto, elle, o senhor de engenho, que venceu os donatarios, os governadores, os vice-reis, os bispos e os jesuitas, que fundou uma civilização, que creou uma fisionomia e um clima no Nordeste, que se ennobreceu, que plasmou uma sociedade em que entrava como elemento eugenico de alto valor, que semeou pela miscigenação desbragada uma melhora do tipo ethnico pelo hinterland brasileiro, elle, que foi factor do progresso, que trabalhou, que fez trabalhar, que organizou o trabalho, a economia, chega ao occaso do imperia, ao seu proprio occaso. E esse crepusculo se observa, ainda pelo documento de Mauricio Lamberg: “agora, quando o fazendeiro chega á cidade, ninguem se occupa com elle; pelo contrario, as negociantes, com os quaes entra em negocios, chegam a tratá-lo com certa desconfiança. Alguns olham para elle com desdem, que procuram disfarçar. Os Bancos e os capitalistas são-lhe mais inacessiveis do que aa mais infimo negociante”. E apontava o observador itinerante, que tres são as causas da repentina mudança:

- 1ª — A agricultura irracional, a mania do desperdicio e a politica, isto é, a compra de votos para as eleições;
- 2ª — A baixa dos preços do algodão e do açúcar, — a primeiro por causa da terminação da guerra de secessão da America do Norte, o segundo pelo grande desenvolvimento da industria açucareira na Europa;
- 3ª — A emancipação dos escravos”.

Essa decadencia tinha o sentido de tragedia, porque representava o aniquilamento de um ciclo de esplendores, com o açúcar bruto, sêca ou melado, em que o engenho de bêsta ou a vapor, era o expoente da industrialização do interior brasileiro. Engenho das entrosas, das almanjarras, das rodas dagua, dos engenhos copeiros e meeiros, da machinasinha a vapor, de poucos cavallos; com suas tachas abertas impregnando o ar com o cheiro de melado; com a casa de purgar, onde, pingo, a pingo, se enchia o tanque com a materia prima para a bebida do negro — a aguardente; sêcador de açúcar, ao sol, cheirando a mel, vida activa, vida facil; de repente, a scenario se transmuda, desaparecendo a faina industrial, e muitas vezes, o senhor de engenho, o engenho, a roda dagua, as tachas abertas, a bagaceira, o cheiro de mel queimado, a fumaça preta dos boeiros de 10 metros; a casa grande de terraço amplo, a senzala, a igreja, onde o melão de S. Caetano e a tiririca implantam o seu dominio sobre as coisas abandonadas.

E’ um novo ciclo que se inicia, é a Usina que apparece. E da voragem da desorganização, as primeiras usinas de Pernambuco com os seus fornecedores, são os que menos soffrem, com a emancipação do trabalhador rural.

Trabalhador Livre

Com a decadencia do senhor de engenho uma outra classe — a do trabalhador rural — ingressava num estado de maior decadencia ainda. A abolição modificou a situação social do trabalhador escravo, mas a escravização economica do homem continuou. A literatura dos congressos açuca-reiros sempre allude á miserabilidade dos homens do campo, porém inocuamente,



"Senhor de engenho" de Pernambuco (Foto de Mauricio Lamberg - Seculo XIX)



Moenda de um engenho bananeiro

literariamente. Uma das conclusões da Conferencia Açucareira de Recife em 1905, reza, que "os patrões devem ter particular cuidado em que seus operarios tenham excellentes condições de conforto — se trate da alimentação, do vestuario, ou do domicilio, no interesse de ter á seu serviço a machina humana melhor aparelhada para a funcção" (49). Mas não era sómente na zona monocultora de Pernambuco, que a penuria dos salarios ruraes reduzia um dos sustentaculos da industria açucareira do Brasil á miseria. O salario baixo era uma contingencia da grande cultura. Um outro testemunho official da situação confirma que "os nossos operarios agricolas infelizmente vivem quasi que em estado primitivo, sem aspiração, sem commodidade, limitando-se ao pequeno salario, impossivel de satisfazer as vitaes necessidades proprias e de sua familia, por isso mesmo, elles tornão-se máos auxiliares da lavoura, e cogitão de meios de enganar o patrão ou de morar nas terras publicas devolutas, onde passam uma vida errante, caçando, pescando, bebendo e emfim — entregão-se á ociosidade. Por outro lado os proprietarios em grande maioria tornam-se indifferentes á sorte de nossos trabalhadores, que tudo fazem machinalmente, ruim e sob o jugo do mando." (50) Os salarios pouco haviam melhorado em comparação com o dos ultimos annos do seculo XIX. No Estado do Rio nessa época, os salarios ruraes iam até 800 réis e raramente a 1\$000. Em Pernambuco, os salarios eram de 400 a 480 réis e raramente 600 réis. (51) Os preços de açucar de usina, então, oscilavam no Rio de Janeiro, de 1\$800 a 2\$414 a arroba. Tambem nessa época os preços de 1 kilo de açucar mascavado bruto era de 120 réis, 1 côco, 60 réis, 1 kilo de farinha de mandioca, 35 réis, 1 litro de fava, 100 réis; 1 litro de feijão 250 réis, 1 litro de milho custava 58 réis e finalmente 1 litro de aguardente de mel, 60 réis. (52)

De então até hoje, os preços de açucar sobem; após, vem o ciclo de crise, para um posterior resurgimento. As pequenas usinas de capacidade de 200 a 300 toneladas diarias foram sendo substituidas por usinas maiores, cada vez mais perfeitas, attingindo grande perfeição técnica. Surgem as Centraes dominando sobranceiramente propriedades immensas. A racionalização dá elementos de resistencia ás crises que attingiram a industria açucareira. E apesar de toda bõa vontade dos Congressos Agricolas fazendo inscrever em suas conclusões a resolução de ser melhorada a sorte dos trabalhadores, jámais foi cogitação governamental fazer integrar toda essa massa operaria numa situação mais adequada á sua condição humana. O productor, esse, ora attingido pela desvalorização dos preços desvalorizava o salario rural, ora com saldos elevados, melhorava suas fabricas, ampliava seus latifundios e esquecia lamentavelmente a machina humana que deveria ser "melhor aparelhada para a funcção". No decennio de 1914 a 1923, o augmento annual do custo de vida foi em Pernambuco de 10,19% e emquanto o augmento annual de salarios quasi paralellamente se eleva no Estado do Rio e na Bahia, em Pernambuco se rebaixavam em 71,7%. Essa disparidade tem que ter um motivo real e profundo que escapando á analyse rapida, vá se entroncar na fatalidade economica e geografica que localizando no Nordés-te a canna de açucar, impoz como medida de exito, a propria desgraça do ho-

(49) — 6ª Conclusão do Capitulo VII, da 4ª Commissão da 2ª Conferencia Açucareira de Recife.

(50) — A Sociedade de Agricultura de Alagôas perante a Conferencia Açucareira de Recife — 1905.

(51) — Gileno De Carlil — "O açucar na formação economica do Brasil".

(52) — Pauta dos preços da Recebedoria do Estado de Alagôas. Revista Agricola, 1901.

mem, o qual sendo legalmente livre, vive entretanto miseravelmente. (53) Chegamos assim, hoje em dia, com o problema do salario mais aggravado. E como consequencia desse nivel baixo do valor do trabalho, a subnutrição das massas ruraes é uma affronta aos fóros de civilização, da civilização agraria açucareira. Civilização que foi innegavelmente no tempo, um dos paradigmas de civilização americana. Porem muito distanciada, mesmo hoje, da comparação das duas civilizações occidentaes: — da Europa e da America. Se "a Europa desperdiça os homens e economiza as cousas e a America gasta as cousas e economiza os homens" (54) na civilização americana do açúcar, o homem é annullado, se perde. Não porque haja perdido aquelle motivo de vangloria do francez de produzir com personalidade, (55) não, que com a technica moderna de produção desapareça completamente "uma certa concepção de homem, associado no pensamento á propria idéa de civilização" (56) mas por se tornar um automato mal pago, mal nutrido, insatisfeito, trabalhando deficientemente, recalcadamente irado, pela contingencia do seu proprio viver. Como indice da subnutrição do homem que trabalha nos campos de canna de açúcar, basta citar que em 1849, em Pernambuco " o jornal medio de um homem é 640 réis; o homem socialmente considerado é a reunião de tres pessoas, marido, mulher e filho; e o primeiro é quem supporta o maximo de trabalho, o trabalho de permuta que a todos vae supprir. Supponho que cada um coma uma libra de carne por dia, não passando esta de dez patacas a arroba, em carne gastará 300 réis; se ajuntarmos 80 réis de farinha, e 20 reis de lenha, teremos que o homem gasta em comida 400 réis por dia. (57) Não houve nenhuma melhoria no gasto "per capita" do trabalhador da zona açucareira do Nordeste. E hoje como naquelle tempo "a carne sêca, o peixe sêco e salgado e a mais das vezes arruinado, a farinha sem gomma, a má comida, a má dormida, a má casa, a fazenda arruinada, são os productos que consomem o pobre; além da diminuição que é obrigado a tazer para accomodar-se". E durante quasi um seculo após esse estudo, o homem mais se enraizou á fatalidade economica da monocultura e do latifundio. Perde-se dentro d'elle. Amesquinha-se, se entorpece. Definha. Definha porque quasi não come, porque tem que trabalhar a baixo salario. Num inquerito que eu mesmo procedi entre trabalhadores da Central Leão Utinga, Usina Santa Antonio e Usina Capricho, no Estado de Alagoas, usinas que pela grande, media e pequena capacidade, dão uma media de potencia economica e productora, encontrei numeros que seria criminoso guardar pelo receio de poder ferir susceptibilidades. Aliás os numeros e resultados que encontrei nas tres usinas nortistas retratam a fisionomia do trabalho em quasi todas as zonas açucareiras do paiz. Das fichas que compuz em 1934, transcrevendo algumas dellas, ter-se-á uma impressão do nivel de vida do nosso trabalhador livre. Tomando-se em consideração as principaes despesas de alimentação em seus valores de aquisição, tomando em consideração os gastos com aguardente e fumo, finalmente chegamos a uma dolorosa conclusão quando verificamos o estado civil e o numero de filhos em função do salario.

Eis o quadro:

(53) — V. T. Harlow — Obra citada.

(54) — André Siegfried — "Les Etats Unis d'aujourd'hui".

(55) — André Siegfried — " " " " "

(56) — André Siegfried — " " " " "

(57) — Relatório do Conselho Geral de Salubridade Publica da Provincia de Pernambuco — 1849.

COMPRAS SEMANAES

N O M E S	Estado civil	Fi- lhos	NATUREZA DO TRABALHO	Salario diario	Fariña	Bacalhau	Xarque	Sabão	Açucar	Café	Fumo	Aguarante	Fosforo	Carne de boi
Salustiano Aureliano	Cas.º	1	Serrador	3\$000	3\$000	—	3\$500	1\$000	2\$000	1\$400	\$500	—	\$200	—
Lourenço José	"	2	Carreiro	3\$000	\$900	1\$800	2\$300	1\$000	\$500	\$700	\$200	1\$800	\$400	—
Ant.º José Nascimento	"	1	Servente pedreiro	3\$000	3\$000	1\$800	2\$300	\$600	2\$000	1\$400	1\$000	—	\$400	1\$800
João Barra Grande	"	2	Enchint.º vagões	3\$000	2\$100	3\$600	3\$500	\$600	2\$000	1\$400	\$500	—	\$200	—
Aristides Manoel	"	2	Estrada de ferro	3\$000	1\$400	3\$600	3\$500	2\$000	3\$400	1\$400	1\$200	\$200	\$200	1\$600
Ant.º Barra Grande	"	8	Cabo de turma	3\$500	1\$400	3\$600	4\$600	1\$000	2\$000	1\$400	1\$000	\$600	\$400	3\$000
Benedicto B. Grandé	"	8	Carregador canna	3\$000	2\$100	—	9\$200	1\$000	2\$000	1\$400	\$500	\$200	\$600	3\$400
Alfredo José da Silva	"	2	Trabalh.º campo	2\$700	2\$100	—	4\$600	1\$000	1\$000	2\$800	\$500	\$600	\$200	1\$200
Emildo Pereira	"	3	Ajud. de serralh.º	3\$000	1\$400	1\$800	4\$600	\$500	1\$500	2\$100	1\$000	\$700	\$400	2\$000
Salustiano Amancio	Solt.º	—	Descarreg. vagão	3\$000	1\$400	1\$800	2\$000	\$200	1\$000	\$600	1\$200	\$300	\$200	—
João Luciano	Cas.º	—	Foguista	3\$000	1\$400	1\$800	3\$500	\$400	2\$500	\$700	1\$200	—	\$200	3\$000
José Porfirio	"	4	Trab. campo	3\$000	2\$100	1\$800	3\$600	\$400	2\$000	1\$400	\$500	\$600	\$400	3\$000
José Gomes	"	1	"	3\$000	1\$400	1\$800	3\$500	\$400	1\$000	\$700	1\$000	\$800	\$200	—
Pedro M. dos Santos	"	2	Trab. est. ferro	3\$000	1\$400	1\$800	2\$300	\$200	\$500	1\$200	\$500	—	\$200	—
Anatallcio Mendonça	"	3	Serralheiro	4\$000	1\$400	1\$800	3\$500	\$500	1\$500	\$500	—	\$600	\$200	3\$000
Antonio Gouveia	"	4	Machinista	3\$500	2\$100	5\$400	3\$500	\$600	1\$000	\$500	1\$400	—	\$400	3\$600
Manoel Timotheo	"	1	"	3\$500	1\$100	3\$000	2\$300	\$400	1\$000	\$800	\$700	—	\$200	3\$600
Pedro Victor	"	8	Trab. campo	2\$000	2\$000	—	6\$400	\$500	1\$200	\$700	\$200	\$200	\$200	—
Marcolino Pereira	Solt.º	—	"	2\$600	1\$000	—	3\$000	\$400	\$900	\$6000	—	\$600	\$600	—
Pedro Claudino	Cas.º	10	Tombador lenha	3\$000	1\$500	4\$200	4\$000	\$800	1\$200	\$400	\$500	\$400	\$400	—
José Elias da Silva	Viuvo	6	Serralheiro	5\$000	1\$200	1\$600	6\$000	2\$000	2\$800	1\$600	1\$800	\$600	\$800	—
Manoel José Moreira	Cas.º	—	Trab. estrela	2\$500	1\$200	1\$600	1\$300	\$400	\$700	1\$500	1\$200	1\$800	\$200	—
José Febronio	Solt.º	—	Trabdor. campo	2\$500	1\$800	—	2\$200	—	\$800	\$400	—	\$500	\$100	—
José Cabú	"	—	"	2\$500	\$600	\$800	\$800	\$200	\$600	\$600	\$500	\$500	\$600	—

A apuração envolve cento e treze pessoas — o trabalhador e sua família — havendo um gasto semanal de 353\$200, nos generos assignalados. Quer dizer um gasto "per capita" de 446 réis. E' mais incrível, se deduzirmos os vícios. Encontraremos 413 réis. E se calcularmos sómente o valor dos generos de alimentação, encontramos um gasto "per capita" de 395 réis. E' preciso notar ainda, que os dados do custo dos generos alimenticios foram tomados antes da alta vertiginosa dos preços.

Considerando os meios de alimentação em função das necessidades energeticas do organismo, faz-se necessario conhecer se o regime alimentar do trabalhador rural cobre com suas receitas — ou pelo menos se aproxima — as despesas de energias, base essencial para o equilibrio dinamico da vida. Assim, tomemos os elementos precisos para o calculo do gasto total de energias, em 24 horas, do trabalho do homem do campo. Segundo os numeros divulgados por Lusk (58) o gasto de calorias extraordinarias dispendidas por hora, por um pedreiro é de 300 e 378 calorias as dispendidas por um serrador de madeira. O trabalho mecanico dispendido por um trabalhador de campo e por um operario de usina de açucar, se aproxima da media de esforços, do trabalho de um pedreiro e de um serrador de madeira. D'onde termos 339 calorias para o trabalho horario do trabalhador livre da industria e lavoura da canna de açucar. "A despesa fundamental encontrada nas tabellas de Benedict e Harris, para um individuo de 60 kilos, com 40 annos de idade e com 1,62 metros de altura é de 1.432 calorias, das quaes subtrahido 15 % para o caso dum habitante do Brasil, resta um total de 1.217 calorias". (59)

A energia gasta no trabalho profissional, como trabalhador na industria e lavoura da canna de açucar, á base de 339 calorias, em 10 horas de trabalho, é de 3.390 calorias. A energia suplementar de repouso relativa durante as horas em que o trabalhador está de folga ou em repouso é de 30% sobre o total de energia de trabalho e de base, i. é. 1.382 calorias. Finalmente a energia gasta pela acção especifico-dinamica da alimentação, é de 10% (60) sobre o total das outras energias gastas, ou 598 calorias.

Sommando-se as calorias necessarias para as despesas energeticas dum trabalhador, encontramos 6.587 calorias.

Para compensar as despesas de energias gastas pelo trabalho mecanico e fisiologico do trabalhador rural e da industria do açucar, os alimentos ingeridos deverão cobrir essas despesas, para que assim não haja desequilibrio organico. Despresando nesse estudo o valor chimico e suas proporções, as necessidades das materias organicas e inorganicas, e o problema das vitaminas, para dos alimentos considerar unicamente a receita energetica, de accôrdo com o quadro do que come o trabalhador rural, chegaremos ao conhecimento do deficit de calorias. Assim, o feijão mulatinho ao preço de 1\$045 o kilo (61), e com 3.366

(58) — Lusk — "Science of Nutrition".

(59) — Josué de Castro — "O problema da alimentação no Brasil".

(60) — Josué de Castro — Obra citada.

(61) — Os preços dos alimentos são os da praça de Recife, durante o mez de março de 1937.

calorias (62) por kilo, dá um total de 148 calorias "per capita", tomando-se em consideração os trabalhadores e sua familia — isto é, 113 pessoas. Em idénticas condições, a farinha de mandioca, ao preço de \$980 o kilo e com 3.655 calorias o kilo, dá um total de 320 calorias "per capita". O bacalhau, valendo o kilo \$840, dá para cada pessoa 23 calorias, sendo de 1,692 calorias, a receita de um kilo desse alimento animal conservado.

O xarque, cujo numero de calorias por kilo é de 3.138 calorias, ao preço de \$500 o kilo, dá "per capita" 139 calorias.

O açúcar bruto com 3.772 calorias, ao preço de \$320 o kilo, dá "per capita" 124 calorias.

Finalmente, a carne de boi, cujo numero de calorias é de 1.145, ao preço de \$400 o kilo, dá "per capita" sómente 18 calorias.

Sommam as calorias provenientes dos alimentos acima enumerados, 772 calorias que devem ser augmentadas de 468 calorias, do valor energetico de feijão e farinha de procedencia ao sitio do trabalhador, perfazendo assim 1.240 calorias diarias.

Considerando ainda o contingente de calorias com a alimentação de milho, cará, macaxeira, abobora, vagem, etc., também proveniente do pequeno sitio do trabalhador rural (traramente o operario de fabrica possui sitio) e calculando essa receita em 30% das calorias acima encontradas, chegamos á conclusão que "per capita" tem o trabalhador uma receita total de 1.612 calorias. As 113 pessoas do inquerito têm, pois, 182.156 calorias de receita.

Como o trabalho do homem do campo não póde ser comparado ao trabalho da mulher e dos meninos, computando-se 30 % para o trabalho do homem e 15% para o trabalho da mulher, sobre a media geral encontrada "per capita", deduziremos que o trabalhador rural tem 2.095 calorias, a mulher 1.853 calorias, cabendo a cada filho 1.280 calorias.

Ora, se o trabalhador rural tem uma despesa energetica de 6.587 calorias e de receita 2.095 calorias, é evidente que existe um deficit de 4.492 calorias, equivalendo a uma differença de 68 %. Isto é uma prova evidente e insofismavel da sub-nutrição em que vive o trabalhador rural, que precisa ser melhor amparado, mais nutrido, para poder ser efficiente. Assim, onde poderia o trabalhador da industria açucareira buscar animo e forças para poder se apresentar na vida, com um outro aspecto, além desse "de sacco vasio se pondo em pé?" Dahi, o seu aspecto, a sua saude, a sua indole, a sua deficiencia de trabalho, a sua raiva recalcada, a sua miseria. Sem o negro escravo, dizem, seria incapaz uma cultura á européa na colonia da producção. Sem a miseria do trabalhador rural vivendo naquellas choupanas de palha ou barro, esburacadas, sem piso de tijolo, sem agua, sem latrina, sem higiene em summa, não poderiam por acaso existir essas esplendidas "Centraes" simbolo da absorpção e do industrialismo? (Feliz-

(62) — O valor nutritivo dos alimentos é calculado segundo determinações do prof. Alfredo A. de Andrade. Quadro publicado em "O problema da alimentação no Brasil".

A distribuição no anno de 1935 apresenta um aspecto completamente differente da decennia. Pernambuco passa para a segunda lugar, com a melhar collocação ae Campos. Alagôas praticamente perdeu seu mercado na Districta Federal, tal o decrescimo que affectou sua expartação, para esse grande centro consumidor, em 1935. O volume total das entradas fai de 2.059.024 saccos, assim distribuidas:

Campos (Est. do Rio)	795.281	saccos
Pernambuco	728.603	"
Sergipe	298.393	"
Alagôas	88.934	"
Bahia	88.598	"
Minas	10.849	"
Parahiba	6.500	"
Diversos	41.866	"

Sobre o volume de 2.059.024 saccas, a ordem percentual par procedencia assim se distribue:

Campos	38,6 %
Pernambuco	35,3 %
Sergipe	14,5 %
Alagôas	4,4 %
Bahia	4,3 %
Minas	0,5 %
Parahiba	0,3 %
Diversos	2,1 %

Constata-se assim o deslocamento de Pernambuco, pois que a distribuição do açúcar de Campos, supera á daquelle centra de producção de 9,1 %, em relação á distribuição do decennio. E a distribuição do açúcar pernambucana em 1935 é inferior de 2,4 % á obtida no decennio 1924-1935.

O Estado de Alagôas tem em 1935, um decrescimo de 76,5 % em relação ao decennio. A Parahiba tem um desnivel de 75,7 %. Emquanto ista occorre com os tres Estados productores da Nordeste, Campos consegue augmentar sua exportação para o mercado do Districta Federal de 31,8 %. O Estado de Minas que não constava nominalmente das estatisticas, pela insignificancia das remessas, já apparece com 0,5% do total das importações de açúcar.

cennia 1925|1934. E Minas Geraes augmenta em 1936, de 54,4 %, em relação ao anno anterior.

Dá uma melhor impressã da situaçã das centras de producçã nas quotas de fornecimento, reduzinda as percentagens encantradas em 1935 e 1936, a numeros indices, tamanda-se cama base o decennio 1925|34.

Assim temas:

	1925 34	1935	1936
Campos (Est. do Rio)	100	131,8	165,7
Pernambuco	100	97,6	95,0
Sergipe	100	137,8	68,3
Alagôas	100	23,5	5,9
Bahia	100	125,5	9,1
Parahiba	100	24,3	5,6

São numeros que merecem e precisam ser meditados pelos que querem e têm a dever de salvar a ecanamia açucareira de Pernambuco, e em summa da Nardeste, que está seriamente ameaçada de mergulhar na miseria, consequecia, entre outras causas, da fatalidade geografica, que a callacau a uma grande distancia dos centros de consuma. De Maceiã a Santos par exempla, as despesas de um sacco de açúcar á base de 72\$000 o sacco Cif Santos, sã:

Preço cif Santos	72\$000
Direitos	3\$360
Sellas 1%	
Seguros 7 8 %	2\$970
Agente 1 %	
Banca 1 1 4 %	
Alvarengagem	\$510
Trapiche (Norte)	\$300
Frete	5\$090
Lucra do Expertadar	1\$500
	<hr/>
	13\$730

Para o productar sulista, ista é, paulista ou mineira, basta que a lucro par sacco de açúcar seja a valor da transparte e demais despesas de exportaçã, para que a industria açucareira seja um lucrativo negacia. De farma que, a productar nardestina tenda que enfrentar concarrenciã tã forte, tem que accelerar a racionalizaçã de sua producçã cannaveira.

O exempla frizante dessa maneira de agir é a da esplendida Usina Central Leão Utinga, uma das maiars e das mais perfeitas usinas da Brasil, modelo de organizaçã industrial e agricala. Em materia de racionalizaçã industrial basta publicar a mappa de salarias das que trabalham na Secçã de "Fabricaçã de Açucar", "Producçã" e media desta despesa durante o quinquennia 1928|29 a 1932|33, da mesma Usina:

SALARIOS DOS QUE TRABALHAM NA SECÇÃO DE "FABRICAÇÃO DE AÇUCAR", PRODUÇÃO E MÉDIA DESTA DESPESA DURANTE CINCO ANOS, COMO SEGUE:

DISTRIBUIÇÃO	S A L A R I O S					Média de des- pesa para os 5 annos	
	1928/29	1929/30	1930/31	1931/32	1932/33		TOTAL
Balança	2:761\$600	2:834\$200	2:125\$300	2:347\$600	2:256\$200	12:324\$900	\$009
Esteira	11:508\$500	14:533\$400	9:580\$700	8:436\$500	9:457\$900	53:517\$000	\$038
Moendas	10:345\$100	13:714\$500	9:850\$200	9:051\$500	8:623\$300	51:584\$600	\$037
Caldeiras	18:075\$300	21:404\$900	12:635\$000	11:802\$700	11:685\$800	75:603\$700	\$054
Casa de Força	3:817\$800	4:636\$000	3:330\$000	2:894\$200	2:779\$700	17:457\$700	\$012
Casa de Bombas	6:398\$800	7:984\$200	5:181\$500	5:082\$500	4:566\$400	29:213\$400	\$021
Fabricação	30:764\$100	42:090\$000	30:060\$800	26:841\$600	23:468\$300	153:224\$800	\$109
Turbinas	14:466\$900	17:209\$000	12:608\$400	11:699\$500	11:544\$500	67:528\$600	\$048
Electricistas	4:234\$000	5:170\$500	2:582\$000	2:539\$400	2:455\$600	16:981\$500	\$012
Serralheiros	4:717\$100	5:498\$100	4:965\$000	4:182\$000	3:834\$200	23:196\$400	\$016
Embarcamento e Embarque	18:742\$000	26:240\$800	17:069\$000	16:126\$700	16:999\$100	95:179\$600	\$068
Ajudantes	2:186\$800	2:186\$400	1:642\$900	1:343\$100	1:545\$800	9:365\$000	\$007
Vigias	2:615\$900	3:414\$500	2:016\$500	1:426\$100	1:366\$900	10:839\$900	\$008
Diversos	3:940\$700	4:132\$400	3:055\$000	2:954\$700	3:185\$600	17:268\$400	\$012
	134:574\$600	171:508\$900	116:702\$300	106:730\$400	103:769\$300	633:285\$500	\$451
Engenheiro-Electricistas, mecanicos, etc.	113:543\$200	123:550\$530	135:160\$000	120:012\$900	76:256\$050	568:522\$680	\$405
Chimico	87:150\$750	172:703\$400	138:912\$800	129:208\$090	107:627\$600	635:602\$640	\$453
TOTALS	335:268\$550	467:762\$830	390:775\$100	355:951\$390	287:652\$950	1.837:410\$820	1\$309

Verificamos por esse bem elaborado mappa, que o salario dos trabalhadores nacionaes, durante o quinquennio, por sacco de açucar foi de 451 réis, o dos engenheiros electricistas e mecanicos, estrangeiros, de 405 réis e o do chimico, igualmente estrangeiro, de 453 réis.

Quer dizer que o salario de um unico homem foi superior ao dos operarios de 14 secções da fabrica. E se computarmos a somma dos salarios dos engenheiros mecanicos, electricistas e do chimico, verificamos que é superior 47,5 % ao total dos salarios de todos os operarios nacionaes dentro da fabrica.

Se estudarmos, então, a organização agricola da Central Leão, perceberemos a firme directriz de ser solucionada a questão açucareira pelo rebaixamento do custo de producção. Em trabalho que publiquei sob o titulo "Custo de producção da tonelada de canna", (65) fiz um estudo sobre a organização agricola da Usina Central Leão, e com todos os detalhes de dados e mapps, cheguei a conclusão que na safra 1932|33, a custo da tonelada de canna, nas 17 fazendas ou engenhos que ella possuia foi:

Culturas	6\$591
Administração geral	4\$441
Colheita	2\$235
	<hr/>
	13\$267

Tendo sido o valor de aquisição da tonelada de canna, de acordo com os preços correntes do açucar, nesse anno, de 16\$428, se deduz de o lucro agricolo, ainda com reflexos da crise deflagrado em 1929, foi de 3\$161, por tonelada.

No soffra seguinte, de 1933|34, os despesos por tonelada de canna foram:

Cultura	6\$050
Administração geral	5\$067
Colheita	2\$324
	<hr/>
	13\$441

Os preços da tonelada de canna, conforme valor de aquisição nessa safra, foram de 23\$000. O lucro agricola, pois, por tonelada de canna foi de 9\$559.

Já na safra de 1934|35, em vez de 17 engenhos, a Central Leão se apresenta com 21 engenhos, sendo o custo de producção de tonelada de canna:

Culturas	5\$178
Administração geral	3\$771
Colheita	2\$576
	<hr/>
	11\$525

Nesse anno, a parte agricola deu um lucro á Central Leão de 1.087:803\$060, tendo sido o preço da tonelada de canna, conforme a seu valor de aquisição de 23\$000, o que representa um lucro liquido de 11\$475 por tonelada.

(65) — Gileno Dé Carl — Revista "Brasil Açucareiro" — Agosto 1936.

Causa naturalmente admiração a capacidade de organização de uma usina modelo, como a Central Leão, que conseguiu através de sua technica agricola, com bôa semente, com trabalho agricola sob base scientifica, com adubação e irrigação, um rebaixamento tão consideravel no custo de producção da canna de açúcar, a ponto de equiparar seu custo de producção da tonelada de canna, com o das usinas de Campos e S. Paulo.

Mas o que causa certa estranhese é que com tão grande lucro agricola, não houve nenhuma melhoria no standard de vida do trabalhador rural. Concorreu esse lucro sómente para a ampliação dos seus vastos dominios territoriaes na zona da Matta. A Central Leão absorveu, agora, as usinas Páo Amarello e Esperança, com um limite de producção de 81.842 saccos, com todas suas zonas agricolas.

Chegaríamos assim, a um resultado paradoxal: — a racionalização da producção é factor de ampliação do latifundio açucareiro, em nada melhorando a vida do trabalhador rural. Para se poder aquilatar o desprezo absoluto por esse problema economico, social e biologico, basta que se estudem os numeros que se-guem, e que representam o salario por dia e por trabalhador, por cada secção de uma usina no Norte, o valor por hora de trabalho e o numero de horas de trabalho precisas para aquisição de generos de primeira necessidade:

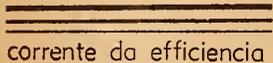
Operarios da Usina	Salario	
Esteira	2\$933	
Moenda	3\$231	
Caldeira	3\$038	
Fabricação	4\$076	
Turbinas	3\$380	
Armazem de Açucar	5\$920	
Centrifuga	2\$804	
Laboratorio	5\$964	
Officinas	5\$294	
Locomoção	4\$076	
Serra Circular	2\$740	
Electricidade	5\$845	
Carpintaria	5\$000	
Pedreiros	3\$675	
Garage	4\$512	
Distillaria	4\$845	
Turma volante	2\$409	
Despezas geraes	3\$491	
Empregados	12\$004	
Média		4\$260
Estrada de ferro		
Conservação (Média)		2\$937
Trabalhadores de campo		
Engenho A	1\$959	
Engenho B	2\$160	
Engenho C	2\$393	
Engenho D	2\$462	
Engenho E	2\$107	
Média		2\$270

Ha uma observação a notar: apesar de só serem precisas 1,4 horas de trabalho para aquisição de um kilo de milho, existe uma como que indiosincrasia pelo milho, na zona cannavieira do Nordeste. Porque "o horror á lembrança da escravatura, por tudo que fizesse perpassar num instante fugaz, o quadro horrendo pela mente do trabalhador livre, é o motivo da ogerisa, verdadeira indiosincrasia pelo milho, de grande relação nutritiva, substituído pela farinha d'água de mandioca, sómente porque o angú de milho foi a base da alimentação do escravo no eito. E, á proporção que se sae da zona de distribuição e actividade, onde viveu mais intensamente a raça africana, o regime alimentar irá passando da farinha para o milho, a tal ponto, que no sertão, esse precioso cereal é a base da alimentação popular. Somente a morbida hereditariedade, teria força bastante para desviar até a propria base da alimentação do nosso homem rural, a ponto de tornal-o fisicamente menos efficiente, pela impressão que através das gerações ficou sulcada no sub-consciente, como um brado de revolta, como um grito ousado de independencia que as contingencias da vida suffocaram ou que fatalidade do destino emmudeceu". (66). De tudo, não resta duvida porém, que a principal causa da sub-nutrição é o salario. Salario somente, quasi comparavel ao do indigena da tribu dos Kavisondo cuja "falta de energia é compensada pela pouca elevação dos salarios (10 shillings por mez e mais uma ração alimentar de farinha de milho" (67)

O valle do Kavisondo em Kenya, possessão da Inglaterra, possui cerca de um milhão de indigenas e a area do valle é superior a da Ilha Mauricio.

Precisamos ser sinceros e convir, que não é justo que não se procure um meio de ser resolvida, entre nós, uma questão tão séria e tão complexa. E' que não póde, nem deve perdurar uma situação angustiosa, da qual ninguem quer se aproximar siquer, com receio de fazer doer a explanação de um assumpto por demais melindroso. Mas, o perigo reside em adiarmos o estudo do problema. A quem cabe a culpa directa de um standard de vida tão baixo, e de salarios tão aviltantes?

Um Novo Ciclo



A Usina iniciou um novo ciclo economico, facultando uma accentuada melhoria nos tipos, bem como um maior rendimento industrial decorrente da efficiencia da extracção do açúcar.

Desde 1857 a Assembléa Provincial de Pernambuco cogitou da fundação dessas fabricas. Diversos melhoramentos foram sendo introduzidos parcelladamente. A fundação, porém, de engenhos centraes fracassava sempre. Ainda em 1873 a provincia de Pernambuco contractou com Fives-Lille um engenho central, incorporando este, com capitaes francezes, á "Compagnie Franco Brésilienne de la Province de Pernambuco", tendo o Governo Imperial garantido os juros de 7 % por 15 annos.

(66) Gileno Dé Carlil — Entrevista concedida ao "Diario da Manhã", de Recife, em 12 de novembro de 1933.

(67) "Revue Internationale de Renseignements Agricoles" — Vol. IV. N. 1 — 1926.



Exto de trabalhadores rurais, logo após a abolição

A Usina necessariamente teria que tomar a feição de usina — a fusão das antigas fobricos, dos tradicionaes engenhas banguês. Teria que se tornar, no panoromo omericono, um simbolo da nava economia industrial. O Barão de Lucena, um grande administrador da Provincia de Pernambuco, percebeu com a agudeza de sua visão, todos as males que adviriam com um regime absoluto de absorpção, que doria um sentido vertical á ecanomia pernambucana, em vez da projecção horizontal que socialmente attenderia melhar ao clima brasileira.

O documento que tão bem retrata essa directriz, é a contracto firmado por Keller & Cia., com a Provincia de Pernambuco para a construcção de tres engenhas centraes, das quaes um seria em Agua Preta. Firmado o contracto pelo barão de Lucena, os fornecedores capitão Jasé Alves da Silva, padre David Maderira, Sebastião Alves da Silva e sua mulher, major José Francisco Coelho e sua mulher e a dr. Manoel de Barras Wanderley e sua mulher, assumiram por contracto de 30 de abril de 1875 a campramissa da farnecimento de cannas. Os incorporadores não eram agricultares e se campromettiam a adquirir as cannas no "centro de cada terrena de produçção" e a base de compra era "na razão de cinco e meio par centa da açucar sobre a peso de canna, calculanda-se esta base pelos preços correntes do açucar bruta — não purgada, sêco e de primeira qualidade, au na de 7 réis par kilogramma de canna, toda ista quando não haja entre os contractantes e as fornecedores de canna estipulações ou ajustes em contrario".

Experiencias executadas nessa época demonstraram que a meia de extracção de açucar era de 5 %. Quer dizer que com as navas installações se pramettia uma melhoria ao preço da canna. A vantagem primardial para a engenha central residia na tipo de açucar que se tomava como referencia — a bruto, producta naturalmente mais desvalorizada que a demerara ou cristal, accrescenda que o tipo de açucar bruto não era purgada. Um dos aspectas de ordem e fundo social a ser encarada no contracto, foi a sentida de limitação de zonas, pois que a fabrica só excepcionalmente paderia receber cannas de outra municipio. Além dissa se obrigava a não trabalhar com braço escravo. Já nesse contracto, sem se pader perceber a alcance, se tratava em capitula especial do factor predominantemente da augmenta do latifundia açucareiro: — a estrada de ferro. A empresa concessionaria assumia a abrigação de "montar linhas de Tramway ou de outra qualquer sistema de trilhos de ferro que seja melhar, para a ta elce: communicação rapida e facil entre a fabrica e as propriedades das farnecedores de cannas e fazer a transparte das mesmas cannas do ponto em que devem de ser depositadas pelas plantadares". Este foi o vehicula que proporcionou, de maneira assustadora, a ampliação da grande dominio rural. Tal campramissa foi, através da estrada de ferro, com a rivalidade e concurrencia para a compra da materia prima. É de dever resaltar que contribuiu bastante para a campramissa da posse da terra, a necessidade sempre crescente de lenha, para a fabrica das as farnalhas das usinas.

O transporte e a garantia do combustivel foram levados ao interior do corrego a dentro, atravessando chapadões, furando gorras, grammas e montes.

cortanda morros, em busca de lenha e tambem em busca de novas terras. Terras para garantia da materia prima e para "fechar zona".

Em Pernambuco apesar da gronde linha ferrea da "The Great Western of Brasil Railway" que liga Recife ás duas capitoes dos Estados limitrofes do Sul e do Norte, e ao sertão atravessando a quasi totalidade da zona açucareira do Estado, na entretanto possuem as usinas 2.106 kilometros de ferrovia particular. Das sessenta usinas em funcionamento sómente quatorze pequenas usinas, meio aparelhos; se acham desprovidas desse meio de transporte, havendo porém usinas, como a Cotende com 152 klms. de ferrovia, sendo que tambem é ligada á Great Western, por onde recebe parte da materia prima para a fabrica e parte tambem da lenha que consome.

Igualmente ligada á estrada de ferro Great Western está, por exemplo, a Usina União e Industria e que no emtanto possui 114 kilometros de estrada de ferro particular. E coma nessas duas usinas, se repetem em quasi todas as zonas, a dependencia e a escravização dos engenhos cortadas pela estrada de ferro á usina. Não que essa dependencia humilhe o engenho por ficar de fogo morto, mas o que é desolador é o exemplo repetido da transmissão da propriedade. A estrada de ferro não se contentando com a transformação da fisionomia do engenho, exige e obtem a transformação social. A Usina venceu.

Esse novo ciclo da canna de açúcar se iniciou nos annos de 1877 e 1878, opós a fundação do engenho central de Quissamã, em 12 de setembro de 1877, e depois que o sr. D. Pedro II, a imperatriz Theresa Christina Maria, srs. João Lins Vieira Cansação de Sinimbú, Viscandes de Tamandaré, Bom Retiro e Maceió, Domingos Alves Barcellos Cordeiro, José do Patracinio e outros, assignaram a acta da fundação da Usina Barcellos, assignalando a acta que "dignaram-se percorrer o interior do estabelecimento e depois de assistir a cerimonia do benzimento das machinas o qual foi effectuada pelo revdmo. vigario José Calveza, Vigario Antonio Domingues Valiengo e padre Tito Affonso Capellani; terminando a cerimonia do benzimento, foi posto em movimento todo machinismo, dignando-se Sua Magestade, o Imperador, declarar inaugurados os trabalhos da Usina".

Inaugurava-se uma nova época no dominio açucareiro. O dominio da usina. Em 1884 em Pernambuco começa tambem esse nova periodo, com a inauguração dos quatro engenhos centraes — Santo Ignacio, Firmeza, Cuyambuca e Bom Gosto. Periodo, a principio, de grandes difficuldades de estabilidade da industria, levando á fallencia diversas usinas que foram arrematadas em hasta publica. Periodo de soerguimento com auxilios dos governos provincial e central. Periodo de crises intermittentes e de preços altissimos, sacudindo a economia dos usineiros, em altos e baixos, porém conquistando com um trabalho tenacissimo e digno de admiração, a construcção dum grande porque açucareiro no Brasil.

Gradativamente foi evoluindo a industria saccharina do paiz, com a fundação de inumeras usinas, attingindo em quantidade um numero elevado. Sômente porém, em algumas zonas, é que o aperfeigoamento tecnico da machinaria conseguiu se implantar. E após mais de meio seculo de actividade industrial, a industria açucareira no Brasil, nos doze ultimos annos de producção, se apresenta com o seguinte numero de fabricas em actividade:

1925 26	240	usinas
1926 27	249	"
1927 28	261	"
1928 29	279	"
1929 30	298	"
1930 31	302	"
1931 32	307	"
1932 33	298	"
1933 34	290	"
1934 35	296	"
1935 36	300	"
1936 37	295	"

Nos principaes Estados productores a distribuição das fabricas, dentro do triennio 1934-1935 a 1936-37 se processa da maneira seguinte:

	1934 35	1935 36	1936 37
Bahia	17	16	15
Alagôas	21	23	22
E. do Rio	27	27	28
Minas Geraes	21	21	23
S. Paulo	32	32	34
Pernambuco	62	63	59
Sergipe	82	80	76

Não representa sob o ponto de vista economico e estatistico de producção, o maior numero de fabricas, a maior capacidade de fabricação. A realidade desse valor se encontrará, tomando-se a capacidade média por fabrica, nos tres annos em estudo. Assim temos:

	1934 35		1935 36		1936 37	
Bahia	37.722	scs. p fabrica	32.413	scs. p fabrica	43.433	scs. p fabrica
M. Geraes . .	11.705	" " "	18.780	" " "	17.249	" " "
Alagôas .. .	63.646	" " "	46.737	" " "	30.437	" " "
E. do Rio . .	67.610	" " "	78.061	" " "	93.425	" " "
S. Paulo . . .	57.640	" " "	61.605	" " "	65.127	" " "
Pernambuco	68.823	" " "	72.678	" " "	93.425	" " "
Sergipe	9.070	" " "	9.262	" " "	6.987	" " "

Classificando os diversas Estados productares, de accorda cam o volume de produção em relação ao numero de Usinas na média do triennio, verificamos:

Estado da Rio	79.698	scs.	por	fabrico
São Paulo	61.791	"	"	"
Pernambuca	59.160	"	"	"
Alagôas	46.938	"	"	"
Bahia	37.881	"	"	"
Minas Geraes	16.078	"	"	"
Sergipe	8.439	"	"	"

Caube o primeiro lugar na collocação do numero de saccos por fabrica, ao Estado do Rio, cuja progressão no triennio se processau rapidamente, porquanto ho um accrescimento em 1936|37, de 38,1%, em relação ao anno de 1934|35. O segundo lugar cabendo a São Paula, denota um augmento de 12,8% em 1936|37 sobre 1934|35. Caube a Pernambuco a terceiro lugar na média triennial, com um differença de 25,7% e 4,2%, em relação respectivamente ao Estado do Rio e São Paula.

Tomando-se, porém, para base de calcula o limite de produção dos Estados açucareiros que exprimirá a realidade num periodo normal de trabalho agricola e industrial e calculando-se coma divisor a média das fabricas em actividade no triennio 1934|35 a 1936|37, verificamos que cabe ao Estado da Ria, — com pequenissimo differença sobre Pernambuco — a liderança na collocação do maior numero de saccos por fabrica, denotando assim, uma maior efficiencia industrial e uma maior concentração de produção açucareira. Eis como se modifica a anterior situação, encastrada com as elementos tomados em relação ás safras, em face de navos elementos tamadas em funcção da limitação:

Estado do Rio	73.879	scs.	por	fabrica
Pernombuca	73.768	"	"	"
São Paula	62.770	"	"	"
Alagôas	60.785	"	"	"
Bahia	42.973	"	"	"
Minos Geraes	15.871	"	"	"
Sergipe	9.140	"	"	"

Comparanda-se o que autoriza a actual quota de limitação, cam a que tem occorrida no compa da produção nacional, onde se verifica ter havida um grande desequilibrio estatistico de produção açucareira no Nordeste, proveniente de secas que assolaram essa região, diminuinda portanto as safras, concluiremas que o Estado do Ria augmentau legalmente — sab pena da diminuição exaggerada dos estoques, mativanda assim a especulação — 7,8% a quantidade de saccas por fabrica na média do triennio, em relação á sua limitação. O Estado de Pernambuco que teve uma grande redução na safra de 1936|37, apresenta uma diminuição de 19,8% entre a limitação e a média da triennio. É preciso frizar que o cada redução, corresponde uma derrota na concorrencia junto aos mercados. A luta interna pela supprimento das mercados é vital para o Nordeste, de farma que o problema a ser enfrentado par elle, é de dominar os efeitos da sêca, au ser annullada futuramente. O Estado de S. Paulo, aliás o melhor mercado par o

GENEALOGÍA DE ALGUNAS DE LAS VARIEDADES
DE CAÑA MAS IMPORTANTES
PRODUCIDAS EN JAVA

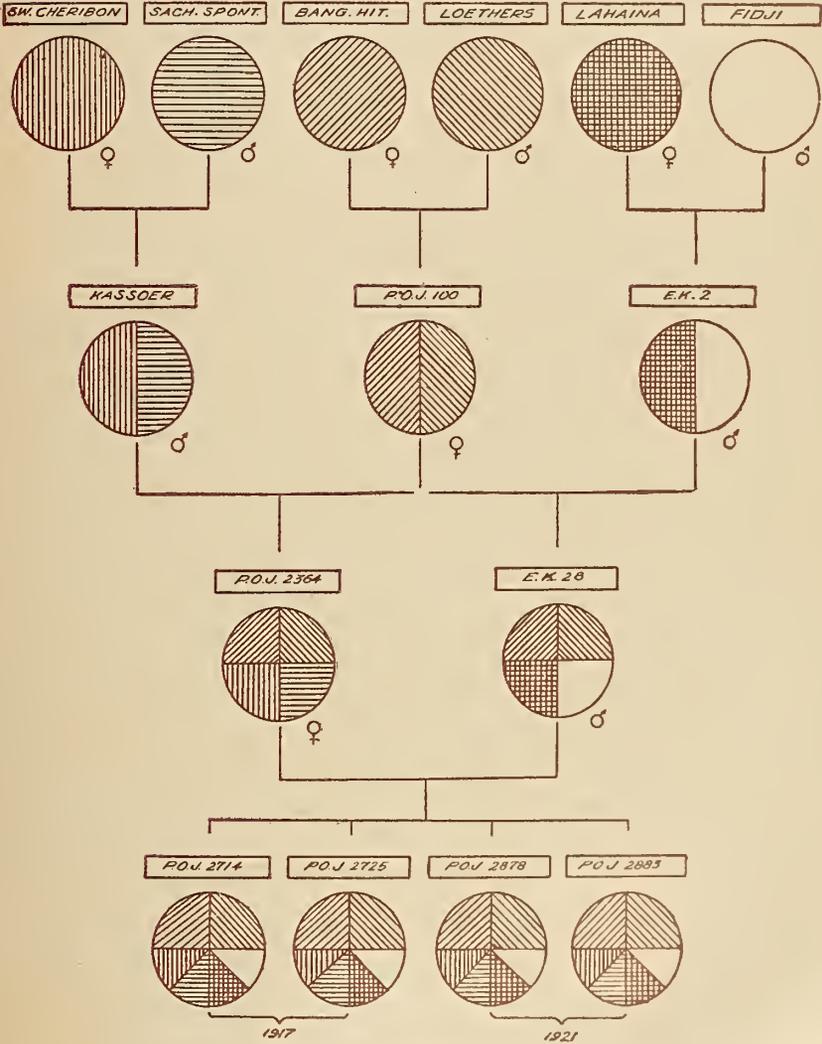


Figura 1

o açúcar do Nordeste, avança também no progresso industrial açucareiro e principalmente na lavoura canavieira, onde os métodos de trabalho, precisam ser imitados. S. Paulo não tendo atingido em 1934|35 o seu limite, apresenta na média de produção geral do triennio uma insignificante diferença de 979 saccos de açúcar por fabrica em relação á sua capacidade pela limitação, correspondendo essa diferença, a 1,5%.

O Estado de Alagoas, atingido também pela anormalidade climática, se apresenta com uma redução de 22,7%; o Estado da Bahia tem uma diferença de 11,8% e o Estado de Sergipe de 7,6% da actual limitação sobre a média obtida no triennio 1934|35 a 1936|37, de numero de saccos por fabrica de açúcar.

Finalmente o Estado de Minas Geraes obtém um pequeno augmento de 1,3% na média de saccos de açúcar por fabrica, em relação ao seu limite.

Computando-se todos os dados dos sete grandes Estados productores de açúcar, encontraremos uma média geral de produção de 48.455 saccos por fabrica de açúcar, consideradas fabrica, a usina de açúcar e meio aparelho.

Se por um lado tão baixa produção por fabrica denota, no geral, uma fraca eficiencia, e um periodo anterior á verdadeira industrialização com as grandes Centraes diminuindo o numero de fabricas e o custo de fabricação, por outro lado porém, não chegamos ao estado de angustia do restante da industria açucareira do mundo, onde o problema se tornou muito mais complexo. Ademais com tão alto numero de usinas e portanto com menor produção por fabrica, percebemos que ha uma melhor distribuição da riqueza açucareira. Para isso ser testemunhado basta se attentar que:

- | | | |
|---|---------|--------|
| 1 — A ilha de Reunion, tomando-se por base a média das safras de 1932 34, tem uma produção por fabrica de | 67.122 | saccos |
| 2 — A ilha Mauricia, tomada por base a produção dos annos de 1934 e 1935, tem uma média de produção, por fabrica, de | 80.826 | " |
| 3 — A Republica Argentina, tomada como base de calculo a média da produção das safras 1932 33 e 1933 34, tem uma média de produção por fabrica, de | 87.864 | " |
| 4 — A ilha da Trindade, considerada a média da produção dos annos de 1934 e 1935, tem uma média de produção por fabrica, de | 188.405 | " |
| 5 — A ilha de Java, tomando-se em consideração a produção de 1934 reduzida a um limite baixissimo devido á crise de super-produção e grande accumulo de estoque na ilha e comparando-se com o numero de fabricas que trabalharam e que representam sómente 31.7 % das existentes, porquanto existem 110 fabricas em "chômage", encontramos uma produção média por fabrica, de | 211.191 | " |
| Tomando-se porém, a média de produção do quadriennio anterior a 1934 e calculando-se a média de produção por fabrica, computando-se a totalidade das fabricas existentes, encontramos | 248.217 | " |

6 — A Republica do Perú, para a producção média das safras de 1933 e 1934, dá uma capacidade por fabrica, de	227.425	"
7 — A Australia, calculando-se a média da producção dos annos de 1933 e 1934, apresenta uma media de producção por fabrica, de	257.100	"
8 — A Republica de Cuba, tomando-se por base a producção média do triennio 1933 1935, se apresenta com uma alta producção de açucar por fabrica, que attinge	280.974	"
9 — Porto Rico, apresenta ainda uma maior producção de açucar por fabrica, porquanto, tomando-se a média das producções das safras de 1932 33 e 1933 34, encontramos para cada fabrica	356 640	"
10 — Hawaii se colloca num plano ainda mais elevado, pois que, computando-se a média das safras de 1932 33 e 1933 34, a média de producção de açucar por fabrica, é de	375.640	"
11 — Finalmente as Filipinas occupam o mais elevado logar entre os que mais produzem açucar por fabrica em actividade. Assim, calculando-se a média das producções das safras de 1932 33 e 1933 34, que foi de 1.168.856 toneladas de 2.240 libras, encontramos uma média de producção de açucar por fabrica, de	439.835	"

Por todos esses numeros (68) que exprimem realmente o gráo de aperfeiçoamento tecnico e efficiencia, deduzimos a verdade de quanto menos complexo é o problema açucareiro no Brasil, onde a riqueza açucareira está muito mais distribuida e onde ha muito maior numero de productores, diminuindo assim, — porque se espelham — os onus que o combate á super-produção require da producção. Porém essa maior distribuição da producção, fatalmente teria que augmentar o custo de fabricação, porque quanto maior a producção — em identicas condições de fabricação — menor o seu custo unitario. E basta se meditar que a distribuição da producção por fabrica, no Brasil, é inferior á de Reunion, 27,6%; á de Mauricia, 40%; á da Argentina, 44,8%; á da Trindade, 74,2%; á de Java 77,0%; e 80,4%, correspondendo respectivamente ao calculo com o numero de fabricas em actividade e com o numero total de fabricas existentes; á do Perú, 78,6%; á da Australia, 81,1%; á de Cuba, 82,7%; á de Porto Rica, 86,4%; á de Hawaii, 87,1%; e á das Filipinas, 88,9%:

Raciocinando ante os numeros acima, temos de convir, que o Brasil terá de evoluir para a grande industria açucareira, aperfeiçoando as grandes usinas actuaes, sem porém absorver a terra, agrupando as pequenas usinas em forma cooperativa, sem monopolizar a producção entre poucos, para que se possa usufruir o beneficio duma relativa bôa-repartição da riqueza açucareira.

Obtenção de Variedades

Já em 1894, poucos annos após iniciar-se o novo ciclo do açucar em Pernambuco, os noticiarios dos jornaes e revistas vinham constantemente tratando dum assumpto de grande vulto para a lavoura can-

(68) — Dados extrahidos do "Annuaire Sucrier" — 1936.

navieiro, que já possuindo innumerables variedades, no entretanto não se aclimatavam bem. Anunciavão-se oficialmente a obtenção de novas variedades de cannos, conseguidas da germinação das sementes. Parece que a primeira noticia documentada sobre cannas obtidas espontaneamente da germinação da semente, se encontra numo carta de Paris, de 1859, publicada em "Barbados Advocate". Esto descoberta foi confirmada ainda nessa possessão inglezo, por Drumm, em 1869, no "Agricultural Report". (69).

No historico dos trabalhos de selecção de variedades, obtidas pela germinação de sementes, duas fases se apresentam: a do cruzamento entre especies diferentes de *Saccharum*, com *Saccharum officinarum*, com o fito de serem obtidas variedades de cannas immunes ás enfermidades.

Segundo informa dr. J. Jeswiet (70), em 1862 Noto Homi Prodjo, cidadão Javanez, conseguiu algumas variedades de canna de açucor, obtidas por via sexual, publicando uma noticia no "Journal of Science for Netherland Indio". Em 1885 Soltwedel tratou de conseguir semente da especie silvestre de *Saccharum spontaneum*, produzindo varios seedlings da mesma, proseguindo o estudo durante o anno seguinte, das variedades de canna do *Mauricia*, pertencentes ás especies *Saccharum officinarum* e das cannas *Loethers*, bem como dos sementes da conhecido *Glong-gong*, do genero *Erionthus*. Em 1887 tentou varios cruzamento entre as variedades *Loethers* e a *Saccharum Spontaneum*, costrondo as flores de ambas. Se bem as experiencias não tenham dado resultados satisfatorios, porém ficou pela primeira vez patenteada a possibilidade do fecundação artificial. Nesse mesmo anno o doutor Ostermann obteve em Java, sementes de uma canna javaneza, provavelmente a *Ardjoena*. Nesse periodo, Soltwedel conseguiu seedlings da *Saccharum officinarum* e de uma canna rustica hawaiiana, cujo nome se ignoro. Concomitantemente *Harrisson* e *Bovel* em 1889 obtinham em Barbados novas variedades. As experiencias de Soltwedel tiveram como continuador *Moquette*, que conseguiu innumerables seedlings da canna *Fidji*, e até 1892 conseguiu reunir 5.000 plantas de 38 variedades de canna. O doutor *Wakker*, da estocção javaneza de *Pasoeroean*, além de ter divulgado interessantes trabalhos de florescimento e fecundação da canna, foi o descobridor da causa que produziu o esterilidade da canna *Cheribon Negra* e foi tambem quem conseguiu a famosa canno *P. O. J. 100*, no anno de 1893, possivelmente o cruzamento do canna *Bonpermosin* com a *Loethers*. *Bouricius* cruzou a *Cheribon Negra* e a *Fidji*, conseguindo a canna *247 B*, de grande successo. Em 1903 fecunda a *Cheribon Negra* com a canno *Botjon* conseguindo a *D. I. 52*. Em 1911 *John W. Veustelgh* selecciona a *E. K. 28*, que com o *D. I. 51*, faz subir bastante a produçção de Jova. Além dessas principios variedades

(69) — *Eva Mamelli de Calvino*.

(70) — *Dr. J. Jeswiet* — *Actas de la Segunda Conferencia de la Sociedad Internacional de Tecnólogos de la Caña de Azucar*.

des pertencentes á especie *Saccharum officinarum*, outras promoveram o soergimento da industria açucareira javanesa, porém, todos ellos eram susceptíveis ao mosaico e ao sereh.

Quanto á obtenção de variedades pelo cruzamento entre especies diferentes de *Saccharum* com *Saccharum officinarum*, cabe essa gloria o Moquette e o Wakker — segundo director da estação experimental de Pasoeroean — que foram os primeiros que conseguiram o cruzamento com a canna silvestre, encontrada por M. Kruger no vulcão Moeriah, a Kassoer (70 A). As cannas obtidas por esse cruzamento, desde o principio demonstraram immuniidade ao mosaico e ao sereh, se bem que apresentassem um baixo conteúdo de açúcar.

Em 1890, conseguiu cannas que se distinguiram pelo rapido crescimento e vigorosas raizes, com o inconveniente porém, de pouco peso e por demais susceptíveis ao mosaico. Foram as cannas que muito se espalharam, como as P. O. J. 36, 139, 228 e 234. Após uma longa série de variedades obtidas pelos geneticistas, principalmente de Java, em 1910 Wilbrink tornou a cruzar a Kosoer, fecundando a "Alistoda Preanger", a Cheribon Negra e a P. O. J. 100. Do cruzamento da P. O. J. 100 x Kassoer, foi obtida a P. O. J. 2364. Em 1917, feito o cruzamento da P. O. J. 2346 com o E. K. 28, foram conseguidos as variedades P. O. J. 2714, P. O. J. 2722 e P. O. J. 2725, a P. O. J. 2878 e a P. O. J. 2883. Todas ellas ricas de oçucar, erectas, de raizame forte e commercialmente immunes ao mosaico. E a ilha de Java através dos esplendidos trabalhos da genetica vegetal lançou ao mundo uma novo ordem no economia açucareira, possibilitando um rapido progresso agricolo e industrial.

Mas se pesquisarmos mais profundamente, deduziremos talvez, que a selecção, o refinamento, a melhoria dos tipos, o trabalho scientifico dos fitotechnistas, foram os factores primeiros da super-produccção açucareira no mundo.

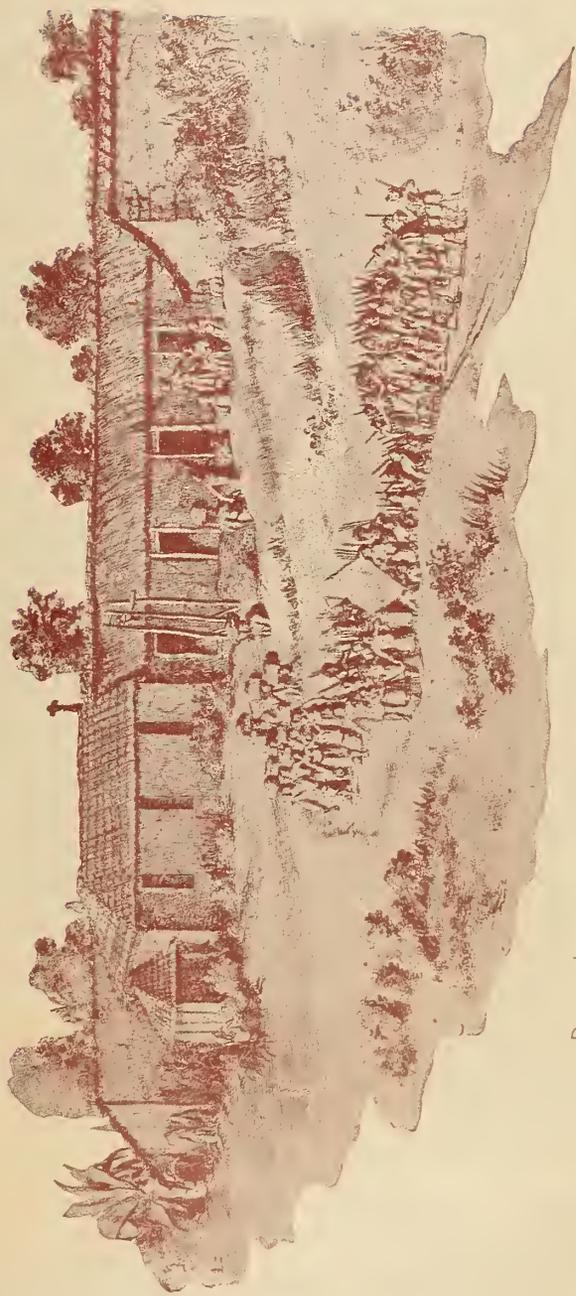
Imperialismo da canna "manteiga"

Ao mesmo tempo quasi do inicio dos trabalhos de selecção e cruzamento da canna de oçucar nas diversas zonas cannavieiras do universo,

em Pernambuco, um agricultor, senhor de engenho, geneticista por intuição, assegura ao seu Estado a primazia na America do Sul, do obtenção de cannas por via sexual e talvez a prioridade no mundo, de plantio extensivo de cannas ossim obtidos.

De facto o sr. Manoel Covalconti de Albuquerque, senhor do engenho

(70) — Dr. J. Jeswiet — *Historia de los Trabajos de Selección de Variedades de la Caña* (70 A) — Dr. J. Jeswiet — *Historia de los Trabajos de Selección de Variedades de la Cana en Java.*



Dependencias e senzalas de um engenho de canna em Pernambuco



No anno seguinte a proprietaria da Usina Brasileiro importou as variedades: Demerara 848, 1.082 e 4.805, e Barbadas 1.566, 3.405, 3.675 e 6.450. Em março de 1910 importou e plantou as variedades, Barbados 3.747, 3.922, 4.578, 6.204, 6.360, 1.108, 2.468, 3.956 e 4.397. Finalmente em julho de 1911 recebeu ainda as variedades Barbadas 3.859 e 6.835.

Dessas variedades directamente impartadas, gosavam de fama mundial a D. 74, muito espalhada na Louisiana e a D. 95. E segundo estudos de Nael Deer eram as duas mais ricas variedades obtidas por via sexual. Num trabalho publicada pela sr. Ribeira de Britto em Pernambuco em que ressaltava a necessidade da cultura de novas variedades de canna, em 1911, allude aa grande rendimenta agricola da canna "manteiga" que chegou a produzir até 100 toneladas par hectare, porém os industriaes notavam que esse alta rendimento cultural carrespondia um decrescimo da rendimenta industrial. E um inconsavel batalhadar que fai a dr. Ignacio de Barras Barretta, em 11 de maio de 1911, através das calumnas da "Diaria de Pernambuco", chamava a atençaã das paderes publicas para a esplendida aparelhamento industrial da parque açucareiro, emquanto era desaladara a parte agricola e inculcava "a causa da nenhum augmento verificada na xolome da safra, na crescente pabreza da materia prima que trabalhamas".

Junte-se á precariedade da variedade da canna plantada, o total desprezo pela parte agricola. Com a mentalidade creada do enabrecimento automatica canferida ao senhar de engenha e nãa ao agricultar da canna de açúcar, verifica-se a constante preocupação de sempre apparecer a industrial. O fabricante de açúcar e nãa o lavradar. Não a lavrador na dependencia financeira da engenha, mas a propria lavradar independente. O credito da senhar de engenha era conhecido pelo valar das escravas, pelas caixas de açúcar produzido, pelas feixes, cunhetes au caras de açúcar. Nunca pela extensãa dos seus cannaviaes, pela qualidade das cannas, pela racionalizaçaã da trabalho, pelo baixa custo de produççaõ. Dahi a plana secundario da technica rural. Dahi existir ainda haje a arada de madeira "Pae Adãa" nas terras de massapé do recancavo bahiano. Ha a scisma que aradd de ferra nãa presta, porque "nãa fura a terra, se furar se quebra e se nãa quebrar, a canna não nasce". Arado de madeira, tasca e pesado. Dez e daze bais para puxal-a. Pais fai essa mesma rotina, essa falta de conhecimento da terra, esse pouca ligar aas mistéres do campa sempre repugnanda á maiaria dos nossos industriaes que preferiu vêr a açúcar limpa a sair das turbinas ou ensaccada em seus armazens ou nos centras de distribuiçaõ e de especulaçaõ, á se causticar aa sal tropical, a se molhar debaixo das chuvas pesadas da inverno, a sentir a cheiro de suor das levas de negras e caboclas das eitos ou a odôr esplendida da terra madura, que nas fez viver mais de 30 annas com uma variedade má, com uma variedade de canna pabre.

Variedade que enfraquecenda, além de pobre em saccarose, accelerou o ritmo da acasa da Narte. A decadencia da Nardeste açucareiro. Não se poderã abscrecer a fulgor da crepusculo...

Loga após a abtençaã da canna manteiga par via sexual, na engenho Cachaeirinha, pela agricultor Manael Cavalcanti de Albuquerque, outra agricultor pernambucano, sr. Antania Cavalcanti de Arauja, proprietario do engenho S. Caetano, localizada na municipia de Victoria, conseguiu tambem após pacientes es-

tudos, uma série de variedades de cannas assignalando-os pela ordem alfabetica. Existe uma variedade muito rica em açúcar, ainda plantada nos cannavieiros de Pernambuco — a S. Caetano — que é o resultado dos esforços desse fitotechnista nato. Por essa mesma época, o sr. Jeronimo Alves Varella, cunhado do senhor de engenho S. Caetano, obtem a canna Varella, de bôa germinação e de notavel riqueza. Um outro agricultor, o sr. João Cavalcanti de Araujo, irmão da proprietario do engenho S. Caetano, consegue uma bôa variedade de canna, denominada "Lyra" que segundo analyses chemicas apresentou resultados satisfatorios, de pureza e riqueza.

Além da canna "manteiga" o sr. Manoel Cavalcanti de Albuquerque, conseguiu outras variedades que a principio ganharam nome e que sómente desapareceram com o imperio da "manteiga". Algumas desses variedades foram a "aleijada" tambem conhecida por "caiana sem pello". Parece se tratar dum producto proveniente do cruzamento da canna Caiana com a Salangôr, pois que apresentando os caracteristicos da antiga "Caiana", denota pela côr acinzentada a presença da Salangôr. A canna "cinzenta" tambem conhecida por Grossona, tem a côr "Salangôr" e as folhas identicas ás da "caiana". Cresce bastante porém, aca-ma com facilidade. E' muito damnificada, porque é variedade que tem a casca mais molle e além de pouco precoce, é pouco resistente ao verão. Outras variedades obtidas pelo fitotechnista de Cachoeirinha são: — a "Paulo Salgado", de côr amarella esverdeada quando madura, vegetando bem em terrenos fertes, de porte erecto, porém com deficiencia de saccarose. A "Malhada" de côr oscillando de roxa clara para verde com manchas rôxas, de accordo com o estado de maturação, engrossa pouco, filhandô pouco e flecha com frequencia e tem socaria fraca. A "Manoel Cavalcanti" muito parecida com a canna coiana, de côr esverdeada quando nova e á medida que se processa a maturação a côr muda para amarella, com manchas vermelhas. Dá bôa filhação, raramente flechando. As cannas "limpa" e "Branca" têm bom porte, bôa filhação, não flechando a primeira e flechando bastante a segunda.

Das cannas obtidas pelo agricultor Alfredo Machado Cavalcanti de Albuquerque se distinguem a "bronzeadá", a "branquinha", a "Rajada" a "grossona" e a "arandú".

Em 1900 a revista ingleza "Sugar Cane" publicou um informe sobre as variedades de canna cultivadas nos engenhos de Pernambuco, accentuando o seu exito, dada a resolução dos agricultores de ser continuado o plantio com as cannas pernambucanas. O "Sugar Cane" noticia a exposiçáo de cannas na Sociedade Auxiliadora da Agricultura, resaltarido o aspecto de algumas variedades entre ellas ao do tipo chamado em Pernambuco-Imperial — isto é, de côr amarella e verde listrada. A Zigue-zague sobresa e pela maneira curiosa do seu crescimento. Em trabalho publicado em 18 de março de 1900, sob o titulo "cannas da semente da flecha" o sr. Alfredo Wats estampava interessontes dados de analyses chemicas com as variedades de canna do engenho Cachoeirinha, e tambem cannas obtidas pelo sr. Alfredo Machado Cavalcanti de Albuquerque, proprietario do engenho Arandú, no municipio de Escada, em Pernambuco. Eis a analyse do caldo:

	Brix	% açúcar	Pureza
Manteiga	19,25	17,70	91,4
Paula Salgada	20,65	19,12	92,6
Malhada	18,20	16,96	92,2
Zigue-zague	19,18	18,44	96,1
Manoel Cavalcanti	22,60	22,42	99,2
Limpa	18,65	17,06	91,5
Branca	19,00	16,34	86,0
Branzeada	15,20	14,06	92,5
Branquinha	17,55	16,28	92,8
Rajada	18,40	17,31	94,1
Grassona	18,50	17,28	93,4
Arandú	19,10	17,72	92,8

Todas as cannas analizadas foram moidas em principio de fevereiro. Quasi sem excepção, as variedades de Cachoeirinha apresentaram mais percentagem de açúcar que a Caiana.

Dahi em deante surgiram em Pernambuco innumeradas variedades de canna, em cada sitio de agricultor. Os nomes e designações se multiplicaram, apparecendo assim a canna Tbayré, em engenha de igual nome, em Goiana, de propriedade da Diogo Soares da Cunha Rabello. A "Batucuda" tambem foi conseguida em Goiana, cruzamento da canna imperial cam a "manteiga".

Todas porém viveram uma vida efemera nos cannaviaes do Norte e em algumas outras zonas açucareiras do paiz.

Só a "manteiga" venceu, só a "manteiga" prosperou, pontificou.

E mesmo após a debacle das safras, atingidas pelo masaico, quando em São Paulo, Estado da Rio, Minas Geraes, Bahia e mesma Alagôas, todas mudam a semente infectada, substituindo-a por canna immune ao terrivel mal, o imperialismo da canna "manteiga" estava tão enraizado em Pernambuco, que oppõe uma resistencia feroz, tenaz e persistente. Sómente a pouco e pouco, as novas variedades vão sendo cultivadas.

Que prejuizo enarme não causa á economia pernambucana esse imperialismo, que teima em deixar o productor com tão baixo rendimento industrial, enquanto os outros centros se aperfeiçoando, se racionalizando, vão deslocando o centro de gravidade açucareira, do Norte, para o Sul.

O Mosaico

Não resta duvida que ao mosaico se deve muito do reerguimento da industria açucareira do mundo. Não fôra elle e talvez não tivesse havido o trabalho persistente das estações experimentaes de canna de açúcar. Não teria havida a "revolução das variedades de canna". A enfermidade foi pela primeira vez verificada em Java, no anno de 1890, com a nome de "Gele Strepziekte". Em 1909 foi encontrada no Egypto, em 1910 em Hawaii, em Porto Rico em 1915 e em 1919 na Luisiana. Depois, em todas os centros cannavieiros do mundo, cainda assustadoramente as safras. E ante a difficuldade de caracterizar a causa real do mal, os scientistas appellaram para a theoria do virus filtravel.

No Brasil, o mosaico foi assignalado em sua fase incipiente, pelo sr. José Vizzioli, no Estado de São Paulo, nos municipios de Piracicaba e Campinas, em fins de 1923. (71)

Em Pernambuco o mal foi pouco depois assignalado, em primeiro lugar, nos canaviaes da Usina Tiama, alastrando-se logo de inicio, por todo o vale do rio Tapacurá, em sua fórmula já grave, com descoloração e manchas nas folhas, e na canna, linhas vermelhas para o eixo central e verdadeiras ulcers. Ha a pre-supposição de que muitos annos antes da assignalação do mal, já elle desequilibrava as safras desse Estado, principalmente na zona da Usina Tiama, que sempre importava diversas variedades, de outros centros de producção, infectados de mosaico. A quéda da producção açucareira das usinas do Estado de Pernambuco, resultante naturalmente da actuação de algum factor estranho, pôde-se perceber exactamente nesse periodo de irrupção do mal.

As safras a partir de 1921|22 foram:

1921 22	3.133.206	saccos
1922 23	2.283.295	"
1923 24	1.968.353	"
1924 25	187.532	"
1925 26	2.418.114	"
1926 27	2.597.657	"
1927 28	3.209.301	"

O combate ao Mosaico pela selecção da semente das variedades existentes no Estado, foi feito através da acção do Estado e por iniciativa particular.

As safras da Usina Tiama, fóco irradiador da molestia, cairam tambem de maneira accentuada. Assim vemos que a partir de 1921|22 as safras foram:

1921 22	210.291	saccos
1922 23	160.932	"
1923 24	143.193	"
1924 25	187.532	"
1925 26	178.829	"
1926 27	156.750	"
1927 28	189.280	"

Somente na safra de 1928|29, a producção consegue galgar seu nivel real, attingindo então 252.204 saccos. Foi a Usina Tiama das poucas fabricas de Pernambuco que combateu o mosaico em suas propriedades, com a mudança da semente de canna, se bem que tenha plantado novas variedades, nem sempre imunes ao mal.

Afóra ella, porém o combate com a mudança da variedade quasi que escapou á solução do problema profilatico. Realmente, por condições excepçoes,

(71) — José Vizzioli — Combate ao Mosaico. Artigo publicado no "Estado de S. Paulo", em 12 de abril de 1929.

o mosaico não produziu em Pernambuco tão profundos disturbios como o occorrido em diversos centros productores do mundo, bem como em alguns Estados do Brasil, principalmente os Estados do Rio e S. Paulo.

Está faltando aos productores pernambucanos, a convicção de que "qualquer condição desfavoravel de sólo e clima, favorece o desenvolvimento do mosaico". As variedades communs de Porto Rico soffreram diminuições de 20 a 50 %. Desde o apparecimento do mosaico, porém, na ilha de São Domingos onde as condições são mais favoraveis, as mesmas variedades não têm signal algum de haver sido prejudicadas. (72).

Exactamente occorre em Pernambuco, onde os efeitos de qualquer perturbação climatica, promovem desniveis de producção não proporcionaes ás precipitações pluviometricas. Com a mudança das condições optimas de clima, o mal actua mais intensamente, a ponto de ter reduzido a safra de 1936/37, para 2.122.420 saccos, o que representa uma differença sobre o anno anterior de 2.466.341 saccos, ou 53,7%.

O Estado de São Paulo resolvêu de maneira diametralmente opposta, o combate ao mosaico. Em 1923, quer dizer, logo após a verificação da molestia não havia plantio de cannas javanezas. Em 1924 já se consignavam 1 %, em 1926, 12%; e em 1928, 75%. A existencia de um pequeno cannavial de canna javaneza na Usina Companhia Guatapará foi o centro de irradiação para a renovação dos cannaviaes paulistas. As cannas que iniciaram o resurgimento da lavoura paulista foram a P. O. J. 36, P. O. J. 213, a P. O. J. 228 e P. O. J. 234.

Em 1926, o Engenho Central de Villa Raffard offerece á Estação Experimental de Piracicaba, as variedades P. O. J. 210, 213 e 281.

Em 3 de junho de 1928, ainda a Estação Experimental de Piracicaba recebeu directamente da Estação Agronomica de Móca, Republica Dominicana, a P. O. J. 2725. Em principios de 1929, eram recebidos os primeiros rebolos da P. O. J. 2878, vindos de Campos (73).

Em 11 de junho de 1929 importou directamente de Jáva as P. O. J. 2878 e 2883. Em 1930 foram importadas directamente a CO. 213, CO. 290, CO. 312 e CO. 313 provenientes de Coimbatore. Ainda em 1930, recebeu novamente da Estação Experimental de Piracicaba a P. O. J. 2878 e 2883, da America do Norte.

Sintetizando o esforço paulista no que se refere ao combate do mosaico, pelo quadro abaixo se observará como se processou velozmente a substituição das antigas variedades susceptiveis ao mal.

(72) — J. A. Stevenson, Journal of Department of Agriculture citado por G. L. Fawcett no Trabalho. "Las enfermedades de la caña de azucar en Tucuman".

(73) — Em 1929 o director da Estação Experimental de Campos, Adrião Caminha Filho, adquiriu pessoalmente as primeiras estacas que entraram no Brasil, da famosa P. O. J. 2878.

Anno	Variedades susceptíveis	Variedades resistentes
1925	99%	1%
1926	88%	12%
1927	75%	25%
1928	25%	75%
1929	15%	85%
1930	7%	93%
1931	5%	95%
1932	1%	99%

Em oito annos de trabalho de renavação, São Paulo inverte completamente a situação, passando de 99% de variedades susceptíveis, para identica percentagem de variedades resistentes.

Apesar do rigor nas exportações de canna para outros centros de produção, a Estação de canna de açúcar do Estado de São Paulo, cooperou no resurgimento de diversas zanas açucareiras do paiz, despachando de accordo com os pedidos e as normas que presidiam essas expartações, algumas toneladas de cannas javanezas, após o anno de 1928. E, a não ser algum productor particular que conseguiu poucas cannas, sámente em 1932, na documentação que me foi dado compulsar, encantrei uma pequena exportação para a Secretaria da Agricultura de Pernambuco, das variedades Kassoer e P. O. J. 2878 (74).

Depreende-se, que exactamente quando urgia uma completa renavação dos cannavaes e dos methodos de trabalhar a terra, quando se tornava necessario acompanhar de perto o que faziam o Estado de São Paulo e Campas, Pernambuco enveredava por outro caminho, por outro methodo de combate ao mosaico, espalhando, em vez de cannas javanezas, as E. B. (Estação Experimental de Barreiros), que não conseguiram livrar-se do mosaico, nem se impôr como substitutas da canna "manteiga". Só mais tarde com a sub-estação de Tapacurá localizada na Escola Superior de Agricultura de São Bento, é que os productares começaram aos poucos e muitos sem entusiasmo, a processar a renavação dos cannavaes pernambucanos, que estão ainda muitissimo longe de attingir o gráo de renavação das cannavaes paulistas.

E' de inteira justiça resaltar a esforço da Usina Central Leão Utinga, no Estado de Alagôas, que em poucos annos conseguiu renovar em mais de 70% as suas variedades de canna. E' certamente a Usina no Norte que mais conseguiu na esfera da technica agricola, a racionalizaçãa das seus trabalhos de campo. E dos dados colhidos nessa Central poderemos deduzir ser infundado o receio de muitos productores nortistas de que a transplantação, a mudança de habitat, venham influir nas characteristics essenciaes das variedades de cannas.

(74) Todos esses dados sobre variedades de cannas em São Paulo devo á gentileza do ex-director da Estação Experimental de Piracicaba, o agronomo Corrêa Meyer.

Eis os dados de análise de treze variedades de canna, desde oito mezes de período vegetativo até os quinze mezes, com o Brix, Sucrose e Pureza, por onde qualquer productor poderá aquilatar a excellencia de algumas das variedades analizadas:

N ^{os} .	DESIGNAÇÃO		BRIX	SUCROSE	PUREZA
Em 27 7 36 — Com 8 mezes					
1	C. O.	290	13.0	9.50	72.0
2	P. O. J.	2878	12.1	7.20	58,5
3	C. O.	313	10.6	6.15	56.9
4	C. O.	285	11.4	7.96	53.6
5	C. O.	210	12.9	9.20	70.2
6	B. H.	10.12	16.1	13.69	84.0
7	C. P.	27 139	12.5	8.50	66.9
8	F. L.	29 265	14.3	11.42	78.7
9	Otaheite		12.5	8.28	64.7
10	F. L.	29-7	16.7	13.83	81.3
11	B.	3405	11.2	5.90	51.3
12	P. O. J.	2873	10.6	6.12	56.1

Em 24 8 36 — Com 9 mezes					
1	C. O.	290	14.1	11.41	78.1
2	P. O. J.	2878	17.3	14.45	82.5
3	C. O.	313	11.5	5.97	50.5
4	C. O.	285	12.3	8.20	65.6
5	C. O.	210	12.9	9.84	73.4
6	B. H.	10.12	17.9	16.83	91.4
7	C. P.	27 139	11.7	8.03	65.8
8	F. L.	29 265	14.5	12.12	80.5
9	Otaheite		13.6	9.64	69.8
10	F. L.	29-7	17.1	14.51	82.4
11	B.	3405	14.7	11.19	73.6
12	P. O. J.	2883	13.3	9.39	68.0
13	D. P.	625	15.2	10.91	70.8

Em 28|9|36 — Com 10 mezes

1	C. O.	290	18.3	15.51	83.3
2	P. O. J.	2878	21.2	19.21	88.5
3	C. O.	313	16.8	13.08	76.4
4	C. O.	285	15.2	11.24	72.5
5	C. O.	210	19.1	16.67	85.9
6	B. H.	10.12	21.2	19.71	90.4
7	C. P.	27 139	16.8	14.31	83.6
8	F. L.	29 265	19.4	17.57	89.1
9	Otaheite		18.3	16.46	88.4
10	F. L.	29-7	—	—	—
11	B.	3405	17.6	13.76	76.8
12	P. O. J.	2883	14.8	11.86	78.5
13	P. O. J.	625	17.7	14.65	81.3
14	D.	625	—	—	—

Em 21|10|36 — Com 11 mezes

1	C. O.	290	18.4	16.80	88.4
2	P. O. J.	2878	20.9	18.73	86.7
3	C. O.	313	19.0	16.91	86.3
4	C. O.	285	16.8	14.14	81.2
5	C. O.	210	18.2	16.56	88.1
6	B. H.	10.12	22.6	21.90	94.0
7	C. P.	27 139	17.4	15.58	86.5
8	F. L.	29 265	19.8	17.75	87.0
9	Otaheite		19.6	18.20	90.0
10	F. L.	29-7	19.2	17.82	90.0
11	B.	3405	18.0	16.08	86.4
12	P. O. J.	2883	17.0	14.90	84.6
13	P. O. J.	625	19.1	17.30	87.8

Em 21|11|36 — Com 12 mezes

1	C. O.	290	20.3	18.50	88.1
2	P. O. J.	2878	23.5	21.73	90.5
3	C. O.	313	18.4	15.99	84.6
4	C. O.	285	18.7	16.56	86.7
5	C. O.	210	21.0	18.75	87.2
6	B. H.	10.12	24.3	23.54	94.1
7	C. P.	27 139	18.0	15.68	84.7
8	F. L.	29 265	20.4	18.53	88.6
9	Otnheite		18.4	16.26	86.0
10	F. L.	29-7	19.3	18.15	91.2
11	B.	3405	20.0	18.62	90.8
12	P. O. J.	2883	15.5	12.27	76.2
13	P. O. J.	625	19.8	16.94	83.0

Em 9|12|36 — Com 13 mezes

1	C. O.	290	19.8	18.78	91.6
2	P. O. J.	2878	22.7	21.20	90.5
3	C. O.	313	19.7	17.28	85.1
4	C. O.	285	19.3	17.04	85.6
5	C. O.	210	21.4	20.27	91.3
6	B. H.	10.12	23.4	23.11	95.4
7	C. P.	27 139	16.6	14.56	84.6
8	F. L.	29 265	21.4	19.60	88.6
9	Otaheite		18.8	17.15	88.4
10	F. L.	29-7	—	—	—
11	B.	3405	18.5	17.42	90.7
12	P. O. J.	2883	17.0	15.34	8'6
13	P. O. J.	625	19.7	16.54	81.0

Em 2|1|937 — Com 14 mezes

1	C. O.	290	—	—	—
2	P. O. J.	2878	21.4	20.08	90.8
3	C. O.	313	18.7	16.51	85.5
4	C. O.	285	18.4	16.36	86.1
5	C. O.	210	21.1	19.35	89.2
6	B. H.	10.12	23.2	22.48	94.5
7	C. P.	27 139	—	—	—
8	F. L.	29 265	21.9	19.92	88.1
9	Otaheite		16.9	15.59	89.1
10	F. L.	29-7	—	—	—
11	B.	3405	19.3	17.98	91.3
12	P. O. J.	2883	—	—	—
13	P. O. J.	625	21.9	19.37	86.1

Em 5|2|37 — Com 15 mezes

1	C. O.	290	—	—	—
2	P. O. J.	2878	21.8	20.86	91.8
3	C. O.	313	19.4	17.88	88.9
4	C. O.	285	19.6	18.08	89.0
5	C. O.	210	21.1	19.88	90.3
6	B. H.	10.12	23.7	23.33	94.8
7	C. P.	27 139	—	—	—
8	F. L.	29 265	21.8	20.43	90.3
9	Otaheite		—	—	—
10	F. L.	29-7	—	—	—
11	B.	3405	20.0	18.88	90.7
12	P. O. J.	2883	—	—	—
13	P. O. J.	625	23.1	22.22	92.5

Ante taes numeros, apresentados pelas P. O. J. e CO. principalmente por serem immunes ou altamente resistentes ao mosaico, haverá ainda quem se apeque á "manteiga", com sua baixa pureza e sucrose interior muitas vezes a 10%? Como resistir á concorrência se a canna que se esmaga, é inferior em cerca de 50% da quantidade de saccarose contida nas cannas dos cannaviaes paulistas e fluminenses?

Tem-se a impressão que a relativa e superficial resistencia ao mosaico, das variedades de canna de açúcar em Pernambuco e Alagôas, determinou uma parada, uma estagnação de um decennio, á necessidade de renovação da semente de canna, no Nordeste Açucareiro.

Deslocamento da produção açucareira

O mosaico transformou o panorama da produção açucareira no paiz. A renovação absoluta dos cannaviaes paulistas e fluminenses e o retardamento da substituição da semente de canna nas lavouras nortistas, provocaram um verdadeiro deslocamento dos centros de produção de açúcar no paiz.

Unicamente o Estado do Rio de Janeiro era o competidor do açúcar do Norte. Os productores de S. Paulo, voltados para o café, reproduziam o conceito aquelle senhor de engenho de Ponta, da Bahia, que queria exclusivamente plantar canna de açúcar, que dava para tudo, inclusive para comprar farinha de mandioca.

Os productores tinham o café que dava para tudo, inclusive para a compra do açúcar de Pernambuco ou Alagôas.

Depois veiu o drama do café. Drama da moderna economia o drama da super-produção do café. Esse drama, que teve o seu inicio em 1896, como consequência da alta exaggerada dos preços motivada por uma excessiva e progressiva depreciação da nossa moeda e forçando uma corrida para o plantio do café, foi mais tarde attenuado pelas constantes valorizações artificiaes. Emquanto artificialmente se valorizava a rubiçaca, o productor paulista vivia satisfeito com o que dava o café, que se tornou inteiramente soberano, no quadro agricola do grande Estado. Dahi a morosidade do progresso da industria açucareira paulista. Se bem que anteriormente a 1925|26 suas safras de açúcar de usina tivessem tido maiores vultos, no entanto esse periodo marca, com a debacle nos cannaviaes affectados de mosaico, o deslocamento dos centros de gravidade da produção.

Deslocamento da produção açucareira, do Norte para o Sul, como já occorreu com o deslocamento do eixo economico do Brasil.

O Sul açucareiro é representado por São Paulo, Estado do Rio de Janeiro e Minas Geraes. Dos tres Estados sómente o Estado do Rio era tradicionalmente productor de açúcar.

Safra	S. Paulo	Estado do Rio	Minas Geraes
1925 26	155.348 scs.	861.070 scs.	82.088 scs.
1926 27	375.930 "	1.467.800 "	100.169 "
1927 28	652.867 "	1.177.385 "	119.911 "
1928 29	945.980 "	807.434 "	92.227 "
1929 30	1.113.417 "	2.102.019 "	73.291 "
1930 31	1.108.510 "	1.345.297 "	145.348 "
1931 32	1.565.824 "	1.705.700 "	177.106 "
1932 33	1.673.998 "	1.486.209 "	212.127 "
1933 34	1.828.668 "	1.767.259 "	258.602 "
1934 35	1.844.497 "	1.825.474 "	245.821 "
1935 36	2.032.083 "	2.107.651 "	294.395 "
1936 37	2.248.370 "	2.615.923 "	408.229 "

Tomando-se em consideração a safra de 1925|26 e comparando com a de 1936|37, isto é, doze annos após, verificamos que a produção paulista attingindo nesse anno a sua maior safra, apresenta um augmento de 1.347,3%, a fluminense um accrescimento de 203,7% e a mineira de 397,3%.

Tomando-se a safra de 1925|26 do Estado do Rio, que attingiu a 861.070 saccos, verificamos que ella é superior 452,2% á safra de S. Paulo e 948,9% á safra de Minas Geraes, naquelle mesmo anno. Já na safra de 1936|37, — o Estado do Rio que teve uma produção de 2.615.923 saccos, — constatamos que ella é superior a de S. Paulo e Minas Geraes nessa mesma safra, respectivamente 16,3% e 540,7%.

O Norte açucareiro é representado por Pernambuco, Alagôas e Sergipe, podendo-se exceptuar a Bahia porque se bem seja um Estado com produção avultada, no entanto é pequeno exportador, consumindo assim, grande parte de sua produção.

No periodo 1925|26 a 1936|37, as safras desses tres Estados foram:

Safra	Pernambuco	Alagôas	Sergipe
1925 26	2.256.285 scs.	480.731 scs	345.667 scs.
1926 27	2.648.627 "	470.276 "	397.481 "
1927 28	3.282.123 "	726.000 "	386.846 "
1928 29	3.876.944 "	910.334 "	378.497 "
1929 30	4.603.127 "	1.450.986 "	580.269 "
1930 31	3.106.244 "	1.037.170 "	742.508 "
1931 32	3.854.742 "	892.412 "	393.424 "
1932 33	3.306.573 "	963.652 "	342.911 "
1933 34	3.219.124 "	747.557 "	298.790 "
1934 35	4.267.176 "	1.336.577 "	743.802 "
1935 36	4.588.761 "	1.074.873 "	741.022 "
1936 37	2.122.793 "	669.535 "	531.067 "

Fenomeno paulista

Para se explicar plenamente o actual fenomeno açucareiro paulista, que demonstra a possibilidade de deslocar o eixo da produção açucareira do Norte para o Sul, é necessario caminhar através a sua documentação açucareira, perceber o sentido da civilização que elle creou e ante esses elementos, ante a evidencia de sua argumentação, deduzir num estudo analítico-psichologico, até que ponto essa possibilidade de deslocamento se estende.

O Estado de S. Paulo praticamente não tem tradição açucareira. Mesmo se se concordasse em dar ao grande Estado a prioridade da fundação do engenho de açúcar, discordando da forte argumentação de Freire Allemão e da prova real de pagamento de dizimos de açúcar pernambucano entrado em Lisboa, accetando assim a these de Frei Gaspar de que o engenho São Jorge "foi o primeiro que houve no Brasil e delle sairão cannos para as outras capitánias brasilicas", esse facto teria um valor puramente historico. Porque em São Paulo, o engenho de açúcar não logrou crear uma fisionomia como a do Nordeste açucareiro. Depois da estabilidade do homem branco no sólo paulista, não se fundou uma élite conservadora, estavel. O paulista foi bandeirante, enquanto no Norte se fundava uma economia, uma civilização fixando homens, forjando riquezas, appropriando a terra para funcção productiva.

Em São Paulo, em 1548, havia 6 engenhos e ao findar ainda esse seculo, a industria açucareira regredio.

A partir dessa data a capitania começou visivelmente a regredir, testemunhado esse atraso, pelo Padre Manuel da Nobrega que attesto que "a Capitania de S. Vicente se vae pouco e pouco despovoando, pela pouca conta e cuidado que el-Rei e Martim Affonso de Souza têm, e se vão lá passando ao Paraguay pouco a pouco". (75)

"Em S. Vicente segundo Bleau, no fim do seculo XVII o panorama era ainda de atraso. Setenta casas com uma centena de habitantes — portuguezes e nortistas. Tres ou quatro engenhos de açúcar."

O seculo XVIII, trouxe uma maior prosperidade para S. Paulo e ao findar esse seculo o agricultor "acha-se em hum progresso muito grande, de sorte que se póde dizer que se acabou o preguiça de que geralmente era accusada a Capitania de S. Paulo.

Só a villa de Itú faz mais de cincoenta mil orrobás de assucar por anno e vae em augmento. Da Freguezia de Ararytaguaba, da nova Povoação de Piracicoba, da Villa de Sorocaba, do Freguezia das Campinas, o termo da Villa de Jundiáhy sae presente muito açúcar" (76). Essa produção era irrisoria comparada a dos 248 engenhos de Pernambuco em 1761, exportando em 35 navios, 12.292 caixas de açúcar, 805 feixos e 130 caras de açúcar, ou a dos engenhos da Bahia

(75) — Carta de Manuel da Nobrega para o Provincial de Portugal, em 1557.

(76) — Relatório do capitão-general Bernardo José de Lorena a Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, em 1797.

exportando ao fim do século XVIII 17.826 caixas e 109 feixos de açúcar, no valor de 1.645.576\$640 (77). Em 1797 a exportação do açúcar paulista fôra de 88.435 arrobas. (78)

Alguns annos após, em 1807, havia na Capitania de São Paulo 458 engenhos de açúcar e 601 alambiques para aguardente, porém esses engenhos não se podiam comparar com as grandes fabricas de açúcar bruto dos Estados da Norte, como o engenho Salgado, em Pernambuco, pois "á primeira vista o estabelecimento parece bastante com uma das grandes herdades da Beauce. Os edificios cercam um grande pateo quadrado de 60 taezas de camprida sobre 30 e poucas de largo. Vê-se em primeiro lugar uma extensa construcção ao rez do chão, tendo em frente uma galeria sustentada por columnas; é a senzala dos negros, deserta durante as horas de trabalho.

"Da senzala domina-se a planície onde se cultiva a canna. O calor é de 27 a 28.º, o sol abrazador; vejo expostos ali ao seu ardor 30 negros e negras curvados para a terra, e excitados a trabalhar por um feitor armado dum chicote que pune o menor repouso; ali oito negros vigorosas cortam as cannas que cinco raparigas enfeixam; os carros chegam da matta carregados de lenha para as fornalhas. Tudo é movimento.

"Proximo á senzala acha-se o engenho; assenta sobre o terraço e o seu tecto repouza sobre pilares; oito cavallos estimulados pelos gritos de quatro moleques, fazem-nos girar. Num cercado contiguo estão 100 cavallos de reserva para as mudas; approximam todos da construcção em que estão as caldeiras afim de se abeberarem nagua em que se deita as espumas açucaradas de que gostam extraordinariamente".

"O edificio que encerra a moenda contém igualmente a importante dependencia das caldeiras, onde é cozido o caldo e se forma o açúcar. O mestre refinador é um homem livre; tem ás suas ardens cinco negros robustas que vivem, como elle, em meio de um vapor ardente; agitam o mel com grandes calheres, e fazem as successivas transfusões que ardena o mestre. O fogo das fornalhas é alimentada dia e noite e mantido durante os cinco mezes que dura a safra. Dois negros collocados em frente ás bocas alimentam as formas para a casa de purgar, que é tambem dirigida por um mulato livre. Este tem sob suas ordens dois homens para a refinação e dois outros para esgotar o mel que vae juntar-se num reservatorio commum. Esta dependencia é silenciosa e escura, necessitando de uma temperatura fresca; communica com a em que se despejam as formas contendo o açúcar acabado. Ali os pães cristallizados e purgados são quebrados; separam-se as qualidades e espalha-se o açúcar, para secar ainda, sobre duas plataformas moveis que podem ser recolhidas com facilidade em caso de mau tempo; depois pila-se e encaixota-se o açúcar, sendo esta a ultima operação." (79) Eram 120 ou 130 individuos trabalhando nesse engenho. E sob o ponto de vista architectonico, as casas grandes ainda hoje existentes, muitas ainda do periodo colonial, attestam deslumbrantemente o fausto, o conforto, a riqueza do senhor de engenho.

(77) — Gileno Dé Carli — O açúcar na formação economica do Brasil.

(78) — Affonso de E. Taunay — Subsídios para a Historia do Café no Brasil Colonial.

(79) — L. F. Tollenare — Obra citada.

Em São Paulo, em 1818, já quando se notava um surto bem accentuado de progresso, o principal centro productor de açúcar era Campinas onde havia "no termo desta Villa sessenta engenhos, contando com os do fabrico de aguardente; quinze dos quaes são movidos por agua; e outros muitos se podem levantar por esta maneira commoda. O principal senhor de engenho he o Coronel de Milicias Luiz Antonio de Souza Macedo Queiroz, morador em São Paulo, homem ajudado pela fortuna de hum modo espantoso, e que possui huma das mais solidas casas do Brasil; só elle, em Campinas, tem dezeseis engenhos, hum dos quaes lhe rendeu em 1817, nove contos; a sua colheita annual não desce de trinta mil arrobas d'asucar, e a renda da sua casa anda em oitenta mil cruzados". (80) As trinta mil arrobas de açúcar de produção annual, distribuidas pelos dezeseis engenhos, dão uma média de 1.874 arrobas por engenho, quando o engenho Salgado safrejava cinco mil arrobas. Certamente a grande maioria dos engenhos de São Paulo se approximava dos descriptos por Saint Hilaire, em Cachoeira: "A canna de açúcar e o café são os dois productos que mais se cultivam nessa comarca. Vêm-se engenhocas de açúcar mesmo perto de casas que não indicam senão a indigencia". Em todo caso, os engenhos eram em grande numero, accusando em 1808 uma produção de 122.993 arrobas de açúcar, em 1813 uma exportação de 578.657 arrobas.

E quando S. Paulo começava realmente a se impôr como productor de açúcar, a rubiacea veio tudo substituir, creando uma nova fisionomia, uma outra evolução, uma agigantada estrutura economica, com o café que se fez além de soberano, um verdadeiro tirano.

Para o café todas as actividades se dirigiram, todos os capitães se voltaram. São Paulo pouco produziu de açúcar no grande periodo iniciado com a "febre" do café, bastando citar a sua produção de açúcar em 1888, de 6 mil toneladas.

A característica social formada com o café, em S. Paulo, differia profundamente da creada com o açúcar no Nordeste. O regime do trabalho, quer no periodo da escravatura, quer após a abolição, era tambem de natureza differente, differenciação traçada pela diversidade de culturas. Cultura perenne do café, cultura periodica da canna de açúcar. E a diversidade de trabalho mais se aprofunda com a immigração, tornando o immigrante, o colono, o plantador, o trabalhador, o elemento braçal para a colheita, recebendo mediante um contrato com o fozendeiro. Emquanto que no Norte o trabalho era — após a abolição — feito pelo assalariado, percebendo uma remuneração insignificante. Esse quadro permaneceu mais ou menos estavel no regime de exploração agricola das duas culturas. A industria açucareira evoluiu no sentido da substituição do antigo senhor de engenho transformado em fornecedor de cannas á usina ou no sentido do absorção do engenho banguê pela usina.

Em Pernambuco e Alagoas sempre existiu uma classe de agricultores — o lavrador, que explorando a terra do engenho, pagava ao seu proprietario 50% de renda. Differia porém profundamente esse lavrador do colono. O lavrador era

(80) — Luiz d'Alincourt — Memoria sobre a vagem do porto de Santos á cidade de Cuiabá.

TERRA PERNAMBUCANA



Engenho Timorante, em Amaragy



uma especie de feitor graduado do senhor de engenho tendo sob suas ordens inumeros assalariados, variando o numero delles de accordo com a extensão dos cannaviaes.

O colono é o proprio trabalhador pois que "na plantação de café, a familia é considerada como um grupo de trabalhadores em que o pae é o chefe. Conforme o numero de adultos e de adolescentes que compõem a familia, assim se confiam ao colono maior ou menor numero de cafeeiros; em media, 4 mil a 7 mil". E nesse regime de trabalho "em regra o colono endivida-se durante o primeiro anno de trabalho, no segundo equilibra-se e no terceiro já consegue realizar de 1 a 2 contos de economia" (81)

Quando após a irrupção do mosaico em São Paulo, os cannaviaes foram renovados e a ante-visão do crack do café, sustentado artificialmente por uma politica economica que teria de falhar, torçou o deslocamento de capitaes para outras actividades agricolas e industriaes, os antigos e novos usineiros se encontraram ante uma situação de toda especial. Sem nenhuma tradição açucareira que tivesse de ditar normas economicas e sociaes.

Aproveitando a lição do regime do café, os usineiros de S. Paulo transplantaram para a exploração dos cannaviaes a technica da exploração da lavoura cafeeira. Instituiram o colono — em grande escala — como o pequeno agricultor da lavoura resuscitada.

Temos assim elementos de comparação mais homogeneos, dentro da propria lavoura cannavieira.

No Norte, o fornecedor — antigo senhor de engenho, com alto standard de vida; sem luxo, porém vivendo decentemente; installado na vida e precisando viver a sua época, dentro das commodidades que a civilização creou. No Norte a tradição açucareira determinando motivos e exigindo uma apresentação. E num meio em que o rendimento agricola é baixo, a semente de canna má, a technica agricola atrasada, o custo de produção portanto elevado, o preço da canna jámais satisfará. Dahi os aborrecimentos constantes, os mal-entendidos permanentes, a luta que por vezes tem explodido, entre usineiros e fornecedores.

No Sul, o colono é um homem de habitos por demais simples, e os lucros só existem dada a modestia com que se apresenta na vida. Vive nos campos, no seu sitio, trabalhando com a propria familia, com baixo standard de vida, sem representação social alguma, plantando a canna, e ao lado a fava, a mandioca, o feijão, a verdura, bastando-se quasi, com os filhos em escola primaria ou as mais das vezes no cabo da enxada. Trabalha numa terra bôa, destocada, com a assistencia technica do usineiro que lhe vende o adubo e lhe entrega a variedade de canna que tem de plantar e arbitra o numero de limpas que tem de dar com o cultivador. Bôa semente, bôa terra, baixo custo de produção, alto rendimento agricola, dão um razoavel lucro ao colono, vendendo elle por baixo preço a tonelada de canna.

(81) — Fernand Maurette — Alguns aspectos sociaes do desenvolvimento actual e futuro da economia brasileira - 1937.

Para contrapôr ao fornecedor de canna do Nordeste, tem a industria açucareira paulista o colono. As tabellas de cannas dos Estados, principalmente as de Pernambuco, e São Paulo pedem um estudo pormenorizado, para uma explicação mais clara do phenomeno paulista.

Tabellas de compra e venda de canna

Com o advento da usina, appareceu um problema que nos tempos do engenho banguê era bastante simples. Nesse tempo o lavrador trabalhando nas terras do engenho entregava 50% de sua producção ao proprietario, que moía e fabricava o açúcar.

Após o apparecimento das usinas, o aspecto do fornecimento da materia prima foi logo focalizado. Em 30 de abril de 1875 no contracto entre Keller & Cia., e a Provincia de Pernambuco, ficou estabelecido que "os contractantes farão contracto com os proprietarios para o fornecimento de cannas á fabrica. Estas serão compradas no centro de cada terreno de producção e recebidas nos pontos determinados para serem depositados". E segundo o artigo 9º, "a base de compra das cannas será na razão de cinco e meio por cento do açúcar sobre o peso da canna, calculando-se esta base pelos preços correntes do açúcar bruto — não purgado — sêco e de primeira qualidade, ou na de 7 réis por kilogramma de canna, tudo isto quando não haja entre os contractantes e as fornecedores de cannas estipulações ou ajustes em contrario". Para evitar qualquer compressão da Companhia sobre os fornecedores, ficou estabelecido em clausula contractual, que todos os contractos seriam apreciados e approvados pelo presidente da Provincia.

Annos após, quasi todas as usinas de regular efficiencia e capacidade para a época, contractavam o fornecimento de cannas pelo preço de seis mil réis por tonelada, quando a média dos preços do açúcar — grã-fino e cristal ou cristal sómente — na quinzena, fosse de tres mil réis por 15 kilos, na praça de Recife. Para cada cem réis que subisse ou descesse, o preço médio em relação a base de tres mil réis, a Usina augmentava ou diminuía duzentos e cincoenta réis no preço da tonelada de cannas. Quando a conveniencia do mercado exigia a fabricação de açúcar demerara, o pagamento da canna era na base de cinco mil réis para o preço de dois mil réis pelos quinze kilos de demerara, com a mesma variação de duzentos e cincoenta réis para mais ou para menos. Em qualquer dos casos se addicionava ao preço da canna, mais cem réis por tonelada, para cada cem réis que excedesse de mil réis o preço da canna do alcool de 40 grãos.

No contracto, de onde extraimos essas notas (82) estava consignado um item que representava uma garantia da excellencia da materia prima, pois que o contractante se obrigaria "a plantar em suas terras cannas das melhores qualidades e rendimento, como sejam: caiana, cristalina, salangor, imperial e outras; abolindo as de má qualidade e rendimento, como sejam: a rôxa, ferrea, fita e semelhantes. A canna rôxa e semelhantes soffriam um "desconto de 10% so-

(82) — Contracto de fornecimento de cannas á Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco, transcripto em "A Industria Açucareira em Pernambuco" — Gaspar e Apollonio Peres — 1915.

bre o peso, sendo tal desconto applicado á cargo total do vogão, mesmo quando a canna rôxa estiver misturada com outras de qualidades differentes”.

Se se tivesse em mira em Pernambuco e nos outros Estados açucareiros, a melhoria constante da matéria prima, com o fito da sua renovação através das substituições da semente, é o quadro economico de Pernambuco açucareiro teria sido muito differente. Em summa, tornou-se ficticiamente um lucro para o industrial, a taxa de 10% e até mais, sobre a “canna branca”, isto é, as variedades de canna como manteiga, ferrea, roxa, etc. Por uma folso visão, deixou-se perdurar essa situação annos e mais annos, accumulondo-se os mal-entendidos e desgostos entre fornecedores e usineiros, tendo por epilogo, após um esboço de luta de classe de consequencias imprevisíveis, a intervenção do Governo do Estado de Pernambuco, através do decreto n. 111, de 23 de janeiro de 1932, approvedo pelo decreto do Governo Provisorio da Republico, sob n. 21.264, de 8 de abril de 1932.

O tabellamento de cannas de Pernambuco, de 1932, exprimiu plenamente a mentalidade que norteava o productor de açúcar dessa região, tonto usineiros como fornecedores. Pernambuco havia tido pouco antes, a suo moior safra, — 4.603.127 saccos de açúcar de usina e os productores do Sul emergiomo de um grave desequilibrio, com o ataque aos cannaviaes, pelo mosaico.

Pernambuco liderava em volume e somente com o volume de sua producção se preocupava. Visando sempre a quantidade relegou para um plano secundario a qualidade da materia prima. Não se legislou sobre o theor soccarino das cannas, não se visou a substituição das variedades, obrigondo compulsoriamente essa substituição, dentro de um determinado prazo. Unicamente se prohibiu o taxação sobre cannas de qualidade inferior. Para o estudo comporativo das tabellas é interessante transcrever o decreto n. 111, com as competentes justificotivos:

— “O Interventor Federal no Estado de Pernambuco, usando do autorização concedida pelo Chefe do Governo Provisorio da Republica e tendo em vista a necessidade immediata de derimir a contenda estabelecida entre os proprietarios de usinas e os fornecedores de sua materia prima em torno das tabellas de preços minimos para pagamento da tonelada de conno;

Considerando que não foi possivel chegar a um occordo entre as partes interessadas afim de resolver esse dissidio que já começo a interessor a ordem publica;

Considerando a situação de muitos fornecedores, cujas propriedades isoladas não lhes permitem offerecer os seus productos em livre concorrencia que é a condição por excellencia do legitimidade do preço;

Considerando que no momento se impõe uma medida de emergencia que faça desaparecer essa fonte de discordio até que um estudo sério e demorado regule, num justo equilibrio, os interesses dessas duas importantes classes;

Considerando que a concepção social moderna em face do desenvolvimento das industrias, justifico uma oportuna intervenção do Estado, nas relações das forças productoras;

Considerando que o mais antigo órgão da lavoura do Estado, ou seja a Sociedade Auxiliadora da Agricultura já se pronunciou desde 1927, pela intervenção do poder publico no caso em apreço;

Considerando que o Ministerio do Trabalho já fez publicar um anteprojecto de decreto, dispondo sobre as relações industriaes e plantadores de cannas, e, finalmente considerando que o Governo Provisorio autorizou esta Interventoria a regular os direitos e obrigações entre usineiros e fornecedores, fixando o preço para o pagamento das suas contas;

DECRETA:

Art. 1º — Para o effeito de pagamento de canrias pelas usinas aos seus fornecedores ficam as mesmas consideradas em tres categorias, attendendo-se ao criterio de frete para o transporte de açúcar.

a) A primeira categoria comprehende as usinas cujo frete por sacco de sessenta kilos de açúcar não exceder de dois mil réis (2\$000);

b) a segunda comprehende aquellas cujo frete passar de dois mil réis (2\$000) até tres mil e quinhentos réis (3\$500).

c) a terceira comprehende as que tiverem frete superior a tres mil e quinhentos réis (3\$500).

Art. 2º — O frete é referente ao sacco de açúcar de sessenta kilos transportado por barçaça ou via-ferrea, não sendo computada neste calculo a despesa de transporte pelas usinas nas linhas de sua propriedade.

Art. 3º — As usinas pagarão as cannas postas nos seus carros, de accôrdo com a média dos preços maximos de açúcar cristal em cada quinzena, de conformidade com as cotações obtidas e verificadas pela commissão de syndicos na praça de Recife.

§ 1º — Até o preço de oito mil novecentos e noventa réis (8\$990) por quinze kilos de açúcar cristal, as usinas de primeira categoria pagarão: — sobre a base de tres mil réis (3\$000) por quinze kilos de açúcar, sete mil e quinhentos réis (7\$500) por tonelada de canna e mais trezentos réis em cada cem réis de oscilação no preço de partida.

§ 2º — As comprehendidas na segunda categoria pagarão: — sobre a base de tres mil réis por quinze kilos de açúcar, sete mil réis (7\$000) por tonelada de canna e mais duzentos e oitenta e cinco réis (\$285) em cada cem réis de oscilação no preço de partida.

§ 3º — As de terceira categoria pagarão sobre a base de tres mil (3\$000) por quinze kilos de açúcar, seis mil e quinhentos réis (6\$500) por tonelada de canna e mais duzentos e cincoenta réis (\$250) em cada cem réis (\$100) de oscilação nos preços de partida.

Art. 4º — Quando o açúcar for cotado acima de oito mil novecentos réis (8\$900) conforme o disposto no art. 3º, as usinas pagarão pelas mesmas tabellas accrescidas de mil e quinhentos réis (1\$500) nas respectivas partidas.



Variedade de canna P. O. J. 2878, cultivada na Usina Petribú, no Estado de Pernambuco



Art. 5º — O fornecedor terá direito sobre cada tonelada de canna fornecida á usina, a meio litro de alcool e a uma camada de mel.

Art. 6º — Assiste aos fornecedores o direito de fiscalizar a pesagem de suas cannas nas usinas, pessoalmente ou por meio de representantes.

Art. 7º — O preço das cannas será isento de qualquer desconto, bem como serão mantidas as tabellas superiores ás estabelecidas pelo presente Decreto.

Art. 8º — As usinas, cujas safras não excederem de quinze mil — (15.000) toneladas de canna, poderão pagar menos quinhentos réis que as demais da categoria a que pertencem.

Art. 9º — O presente decreto, que será submettido á approvação do Governo da União, entrará em vigor da data de sua publicação, até que sejam estabelecidas as bases para definitiva regulamentação da especie.

Art. 10º — O Governo do Estado nomeará dentro de dez (10) dias uma comissão composta de representantes do Estado e das classes interessadas para assentarem as bases definitivas das tabellas de pagamento de cannas.

Art. 11º — Revogom-se as disposições em contrario”.

A tabella de compra e venda de Pernambuco é visivelmente incompleta. E quanto ao valor da materia primo é o mais alto preço pago por tonelada de canna, dentre todas as zonas açucareiras do paiz. A industria se ocha sobrecarregada por esse alto preço, porém o fornecedor de canna com os octuoes rendimentos agricolas, com os desniveis constantes de safra, com o semente que hoje é plantada, não poderia receber menos pela tonelada de canna, sob pena de ruina. Aggrava ainda mais a situação, o determinismo economico que fez tradicionalmente de Pernambuco um região açucareira. E essa tradição, por uma contingencia logica tem sido mantido e digamos a verdade, é preciso que seja perpetuada. E pesa naturalmente sobre o valor da materia prima, a manutenção dessa tradição açucareira.

Nos demais Estados cada usina tinha sua tabella, elevando-a ou abai-xondo-a de accordo com a quantidade de cannos durante a safra. Na Bahia, o Sindicato Açucareiro desde 1920 estabeleceu uma tabella que perdurou até 1936. Tabella que em si não era má, no entanto perdia a possibilidade de controle pela originalidade da formula para se encontrar a médio dos preços. Os preços de açúcar correspondiam á médio dos preços durante o mez, de açúcar de 1º e 2º jactos, na proporção de 70% para o 1º e 30% para o 2º, não só para consumo no Estado, como para exportação deduzidos os respectivas despesas e levando-se em conto o estoque existente, média esta feita mensalmente pelo Sindicato Açucoreiro da Bahia. Tornova-se difficil saber officialmente o preço de açúcar, porque a Bolso de Mercadorios não dá cotação do producto.

Depois, que criterio se pôderia tomar para calcular o valor do estoqu para se arbitrar um preço que deverá influir — poro menos — na cotoção inen-

sal do açúcar? Se no periodo da safra, pela super-abundancia da producção nos mezes de outubro a fevereiro, já existe um recalçamento de preço, porque devera influir nelles um estoque cuja tendencia é a valorização automatica na entre-safra?

Em São Paulo havia contractos entre as Usinas e os poucos fornecedores existentes. De uma grande usina extraimos os seguintes dados do tabelamento de compra e venda de cannas, adoptados para os seus fornecedores:

Cotações de açúcar cristal			Preço para a tonelada de canna	
De 25\$000	até	35\$000		17\$000
De 35\$000	"	45\$000		18\$000
De 45\$000	"	55\$000		19\$000
De 55\$000	"	60\$000		20\$000
De 60\$000	"	65\$000		22\$000
De 65\$000	"	70\$000		24\$000

Por esses numeros verificamos que a tabela de São Paulo era muito inferior a da Bahia, que por sua vez era inferior á de Pernambuco. Correspondendo em São Paulo o preço de 24\$000 a tonelada a 70\$000 o sacco de açúcar cristal, na Bahia identico preço por tonelada de canna correspondia a açúcar de 37\$200 o sacco.

Em todas as zonas açucareiras, devido principalmente ás quedas das cotações do açúcar após 1929, tendo o desequilibrio affectado os productores de canna, logicamente adviria a reacção, visando a justa recuperacão. Após uma intensa campanha nos centros productores e na Camara dos Deputados, foi sancionada em 9 de janeiro de 1936, a lei n. 178 que regula a transacção de compra e venda de canna entre lavradores e usineiros, vasada nos seguintes termos:

"Art. 1º — Ficam os proprietarios, ou possuidores de usinas de açúcar e de distillarios de alcool, obrigados a applicar na sua industria, observadas as limitações dos decretos ns. 22.789, de 1 de janeiro de 1933 e 12.981, de 25 de julho do mesmo anno, canna adquirida aos lavradores seus fornecedores, em quantidade correspondente á média de seu fornecimento do quinquennio antecedente ou no periodo de tempo, menos dilatado, em que se fizerem taes fornecimentos.

§ 1º — Para esse fim, os usineiros deverão adquirir a quantidade correspondente de canna, e os lavradores entregal-a, no periodo da safra.

§ 2º — As obrigações, acima determinadas, não prevalecerão desde que os lavradores, fornecedores de canna, tiverem deixado de fornecer canna á usina de que se trata, durante uma safra, salvo por motivo de força maior, como sêca, incendio — ou inundação, devidamente provado; e só prevalecerão com a mesma reduccão proporcional de quantidade, que possa ter soffrido por força dos citados decretos, ou de determinações do

Instituto do Açúcar e do Alcool, a quantidade média de produção — de açúcar da usina no quinquennio, a que se referem os mesmos decretos.

§ 3º — Caso não forneça o lavrador canna em quantidade sufficiente, ou de todo não a forneça, o usineiro poderá applicar, na produção do açúcar, até o limite fixado, canna de sua própria cultura ou de outra procedencia.

Art. 2º — A transgressão dos dispositivos desta lei, pelo usineiro, acarretará, de pleno direito, a redução do limite de sua produção de açúcar em quantidade correspondente á canna que tenha, indevidamente, recusado de seu fornecedor, procedendo o Instituto do Açúcar e do Alcool na conformidade das leis applicaveis, para assegurar a observancia da mesma redução e para garantir a indemnização, pelo usineiro, dos prejuizos que, por aquelle motivo, soffreu o fornecedor.

Paragrafo unico — Não estando o fornecedor indemnizado até 40 dias após a apresentação de sua reclamação ao Instituto do Açúcar e do Alcool, poderá recorrer ao Poder Judiciario, sujeito o infractor a apreensão do producto, ou, em falta de outros bens, de sua usina, á multa de importancia igual ao valor da canna offerecida pelo lavrador, nos termos do art. 5º e seus paragrafos do decreto n. 24.749, de 14 de julho de 1934, sendo o producto da venda dos bens apreendidos applicado, precipuamente, com preferencia a quaesquer outros creditos, a indemnizar ao fornecedor respectivo o valor da canna offerecida de conformidade com o art. 1º e não paga pelo usineiro. A apreensão recairá, de preferencia, sobre bens que não prejudiquem o funcionamento normal da usina.

Art. 3º — Caso a usina, a que fornecia a canna de suas culturas, tenha suspendido os trabalhos e se nenhuma outra usina da localidade adquirir-a nas mesmas condições, poderá o lavrador valer-se da faculdade conferida pelo paragrafo unico art. 4º, do decreto n. 24.749, cessando, desde então, para o mesmo usineiro, a obrigação constante do art. 1º.

Art. 4º — Nos Estados onde não houver, entre usineiros e lavradores tabellas de preço do pagamento de canna e sua pesagem, regulamentadas por lei, será organizada uma commissão de cinco membros, composta de representantes do Ministerio da Agricultura, do Governo Estadual, do Instituto do Açúcar e do Alcool, dos plantadores e dos industriaes, a qual ficará incumbida da organização das alludidas tabellas.

Paragrafo unico — Dentro do prazo de 30 dias, da data desta lei começarão os trabalhos da Commissão, os quaes ficarão concluidos dentro de tres mezes.

Art. 5º — Revogam-se as disposições em contrario”.

A lei n. 178, denota além das falhas de um trabalho incompleto e contuso, tambem o desconhecimento dos legisladores sobre o assumpto.

Como attestado de confusão, basta citar as seguintes interpretações sobre a maneira de ser tomado o divisor para se encontrar a média de fornecimento de cannas:

- a) — Quando o fornecedor tem cinco annos de fornecimento, o divisor é 5.
- b) — Quando o fornecedor tem menos de 5 annos, a somma do fornecimento é dividida por 5.
- c) — Quando o fornecedor tem menos de 5 annos, a somma do fornecimento é dividida pelo numero de annos fornecidos
- d) — Quando ha interrupção de um anno dentro do quinquennio despreza-se o fornecimento anterior á interrupção, e divide-se a somma do fornecimento restante pelo numero de annos desse periodo.
- e) — Quando ha interrupção de um anno dentro do quinquennio, despreza-se o fornecimento anterior a interrupção e divide-se a somma de fornecimento restante pelo numero de annos desse periodo.
- f) — Quando ha interrupção de fornecimento de um ou mais annos, a somma do fornecimento dentro do quinquennio é dividida por 5.
- g) — Quando ha interrupção de um ou mais annos, o fornecedor perde o direito de fornecimento.
- h) — Quando não existindo o quinquennio completo, ha interrupção de um anno na fornecimento, e quando essa interrupção occorreu no anno de 1935, a somma do fornecimento é dividida pelo numero de annos de fornecimentos, addicionado desse anno.

Segundo o art. 4º, nos Estados açucareiros se organizou uma Comissão de cinco membros, com o fito de legislar cada uma, de accordo com a maioria occasional. E o resultado desse dispositivo é paradoxal. Onde o açucar é mais barato o preço da materia prima é elevadissimo e onde o preço do açucar é muito elevado, o preço da materia prima é baixissimo. O legislador involuntariamente fortaleceu em demasia uma região açucareira, com os altos lucros industriaes, impossibilitando quasi a concorrencia do açucar de antigas regiões productoras, que ante o desequilibrio ou diferenças do valor da materia prima, caminha para o pauperismo.

Através da analyse, por exemplo, da tabella official de compra e venda, do Estado de São Paulo, observemos o que diz respeito ao fornecimento de boas variedades de canna, bonificando-as e estimulando o lavrador ao plantio de cannas ricas em açucar.

As proprias justificativas ao tabellamento de São Paulo attestam uma melhor comprehensão do problema agricola. Eis a tabella:

“CONSIDERANDO que em vista das modalidades de colonização nas regiões ruraes do Estado de São Paulo torna-se necessaria, para a devida clareza a determinação do tabellamento e respectivo regulamento;

CONSIDERANDO que situações de natureza especial e dignas de todo o acatamento trariam, se removidas, prejuizos de ordem material e financeira a lavradores fornecedores de canna e usineiros;

CONSIDERANDO que a selecção de variedades e sua officialização torna justo o tabellamento uniforme para todas as regiões do preço da canna

de açúcar proporcionando melhoria de rendimentos agrícolas e commercial da gramínea, favorecendo assim a lavradores e usineiros;

CONSIDERANDO que o pagamento em mil réis é a modalidade que melhor attende aos interesses das partes, par proporcionar a uns o embalse immediato dos lucros e a recuperação dos capitães empregados e a outros facultar controle seguro de seu movimento, além de estabelecer como objecto de venda dos lavradores a canna e dos usineiros o açúcar, tornando assim a distribuição das rendimentos de accorda com as actividades agrícolas de uns e industriaes de outros;

CONSIDERANDO que ao par da necessidade de uniformização do preço da materia prima deve ser resalvada a situação de lavradores com plantações localizadas a grandes distancias dos pontos de entrega com difficuldades de meios de transporte, bem como aquelles que lutam com falta de meios rapidos para a entrega da canna ás usinas recebedoras;

CONSIDERANDO que a cotação média quinzenal do açúcar do Estado, qualidade cristal, disponivel na Balsa de Mercadorias da Capital é a base official do valar do açúcar de usinas em São Paulo;

CONSIDERANDO que como medida util aos interesses de ambas as partes deve ser fixada um periodo para pagamento, pelas usinas, dos fornecimentos feitos;

CONSIDERANDO que a materia prima deve ser tornecida em condições technicas e de salubridade, facilmente observaveis e indispensaveis na fabricação de açúcar e

CONSIDERANDO que a existencia em todas as usinas de laboratorios technicos de pesquisas póde e deve ser aproveitada para proporcionar aos lavradores fornecedores valiosas indicações em beneficio de seus mutuos interesses;

RESOLVE baixar o seguinte regulamento para as relações entre lavradores de canna e usineiros de açúcar no Estado de São Paulo:

Art. 1º — O tabellamento do preço da canna do açúcar, bem como o presente regulamento, revogam os contractos existentes anteriormente, entre lavradores e usineiros.

§ 1º — Incidem no tabellamento e estão sujeitos ao presente regulamento, as usineiros que recebem canna de fornecedares, e estes nos seguintes casos:

- a) — Lavradores de canna em terras proprias ou arrendadas;
- b) — Lavradores em terras de usineiros ou de terceiros, mesmo que por simples cessão, sem percepção de beneficios autros e cujas relações com a usina se limitem a contractos de compra e venda da canna.

§ 2º — Não incidem no tabellamento e não estão sujeitos ao presente regulamento, os usineiros que obtêm a materia prima de lavradores seus colonos, e estes nos seguintes casos:

- a) — Lavradores de canna a serviço de usinas, remunerados de accordo com os contractos de locação de serviços, das leis do trabalho;
- b) — Lavradores de canna em terras de usineiros, remunerados na razão das quantias fornecidas, porém, considerados colonos por receberem os beneficios inherentes a essa qualidade, taes como, assistencia medica, social, financeira e technica, além de outras concessões e favores, com plantações não tributadas em seu proprio nome e isentos de qualquer taxa ou aluguel pela área cultivada.

Art. 2º — Publicado o presente regulamento, os usineiros e plantadores que desejarem de commum accordo, continuar nas mesmas condições anteriores têm o prazo de 60 dias para communicar tal deliberação ao Instituto do Açucar e do Alcool, mediante preenchimento de ficha adequada, cujo modelo se encontra anexo ao presente, na Collectoria Federal de sua jurisdicção.

§ 1º — Essa resolução bilateral irá fundamentada na propria ficha.

§ 2º — Qualquer espaço deixado em branco no referido modelo tornará sem effeito dita communicação.

Art. 3º — O Tabellamento só será applicado ás variedades de canna de açucar preconizadas e recommendadas pela Secretaria de Agricultura do Estado, por seus órgãos competentes, para fabricaçõ de açucar e desde que a riqueza theorica minima do caldo não seja inferior a 12%.

§ 1º — Para as variedades differentes, anteriormente fornecidas, prevalecerá o tabellamento até á proxima renovação das lavouras quando deverão ser substituidas.

§ 2º — Caso haja difficuldade na obtenção das mudas das variedades preconizadas e apropriadas ao terreno e sendo impossivel ao usineiro interceder por sua influencia para dita obtenção, poderá o plantador proseguir com a mesma variedade, até que seja possivel se effectuar mencionada substituição.

§ 3º — Será junta ao presente regulamento a relação das variedades preconizadas e recommendadas pelo referido órgão competente, da Secretaria da Agricultura do Estado.

§ 4º — As novas variedades a serem introduzidas no Estado, serão annunciadas officialmente.

Art. 4º — O pagamento será feito em moeda corrente do paiz.

§ 1º — Vigorará para os calculos de pagamento a fornecedores, por tonelada de canna, entregue, nas balanças ou carregadeiras de ferrovias das usinas, a seguinte tabella progressiva:

A' cotação do preço de açúcar cristal do Estado na Bolsa de Mercadorias de São Paulo — sacco de 60 kilos — do disponível, corresponde no preço a ser pago por tonelada de canna:

<i>Cotação do açúcar</i>	<i>Preço da tonelada de canna</i>	<i>Cotação do açúcar</i>	<i>Preço da tonelada de canna</i>	<i>Cotação do açúcar</i>	<i>Preço da tonelada de canna</i>
20\$000	10\$000	20\$500	10\$200	21\$000	10\$400
21\$500	10\$600	22\$000	10\$800	22\$500	11\$000
23\$000	11\$200	23\$500	11\$400	24\$000	11\$600
24\$500	11\$800	25\$000	12\$000	25\$500	12\$200
26\$000	12\$400	26\$500	12\$600	27\$000	12\$800
27\$500	13\$000	28\$000	13\$200	28\$500	13\$400
29\$000	13\$600	29\$500	13\$800	30\$000	14\$000
30\$500	14\$200	31\$000	14\$400	31\$500	14\$600
32\$000	14\$800	32\$500	15\$000	33\$000	15\$200
33\$500	15\$400	34\$000	15\$600	34\$500	15\$800
35\$000	16\$000	35\$500	16\$200	36\$000	16\$400
36\$500	16\$600	37\$000	16\$800	37\$500	17\$000
38\$000	17\$200	38\$500	17\$400	39\$000	17\$600
39\$500	17\$800	40\$000	18\$000	40\$500	18\$200
41\$000	18\$400	41\$500	18\$600	42\$000	18\$800
42\$500	19\$000	43\$000	19\$200	43\$500	19\$400
44\$000	19\$600	44\$500	19\$800	45\$000	20\$000
45\$500	20\$200	46\$000	20\$400	46\$500	20\$600
47\$000	20\$800	47\$500	21\$000	48\$000	21\$200
48\$500	21\$400	49\$000	21\$600	49\$500	21\$800
50\$000	22\$000	50\$500	22\$200	51\$000	22\$400
51\$500	22\$600	52\$000	22\$800	52\$500	23\$000
53\$000	23\$200	53\$500	23\$400	54\$000	23\$600
54\$500	23\$800	55\$000	24\$000	55\$500	24\$200
56\$000	24\$400	56\$500	24\$600	57\$000	24\$800
57\$500	25\$000	58\$000	25\$200	58\$500	25\$400
59\$000	25\$600	59\$500	25\$800	60\$000	26\$000
60\$500	26\$200	61\$000	26\$400	61\$500	26\$600
62\$000	26\$800	62\$500	27\$000	63\$000	27\$200
63\$500	27\$400	64\$000	27\$600	64\$500	27\$800
65\$000	28\$000	65\$500	28\$200	66\$000	28\$400
66\$500	28\$600	67\$000	28\$800	67\$500	29\$000
68\$000	29\$200	68\$500	29\$400	69\$000	29\$600
69\$500	29\$800	70\$000	30\$000	70\$500	30\$200
71\$000	30\$400	71\$500	30\$600	72\$000	30\$800
72\$500	31\$000	73\$000	31\$200	73\$500	31\$100
74\$000	31\$600	74\$500	31\$800	75\$000	32\$000
75\$500	32\$200	76\$000	32\$400	76\$500	32\$600
77\$000	32\$800	77\$500	33\$000	78\$000	33\$200
78\$500	33\$400	79\$000	33\$600	79\$500	33\$800
				80\$000	34\$000

§ 2º — Quando a balança da usina ou os pontos de carregamento dos vagões estiverem localizados a mais de 5 kilometros das plantações actuaes e sendo inevitavel o transporte por conta do lavrador, serão os preços da tabella constante do paragrafo primeiro accrescidos de Rs. \$400 (quatrocentos réis) por kilometro a percorrer, excedente áquelle limite, não estando incluidas neste beneficio as novas plantações a distancias maiores do que as actuaes. A fracção unica do kilometro a ser considerada será a de 500 metros, á razão de \$200 (duzentos réis).

§ 3º — Não possuindo a usina esteira, nem estrada de ferro, e não dispondo de meio rapido para descarga da materia prima trazida por seus fornecedores, por meio de transporte, cuja demora na descarga influa no encarecimento do frete, deverá haver ainda uma majoração na tabella constante do art. 4º, para cobertura dos prejuizos decorrentes desse atraso, á razão de \$500 (quinhentos réis) por hora, considerando-se como fracção unica a meia hora a \$250 (duzentos e cincoenta réis).

Art. 5º — O preço da tonelada de canna fornecida durante um mez será estabelecido tomando-se por base a média quinzenal da cotação do disponivel na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, isto é, a média do disponivel entre compradores e vendedores para o açucar cristal em relação a uma sacca de 60 kilos.

Art. 6º — Pelo valor correspondente á cotação quinzenal se farão os pagamentos dos fornecimentos de canna na primeira quinzena, de 1º a 15 do mez seguinte, podendo taes pagamentos ser requisitados pelos interessados 6 dias após o termino da quinzena.

Art. 7º — Os lavradores obrigam-se a entregar nas balanças ou vagões de propriedade da usina, estacionados nas carregadeiras, cannas frescas, maduras, convenientemente limpas e despalhadas.

§ 1º — Em todo fornecimento de canna, independentes destas condições o usineiro terá direito a um desconto no peso bruto até 10 0/0, nos seguintes casos:

- a) — um desconto até 5% será applicado ás cannas convenientemente limpas, porém só com amarrilhos;
- b) — o desconto até 10% será applicado ás cannas que apresentarem consideravel, porém não excessiva quantidade de qualquer ou a totalidade dos seguintes defeitos: palmitos (pontas), enraizadas, brocadas, secas e semelhantes.

§ 2º — Cabe ainda ao usineiro o direito de descontos especiaes nos seguintes casos:

- a) — nunca superior a 15% quando as cannas apresentarem quantidade excessiva de palha, salvo se o plantador preferir a limpeza ou se o usineiro concordar em fazel-o por conta do plantador;
- b) — nunca superior a 25% quando a entrega da canna tenha sido retardada de mais de tres dias da data do seu corte, salvo se a usina não houver satisfeito dentro do prazo previamente estipulado o pedido de vagão, caso em que não caberá o desconto, permanecendo, entretanto, a obrigação do recebimento da canna.

Art. 8º — As cannas queimadas por fogo, voluntaria ou involuntariamente, deverão ser fornecidas dentro de 48 horas após a queima e mesmo assim sujeitas a um desconto especial de 20%. As cannas queimadas pelo fogo ou pela geada, fornecidas após esse prazo soffrerão um desconto de 30%, cabendo ao usineiro o direito de regeital-a se a análise do laboratorio da usina indicar que já estão improprias para a fabricação do açúcar.

Art. 9º — Para melhor aproveitamento da materia, prima fica determinado abrigatoriamente que os usineiros mandarão proceder em seus laboratorios as analyses das amostras de canna das lavouras dos fornecedores, indicando de accordo com os resultados quaes os talhões que apresentam maior gráo de maturação, e portanto, os que devem ser cortados.

Art. 10º — A pesagem das cannas será feita em balaças appropriadas, que devem ser fornecidas pelas usinas, convenientemente aferidas.

§ 1º — A aferição das balanças será effectuada no inicio das safras, e depois de 90 em 90 dias, pelos usineiros sendo facultada a presença dos plantadores seus fornecedores, ou seus representantes autorizados, com a assistencia, quando requisitada, do Instituto do Açucar e do Alcool.

§ 2º — Fóra desses prazos, qualquer plantador poderá solicitar a aferição, correndo as despezas por sua conta, caso se verifique que as balanças estavam exactas, e em caso contrario, por conta dos usineiros.

Art. 11º — O presente regulamento entra em vigor na data de sua publicação no "Diario Official" do Estado de São Paulo".

A comparação entre as tabellas de Pernambuco e S. Paulo, com os extremos dos preços da materia prima, irá demonstrar que se forma nesse progressista Estado, uma verdadeira potencia economica açucareira, que se beneficia com mais de 14\$000 por sacco correspondendo ao custo do transporte de Pernambuco a São Paulo, e com uma tabella de materia prima, de preços verdadeiramente insignificantes

O criterio da legislador foi absurdamente falho, porque emquanto facultou dentro dos quadros economicos do Brasil que uma região fortalecesse sua industria

açucareira a ponto de tornal-a não só a mais florescente mos a mais resistente, deixou uma outra região — o Nordeste — tradicionalmente açucoreira, geograficamente mal situada em relação aos grandes mercados consumidores, se esvaído, a comprar uma materia primo inferior, a preço muito mais elevado que em São Paulo.

A lei n. 178 autorizando a criação duma comissão para tabellas de preços de canna nos Estados açucareiros, creou a anomalia dos valores, da mesma tonelada de canna.

Cuba, paiz de produção açucareira quatro vezes superior á nossa, em 1935 legislou sobre o preço da materia prima e estabeleceu um unico criterio para o valor da compra e venda da canna, obrigando á todas as Usinas ao pagamento da canna "a razon de no menos de cinco y medias arrobas de azúcar por cada cien arrobas de cona molida, cuando la producción de la misma tenga lugar en tierras facilitadas por el fabricante de azúcar sin pagar o si esta no excediere de quinze pesos al año y de seis arrobas de azúcar por cada cien de cañas cuando el colono la produzca en tierras no facilitadas por el ingenio o pagare a este renta mayor de quinze pesos al año par caballeria, (83) aunque en los contratos de molienda de caña se subiere pactado precios inferiores a los mencionados, so siendo aplicables los preceptos que preceden a los casos en los quoles el colono reciba, de conformidad con el contrato celebrado e con las practicas establecidas mayor precio que el antes expresado" (84).

E' pois, com a fixação do preço unico da canna, o ontithese do que se fez no Brasil. Basta que se attente no quadro do valor da tonelada de canna, em São Paulo, em Campos, em Alagôas e em Pernambuco. Em Alagôas, para o calculo do valor da tonelada de canna, tomamos a tabella de uma usina cujo frete custa até 1\$500 por sacco até Maceió, e que tem uma capacidade de produção superior a 200 mil saccos. Em Pernambuco, calculamos o valor da materia prima pelo de uma usina com frete interior a 2\$000 por sacco, até Recife. No quadro tomamos o valor de um sacco de açucar cristal e calculamos para as quatro regiões productoras, o valor da tonelada de canna. Assim temos:

	S. PAULO	CAMPOS	ALAGOAS	PERNAMBUCO
Valor de um sc ^o . de açucar cristal	Valor da ton. da canna			
33\$000	15\$200	20\$000	22\$200	24\$450
36\$000	16\$400	22\$000	24\$300	27\$200
39\$000	17\$600	24\$000	26\$400	30\$450
42\$000	18\$800	26\$000	30\$000	32\$000
45\$000	20\$000	28\$000	32\$100	33\$950
48\$000	21\$200	30\$000	34\$200	36\$200
51\$000	22\$400	32\$000	36\$300	38\$400
54\$000	23\$600	34\$000	38\$400	40\$700
56\$000	24\$400	35\$333	39\$800	42\$200

(83) — 1 caballeria = 33 acres 1/3; 1 acre = 4.046m², 71.

(84) — Lei n. 9, do Governo Provisorio de Cuba, datada de 8 de março de 1935 e publicada na "Gaceta Oficial", de 13 de março de 1935.

Verificamos que o valor de 24\$000 por tonelada de cana, em Pernambuco, correspondendo ao preço de 33\$000 o sacco, vai encontrar em S. Paulo equivalência, quando o preço da açúcar está a 56\$000. Isto é, para as usineiros pernambucanos e paulistas pagarem o mesmo preço da tonelada de cana, é necessario que a differença entre os dois Estados seja de 23\$000 por sacco de açúcar. Ainda na ultima safra, quando Pernambuco teve uma média de preço de 43\$000 e S. Paulo 63\$91, os preços respectivamente pagos por tonelada de cana, foram de 32\$500 e 27\$600.

Se em Pernambuco vigorasse o preço médio de açúcar obtido por S. Paulo na ultima safra, a preço de tonelada de cana seria de 48\$337, contrastando com a preço de 27\$600, da tabella paulista.

Se em S. Paulo tivessem vigorado os preços médios de açúcar obtidos em Pernambuco, applicando-se a tabella paulista, o preço da tonelada de cana seria de 19\$200, contrastando com o preço de 32\$500, pago pela tabella pernambucana.

Em relação a Campos, a tabella da Pernambuco é superior 4\$450 por tonelada quando o preço do açúcar está a 33\$000 o sacco; é superior 5\$950 por tonelada, quando o preço do açúcar está por 56\$000 o sacco.

E' preciso notar ainda, que não ficaram ali as vantagens da industria açucareira paulista. As Usinas do grande Estado sulista moeram as seguintes toneladas a partir de 1934:

1934	...	1.134.634 toneladas
1935	...	1.321.543 "
1936	...	1.425.549 "

Os fornecedores de cana do Estado, desse total contribuíram em:

1934	com	10,8 %
1935	com	14,6 %
1936	com	17,6 %

E das 32 usinas paulistas, 18 não possuem fornecedores, 8 usinas possuem uma média geral de fornecimento no triennio, até dez mil toneladas annuaes, cinco usinas possuem fornecedores com um fornecimento médio annual, durante o triennio até 20 mil toneladas e a Usina Junqueira, a que recebe maior quantidade de canas, recebeu em 1934, 46,5%, em 1935, 33,4% e em 1936, 37,6% de todas as canas de fornecedores do Estado.

Pareceria assim, que a tabella de canas do Estado de São Paulo é baixa porque são poucos os fornecedores. Tal porém, não é um facto real, porque S. Paulo o que fez foi imprimir á industria açucareira a technica do trabalho trazida da lavoura caféeira. Em vez do grande fornecedor, o usineiro paulista creou a colono que de accorda com o art. 1º par. 2º, da tabella de S. Paulo, não está comprehendida nas beneficios do tabellamento. E com isso ainda mais se avantajam as differenças entre a industria nortista e a paulista.

E' interessante focalizar alguns dos contractos de fornecimento de cana por parte de colonos, inteiramente esquecidos pela legislador que creando a lei n. 178,

nada conhecia dos problemas agrícola, industrial, economico e social da canna de açúcar.

Transcrevendo abaixo um desses contractos com colonos, facil será deduzir os lucros avultados da industria açucareira paulista.

"Contracto celebrado entre a Usina . . . e os colonos da mesma, para o plantio, formação e fornecimento de cannas, mediante as clausulas seguintes:

— I —

O presente contracto terá a duração de quatro (4) annos a partir de 1º de janeiro de 1937, terminando, consequentemente, em 31 de dezembro de 1940. Findo este prazo sem que qualquer das partes denuncie a sua terminação, por escripto, com seis (6) mezes pelo menos de antecedencia, considerar-se-á prorogado por igual periodo de tempo.

— II —

Os colonos obrigar-se-ão a plantar, formar e entregar as cannas nas balanças da Usina ou no local designado pela administração da Usina.

— III —

Na pesagem das cannas a Usina fará os seguintes descontos: cinco por cento (5%) para as cannas boas, limpas e maduras, desconto esse correspondente ás amarras; dez por cento (10 %) para as cannas que embora boas forem queimadas accidentalmente; e trinta por cento (30 %) para as cannas queimadas propositalmente.

— IV —

As datas de inicio dos cortes das cannas e quantidades a fornecer diariamente serão designadas pela administração da Usina, que para isso usará o criterio do tempo para o aproveitamento das soqueiras.

Na proporção que os colonos forem terminando o córte das cannas obrigar-se-ão a auxiliar os colonos atrasados com o serviço, cujo auxilio será pago pelos beneficiados, garantido pela Usina, nas bases do preço corrente.

— VI —

E' expressamente vedado aos colonos vender, onerar ou permutar sua lavoura sem prévio assentimento da administração da Usina que concordando, dará autorização mediante contracto de transmissão.

— VII —

A Usina pagará pelas cannas plantadas, formadas e fornecidas na balança ou onde designar, o preço seguinte: vinte mil réis (20\$000) por mil e quinhentos kilos (1.500).

— VIII —

Os pagamentos das cannas serão feitos na proporção de trinta por cento (30%) cada fim de mez, calculados sobre as cannas entregues e o restante de setenta por cento (70%), sessenta dias depois da ultima entrega.

— IX —

A Usina fornecerá aos colonos terras para plantio de cereaes etc. destinados ao sustento de suas familias, cujas terras terão direito na proporção de cinquenta por cento (50 %) das terras que cultivarem em cannas. A Usina não cobrará fôro, sendo entretanto expressamente prohibido os plantações intercaladas nas lavouras cannoieiras.

— X —

Os colonos obrigar-se-ão a conservar os pastos e terrenos sob sua guarda e uso, bem limpos e cercados, assim como manterem em bom estado os caminhos e carregadores de suas lavouras fornecendo a Usina, arame farpado, grampos e madeiras do matto da mesma Usina, ficando a mão de obro a cargo dos colonos, bem como a conducção e extracção do material.

— XI —

Nas queimadas dos roças ou palhoças, os colonos serão obrigados a fazer os acêiros de modo a isolar as lavouras visinhas, estrada de ferro Sorocabana e outros logares a juizo da administração da Usina, que para isso deverá sempre ser avisada, afim de mandar fiscalizar. Os prejuizos que advierem por negligencia ou abusos consequentes, serão indemnizados pelos causadores independentemente de qualquer formalidade.

— XII —

Os colonos que deixarem de cumprir qualquer das clausulas deste contracto: derem-se ao vicio de embriaguez habitual; promoverem desordens; participarem directa ou indirectamente em roubos; ou que por qualquer outro motivo indigno forem autoados pela policia, terão, a juizo da Administração seus contractos rescindidos.

— XIII —

No caso de rescisão do contracto o colono será indemnizado pelo valor de sua lavoura e pertences, avaliados por dois peritos, nomeados pelas partes contractantes e por um terceiro no caso de divergencia. Da avaliação será feito o desconto de quinze por cento (15%) e o saldo pago depois do colono ter desoccupado a casa e retirar-se da propriedade sem damnificar qualquer das bemfeitorias. A sua retirada deverá dar-se dentro do prazo maximo de trinta (30) dias a contar da data da rescisão do contracto, respondendo o colono por qualquer prejuizo que venha causar á Usina na sua mudança

As garantias deste contracto ficarão suspensas no caso de destruição ou incendio no engenho e lavouras; grèves; desarranjos ou quebras de machinismos, etc., não se tornando dest'arte, os contractantes obrigados a indemnizações, pelos prejuizos causados por motivos alheios á vontade da Usina."

Esse tipo de contracto pertence a uma pequena Usina do Estado de São Paulo, que paga ao seu colono á base fixa de 13\$333 a tonelada de canna. As Usinas Tamoio e Monte Alegre pagam á base fixa de 18\$000 a tonelada e a Usina Santa Barbara tendo pago toda a safra de colonos em 1935 a 19\$000 a tonelada, decidiu pagar na safra 1936 á base de 20\$000 a tonelada de canna.

Ha outro tipo de contracto, com oscillação no valor da materia prima, de accordo com o preço do açúcar cristal, e que pertence a uma grande Usina do Estado, com limite de producção superior a 100 mil saccos. Eis as clausulas do contracto:

1º — O presente contracto entrará em vigor no começo da safra de... e extinguir-se-á em fins da safra..., podendo continuar por mais tempo por tacita reconducção, se não houver declaração em contrario de alguma das partes.

2º — O preço das cannas acompanha a cotação do açúcar "Cristal", na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, no mez do fornecimento, de accordo com a tabella abaixo:

Por tonelada de canna	Quando o açúcar "Cristal", por 60 kls., estiver acima de
11\$000	15\$000
13\$000	20\$000
14\$000	25\$000
15\$000	30\$000
16\$000	35\$000
17\$000	40\$000
18\$000	45\$000
19\$000	50\$000
20\$000	55\$000
21\$000	60\$000
22\$000	65\$000
23\$000	70\$000
24\$000	75\$000
25\$000	80\$000
26\$000	85\$000
27\$000	90\$000
28\$000	95\$000
29\$000	100\$000

O preço do açúcar "Cristal" que servirá de base a esta tabella sera o da média das cotações de compradores do disponível da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, publicadas no jornal "O Estado de São Paulo", entre os dias 20 e 30 do mez do fornecimento.

3º — As cannas deverão ser fornecidas limpas, sem pontas nem barbas, e, para compensação dos atilhos, serão pesadas com o desconto de 10% em seu peso, como fazem todas as Usinas. Se as cannas estiverem sujas e com pontas verdes, o desconto será feito ao arbitrio da companhia, podendo até serem regeitadas. Não havendo atilhos, nada se descontará.

As cannas queimadas soffrerão o desconto adicional de 20% em seu peso, no caso de incendio casual e o de 50 % se fôr proposital.

As cannas queimadas deverão ser entregues no prazo maximo de cinco dias, tendo preferencia de entrada na Usina, e, conforme a sua quantidade, a Companhia suspenderá diversos cortes, ficando os demais fornecedores obrigados a auxiliar o córte e o transporte das cannas queimadas, por conta do proprietario das mesmas.

As cannas estragadas de geadas soffrerão tambem o desconto de 50%.

4º — O fornecedor terá direito de assistir a pesagem de suas cannas na balança da Usina, não sendo admittidas reclamações depois da pesagem.

5º — Os pagamentos das cannas fornecidas pelos empreiteiros á Usina, serão feitos no mez immediato ao do fornecimento, por occasião do pagamento geral.

6º — Os fornecimentos de cannas não serão interrompidos aos domingos e dias santificados ou feriados.

7º — O corte será feito mediante entendimento com a gerencia da Usina e será iniciado nos talhões mais adeantados e á margem da linha ferrea, para o competente aceiro. As cannas serão carregadas pelo vendedores; na melhor fórma possivel e o prazo a contar entre o córte das mesmas e o seu carregamento não deverá exceder de 48 horas.

8º — A Usina fornecerá gratuitamente as pontas necessarias á primeira plantação, não sendo permittido ao contractante desviar canna alguma de sua empreitada para qualquer outro negocio, sob pena de rescisão deste contracto e a multa de rs. 250\$000 (duzentos e cincoenta mil réis) por quartel de canna que tiver sido contractado, a juizo do gerente.

Fica, outrosim, o empreiteiro obrigado a conservar a área do terreno plantado com canna, na quantidade mencionada no presente contracto, em plena producção, e a reforma do plantio só poderá ser feita em parte e a sua duração não poderá exceder de mais de um anno, tempo este bastante para tal serviço, sob pena de rescisão deste contracto e pagamento da multa acima estipulada, a qual será cobrada por acção summaria.

9º — A plantação só poderá ser feita com a variedade de cannas approvadas pela gerencia.

10º — O empreiteiro não poderá transferir suas lavouras a terceiros sem autorização por escripto do director-gerente da Usina.

11º — Na occasião da safra o empreiteiro obriga-se a attender todas as ordens do gerente da Companhia, relativas ao córte de canna, e assim como entrará em accordo com o mesmo a respeito do numero de vagões diários que lhe fôr necessarios, para que possã terminar sua safra ao mesmo tempo que a Usina.

12º — As terras plantadas com cannas para fornecimetro á Usina, poderão ser adubadas, porém, a adubação será feita de accordo com a formula indicada pela gerencia e sob a fiscalização da mesma. O empreiteiro informará a gerencia, de agosto a setembro, sobre a área a ser adubada. A Usina fornecerá os adubos, debitando-os aos empreiteiros para lhes ser descontados nos fornecimentos de cannas”.

Tomando-se o preço maximo do contracto acima, isto é, 100\$000 o sacco do açúcar cristal, correspondente em São Paulo a 29\$000 a tonelada, e calculando-se aquelle preço do açúcar segundo a tabella de Pernambuco, o preço da tonelada de canna seria de 75\$357, ou uma differença de 46\$357 por tonelada

Calculando-se para Pernambuco, uma renda média de 15% como pagamento do aluguel da terra ao usineiro pelo fornecedor de canna, os preços da tonelada de canna, seriam na realidade de 64\$054.

Se se tomasse a paridade de preços de canna em Pernambuco e São Paulo, chegaríamos á conclusão de que o colono paulista paga ao usineiro uma renda da terra, no valor de 54,7%...

A g u a

O equilibrio politico é resultante dum equilibrio economico. A solidariedade nacional se attenua quando aos responsaveis pela vitalidade do paiz escapa a solução de problemas vitaes para uma região.

E deixar se esfacelar uma região outrora o centro economico do Brasil — o Nordeste açucareiro — pela falta de resolução dos seus problemas, será além de deshumano, desalentador á nossa capacidade de povo novo.

Se a politica economica da Amazonia é a borracha, se a da Bahia o cacau, a de São Paulo o café, a de Minas Geraes a metallurgia, a do Paraná o matte, a de Pernambuco e Alagôas é a politica da agua. E como em quasi todas as partes do universo onde é preciso se integrar o homem ao sólo, criar riquezas e salvar zonas attingidas pela irregularidade do clima, compete ao Governo accudir em favor das populações e das classes productoras, é necessario se fazer de irrigação funcção de Governo, na zona da matta do Nordeste, barrando os rios permanentes, armazenando as caudaes impetuosas que descem do sertão e que se espraíam sem nenhum beneficio, construindo barragens no velho Capibaribe, interceptando suas tres ou quatro furias annuaes de enxurradas. Dando uma finalidade á toda rêde hidrografica dos Estados de Pernambuco e Alagôas.

De tal necessidade é essa obra que em troca do favor governamental ta-cultando se produzir em vez de trinta toneladas por hectare, o triplo ou mais, que o pagamento do beneficio poderá ser feito, entregando o usineiro as terras

excedentes ás necessidades agricolas e pastoris, pois bastaria ficar com a área de terra sufficiente para o seu limite de produção, terra em repouso, em rotação de cultura e mattas.

Essa área excedente, o Governo, prohibindo o plantio de canna, dividiria em pequenas propriedades para exploração de leguminosos alimenticias, cereaes, farinha de mandioca e frutas. Só assim haverá a garantia de generos de alimentação, na unica zona humida do Nordeste.

Não haveria tropeços a essa politica de melhor distribuição da terra, porque o Usineiro só é latifundiario devido á necessidade de supprimento de materia prima. Logo que esse supprimento estivesse garantido não seria a vaidade de olhar do alto da sua casa-grande o sol nascer e se pôr, atraz dos accidentes topograficos de suas extensas propriedades, que o tornaria um possuidor exaggerado de terras.

E com a agua teremos garantida a impossibilidade do deslocamento do zentro de gravidade de produção do Norte para o Sul. Teremos soluccionado o desolador problema do salario, elevando a população rural a uma situação que a dignifique e nos ennobreça.

Teremos a renovação immediata da semente da canna, se bem que isso seja possivel sem a immediata solução do problema da agua. Com a adubação, praticaremos a cultura intensiva, pois que nada vale adubar, para se ficar a espera de que chova.

E a canna de açúcar com o seu raizame sugando a agua que o homem controla, que o homem scientificamente distribue, se redimirá de tantos males que a fatalidade lhe attribuiu.

Então, o Nordeste retendo o que a tradição economica lhe garantiu, terá conseguido dentro dos quadros nacionaes o logar de destaque que a sua civilização açucareira creou.

E com os novos elementos de progresso, mesmo com uma maior distribuição geografica da canna de açúcar através de todo o vasto territorio do Brasil, — o Nordeste açucareiro encontrará o seu destino.

Ninguem mais, então, perguntará: "Qual o destino historico do Nordeste?"

Biblioteca do Ministério da Fazenda

5297-46

338.476641

3291

B

Dé Carli, Gileno.

AUTOR

Geografia economica e social da can-

titulo na de açucar no Brasil.

ar.

envolver em

NOME DO LEITOR

26 NOV 53

13 JUL 52

Ulai Affonso

Bonifácio de Souza Bacus

R. 339

52 97 - 46

